



PROFEPT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA – PROFEPT
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

JAMACY JOSÉ ALBUQUERQUE DE SOUZA

ENTRE O BEM DITO E O FRUTO: EM BUSCA DA EDUCAÇÃO POLITÉCNICA E
OMNILATERAL NO CURSO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES INTEGRADO AO
ENSINO MÉDIO DO IFPB, CAMPUS CAJAZEIRAS

JOÃO PESSOA – PB
2024

JAMACY JOSÉ ALBUQUERQUE DE SOUZA

**ENTRE O BEM DITO E O FRUTO: EM BUSCA DA EDUCAÇÃO POLITÉCNICA E
OMNILATERAL NO CURSO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES INTEGRADO AO
ENSINO MÉDIO DO IFPB, CAMPUS CAJAZEIRAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus João Pessoa do Instituto Federal da Paraíba, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Italan Carneiro Bezerra

JOÃO PESSOA – PB
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Nilo Peçanha - *Campus* João Pessoa, PB.

S729e Souza, Jamacy José Albuquerque de.

Entre o bem dito e o fruto : em busca da educação politécnica e omnilateral no curso técnico em edificações integrado ao ensino médio do IFPB, *campus* Cajazeiras / Jamacy José Albuquerque de Souza. – 2024.

182 f. : il.

Inclui o Produto educacional Cartilha : O fruto do bem dito.

Dissertação (Mestrado – Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação da Paraíba / Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), 2024.

Orientação : Prof. Dr. Italan Carneiro Bezerra.

1. Educação politécnica. 2. Formação omnilateral. 3. Ensino técnico integrado. 4. Interdisciplinaridade. I. Título.

CDU 377(043)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
**MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA EMREDE NACIONAL**

JAMACY JOSÉ ALBUQUERQUE DE SOUZA

**ENTRE O BEM DITO E O FRUTO: EM BUSCA DA EDUCAÇÃO POLITÉCNICA E
OMNILATERAL NO CURSO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES INTEGRADO AO
ENSINO MÉDIO DO IFPB, CAMPUS CAJAZEIRAS**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB - Campus João Pessoa.

APROVADO em 31 de outubro de 2024.

Membros da Banca Examinadora:

Dr. Italan Carneiro Bezerra
IFPB - PROFEPT

Dr. Emmanoel de Almeida Rufino
IFPB – PROFEPT

Dr. Nilson Roberto Barros da Silva
UERN

Documento assinado eletronicamente por:

- **Italan Carneiro Bezerra, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 06/11/2024 22:20:12.
- **Emmanoel de Almeida Rufino, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 07/11/2024 13:45:41.
- **Nilson Roberto Barros da Silva, PROFESSOR DE ENSINO SUPERIOR NA ÁREA DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL**, em 07/11/2024 16:32:25.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 29/10/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpb.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código 625812
Verificador: 2371dc6d73
Código de Autenticação:



Av. Primeiro de Maio, 720, Jaguaribe, JOAO PESSOA / PB, CEP 58015-435
<http://ifpb.edu.br> - (83) 3612-1200

Dedico a ti, ó Deus! Tu és sempre meu amigo,
amável e fiel.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo sopro de vida e por permitir que eu vivencie Suas graças e bênçãos em minha vida, especialmente nesta caminhada do mestrado.

Agradeço à minha família pelo apoio incontestável e incondicional, por compreender minha ausência nos momentos em que ansiavam por minha presença. Aos meus pais, que, mesmo não sendo letrados, sempre confiaram no poder transformador da educação e nunca mediram esforços para garantir os meus estudos.

Às minhas irmãs, que sempre me apoiaram nesta caminhada, oferecendo abrigo, suporte e escuta. Ao meu irmão, Janailson (*in memoriam*), por ter deixado ensinamentos tão preciosos e necessários para minha formação e para a vida.

Ao meu orientador, professor Italan Carneiro Bezerra, pelas orientações, paciência e sabedoria na condução deste processo.

À amiga e Secretária de Educação do Município de Santa Helena, Paraíba, professora Elizete Ferreira, pelo apoio incondicional. Muito obrigado!

Ao Instituto Federal da Paraíba, Campus Cajazeiras, por ter aberto suas portas e me acolhido com tanta presteza e atenção.

Aos professores Hegildo, Daniel e Jacinta, minha gratidão pela acolhida e pelo apoio.

Aos professores e alunos do terceiro ano do Curso Técnico Integrado em Edificações, agradeço pelas valiosas e necessárias contribuições à pesquisa.

Aos meus amigos e amigas, por estarem sempre ao meu lado, oferecendo apoio, palavras de encorajamento e momentos de descontração nos momentos em que mais precisei.

Aos professores do ProfEPT, Campus João Pessoa, agradeço pelas valiosas contribuições ao meu processo formativo.

A todos os colegas da turma de 2022, pelo apoio, por compartilharem alegrias, medos e reflexões.

Aos professores Emanuel e Nilson, membros da banca examinadora, agradeço a disponibilidade, os comentários e as sugestões, que foram fundamentais para a qualidade deste trabalho.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para o êxito desta caminhada, deixo o meu muito obrigado!

RESUMO

Este estudo investiga a materialização dos conceitos de educação politécnica e formação omnilateral no Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), Campus Cajazeiras. A pesquisa insere-se no contexto das discussões sobre educação, ensino e formação discente, buscando resgatar as bases e os conceitos fundamentais da formação integral do ser humano. O objetivo principal é analisar em que medida os conceitos de educação politécnica e formação omnilateral estão presentes nos documentos institucionais e nas práticas pedagógicas do curso. Os objetivos específicos incluem: examinar documentos institucionais, verificar a compreensão desses conceitos pelos docentes e identificar sua materialização a partir da percepção dos discentes. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, utilizando análise documental e entrevistas estruturadas como principais instrumentos metodológicos. Foram analisados documentos institucionais, como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e os planos de disciplinas. Além disso, foram realizadas entrevistas com docentes e discentes do curso. A análise documental revelou um alinhamento teórico com os princípios da educação politécnica e da formação omnilateral nos documentos institucionais. No entanto, os planos de disciplinas analisados demonstraram que apenas uma minoria apresentava elementos explícitos relacionados a esses conceitos. As entrevistas com os docentes evidenciaram um conhecimento limitado sobre os conceitos de educação politécnica e formação omnilateral. Por outro lado, os discentes valorizaram experiências práticas e a integração entre teoria e prática, embora tenham demonstrado pouca familiaridade com os termos específicos. A pesquisa conclui que os conceitos de educação politécnica e formação omnilateral estão presentes de forma parcial no curso estudado, enfrentando desafios significativos para sua implementação efetiva. Por fim, sugere-se a adoção de medidas como a implementação de programas de formação continuada para os docentes, a revisão dos planos de disciplinas, a promoção de espaços de discussão sobre esses conceitos e o desenvolvimento de projetos interdisciplinares que articulem as dimensões do trabalho, ciência, tecnologia e cultura.

Palavras-chave: Educação politécnica; Formação omnilateral; Ensino técnico integrado; Interdisciplinaridade.

ABSTRACT

This study investigates the materialization of the concepts of polytechnic education and holistic formation in the Technical Course in Construction Integrated with High School at the Federal Institute of Education, Science, and Technology of Paraíba (IFPB), Cajazeiras Campus. The research is set in the context of discussions on education, teaching, and student formation, aiming to revisit the fundamental bases and concepts of the integral development of human beings. The main objective is to analyze to what extent the concepts of polytechnic education and holistic formation are reflected in the institutional documents and pedagogical practices of the course. The specific objectives include examining institutional documents, assessing teachers' understanding of these concepts, and identifying their materialization based on students' perceptions. The research adopts a qualitative approach, utilizing document analysis and structured interviews as primary methodological tools. Institutional documents, such as the Institutional Development Plan (PDI), the Pedagogical Course Project (PPC), and course syllabi, were analyzed. In addition, interviews were conducted with teachers and students of the course. The document analysis revealed a theoretical alignment with the principles of polytechnic education and holistic formation in institutional documents. However, the course syllabi analyzed showed that only a minority explicitly incorporated elements related to these concepts. Interviews with teachers indicated a limited understanding of the concepts of polytechnic education and holistic formation. On the other hand, students valued practical experiences and the integration between theory and practice, although they showed little familiarity with the specific terms. The study concludes that the concepts of polytechnic education and holistic formation are partially present in the course, facing significant challenges for their effective implementation. Finally, it suggests adopting measures such as implementing continuing education programs for teachers, reviewing course syllabi, promoting spaces for discussing these concepts, and developing interdisciplinary projects that integrate the dimensions of work, science, technology, and culture.

Keywords: Polytechnic education; Omnilateral formation; Integrated technical education; Interdisciplinarity.

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|-----|
| Gráfico 1 – Você consegue aproximar sua(s) disciplina(s) dos conhecimentos da formação técnica? | 94 |
| Gráfico 2 – Sua(s) disciplina(s) possuem alguma aproximação com as temáticas “trabalho” e “cidadania”? | 95 |
| Gráfico 3 – Conhece o conceito de formação integral? Professores da Formação Geral | 95 |
| Gráfico 4 – Conhece o conceito de formação integral? (Professores da Área Técnica) | 99 |
| Gráfico 5 – O que fez você escolher o IFPB para cursar o Ensino Médio Integrado? | 105 |
| Gráfico 6 – Dentre os cursos oferecidos, por que escolheu Edificações? | 105 |
| Gráfico 7 – Pesquisou sobre o Ensino Técnico Integrado antes de entrar na Instituição? | 106 |
| Gráfico 8 – Você já ouviu falar em educação politécnica e formação omnilateral? | 107 |
| Gráfico 9 – Com base nos conhecimentos que vêm adquirindo no IFPB, você considera que está sendo formado para a vida ou apenas para o mercado de trabalho? | 108 |
| Gráfico 10 – Possui alguma sugestão de melhoria para o Curso? | 110 |
| Gráfico 11 – A cartilha apresenta um texto objetivo e de fácil compreensão? | 116 |
| Gráfico 12 – O embasamento teórico está alinhado com a forma de comunicação? | 117 |
| Gráfico 13 – A cartilha apresenta conceitos e argumentos teóricos claros? | 117 |
| Gráfico 14 – O modo como o material estrutura as ideias facilita o entendimento dos assuntos tratados? | 118 |
| Gráfico 15 – A forma de apresentar os referenciais teóricos utilizados é clara e de fácil entendimento? | 118 |
| Gráfico 16 – O material apresenta conceitos relevantes para a formação docente? | 118 |
| Gráfico 17 – O material apresenta conceitos relevantes e essenciais para formação docente dentro da Educação Profissional e Tecnológica (EPT)? | 119 |
| Gráfico 18 – A cartilha contempla fundamentos teóricos essenciais que contribuem para a formação do docente? | 119 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|-----|
| Quadro 1 – Produções acadêmicas separadas por ano/tipo / título do arquivo/autor..... | 18 |
| Quadro 2 – Disciplinas da formação geral e da área técnica..... | 88 |
| Quadro 3 – Registro de observações apresentadas nas perguntas abertas do formulário de avaliação do PE..... | 120 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|-----------------|---|
| AT | Área Técnica |
| BDTD | Biblioteca Digital Brasileira de Teses |
| BNCC | Base Nacional Comum Curricular |
| CAPES | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| CEB | Câmara de Educação Básica |
| CEFET | Centro Federal de Educação Tecnológica |
| CEPI | Centro de Ensino em Período Integral |
| CETAM | Centro de Educação Tecnológica do Amazonas |
| CNCT | Catálogo Nacional de Cursos Técnicos |
| CNE | Conselho Nacional de Educação |
| COVID 19 | Corona Virus Disease 2019 |
| CP | Comissão de Planejamento |
| EDH | Educação em Direitos Humanos |
| EFD | Estratégia Federal de Desenvolvimento |
| EMI | Ensino Médio Integrado |
| EMTI | Ensino Médio de Tempo Integral |
| EP | Educação Profissional |
| EPSJV | Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio |
| EPT | Educação Profissional e Tecnológica |
| EPTMN | Educação Profissional Técnica de Nível Médio |
| FG | Formação Geral |
| Fiocruz | Fundação Osvaldo Cruz |
| IFES | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo |
| IFMA | Instituto Federal do Maranhão |
| IFMT | Instituto Federal do Mato Grosso |
| IFPB | Instituto Federal da Paraíba |
| IFPR | Instituto Federal do Paraná |
| IFs | Institutos Federais |
| IRPJ | Imposto de Renda de Pessoa Jurídica |
| LDB | Lei de Diretrizes e Bases |
| MEC | Ministério da Educação e Cultura |
| PB | Paraíba |

| | |
|----------------|--|
| PDF | Portable Document Format |
| PDI | Plano de Desenvolvimento Institucional |
| PE | Produto Educacional |
| PEAPEE | Plano Estratégico de Acompanhamento e Permanência e Êxito do Estudante |
| PNE | Plano Nacional de Educação |
| PPA | Plano Plurianual |
| PPC | Projeto Pedagógico do Curso |
| PPI | Projeto Pedagógico Institucional |
| PROFEPT | Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica |
| SciELO | Scientific Eletronic Library Online |
| SENAC | Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial |
| SENAI | Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial |
| SENAR | Serviço Nacional de Aprendizagem Rural |
| SETEC | Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica |
| TAM | Termo de Acordos e Metas |
| TCT | Temas Contemporâneos Transversais |

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 14 |
| 2 METODOLOGIA DA PESQUISA | 17 |
| 2.1 ESTADO DA ARTE DO PROBLEMA DE PESQUISA | 17 |
| 2.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA | 30 |
| 2.3 UNIVERSO, AMOSTRAGEM E AMOSTRA | 31 |
| 2.4 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS | 33 |
| 2.5 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS | 34 |
| 3 TRABALHO E EDUCAÇÃO: PROCESSOS DISTINTOS E ESPECIFICAMENTE HUMANOS | 37 |
| 3.1 TRABALHO E EDUCAÇÃO NAS SOCIEDADES PRIMITIVAS E TRIBAIS | 37 |
| 3.2 TRABALHO E EDUCAÇÃO NA ANTIGUIDADE | 39 |
| 3.3 TRABALHO E EDUCAÇÃO NA IDADE MÉDIA | 45 |
| 3.4 TRABALHO E EDUCAÇÃO NO RENASCIMENTO E ILUMINISMO | 47 |
| 3.5 TRABALHO E EDUCAÇÃO DURANTE A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL | 50 |
| 3.6 TRABALHO E EDUCAÇÃO NO SÉCULO XXI | 54 |
| 3.7 TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO | 56 |
| 4 EDUCAÇÃO POLITÉCNICA E FORMAÇÃO OMNILATERAL | 60 |
| 4.1 EDUCAÇÃO POLITÉCNICA | 60 |
| 4.2 FORMAÇÃO OMNILATERAL | 63 |
| 5 CURRÍCULO INTEGRADO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA | 67 |
| 6 RESULTADOS E DISCUSSÕES | 77 |
| 6.1 O BEM DITO: O QUE ENUNCIAM OS DOCUMENTOS NORMATIVOS (PDI, PPC E PLANOS DE DISCIPLINA) | 77 |
| 6.1.1 Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2020-2024 | 78 |
| 6.1.2 Plano Pedagógico de Curso – PPC do curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio, do IFPB, Campus Cajazeiras, Paraíba | 85 |
| 6.1.3 Planos de disciplina | 87 |
| 6.2 FRUTO: O QUE DIZEM OS PROFESSORES E OS ALUNOS | 92 |
| 6.2.1 O que dizem os professores da Formação Geral | 92 |

| | |
|--|------------|
| 6.2.2 O que dizem dos professores da Área Técnica | 96 |
| 6.2.3 Percepções cruzadas: análise e comparação das entrevistas dos professores da formação geral e da área técnica | 99 |
| 6.2.4 O que dizem os alunos | 104 |
| 7 PRODUTO EDUCACIONAL | 114 |
| 7.1 TIPOLOGIA DO PE ESCOLHIDO | 114 |
| 7.2 ESTRUTURAÇÃO DO PE: FASES DO PLANEJAMENTO | 115 |
| 7.3 EXECUÇÃO, APLICAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL (PE) | 115 |
| 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 123 |
| REFERÊNCIAS | 126 |
| APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA – PROFESSORES | 131 |
| APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA – ALUNOS | 132 |
| APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) – PROFESSOR | 133 |
| APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) – ESTUDANTES | 137 |
| APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) – PAIS/RESPONSÁVEIS | 141 |
| APÊNDICE F – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TALE | 145 |
| APÊNDICE G – PRODUTO EDUCACIONAL | 149 |
| APÊNDICE H – FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL | 170 |
| ANEXO I – PARECER CIRCUNSTANCIADO DO CEP | 174 |

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo surge em um momento de constantes discussões sobre educação, ensino, aprendizagem e formação discente. A busca por métodos, estratégias inovadoras e abordagens pedagógicas eficazes para ensinar tem sido base do discurso de professores como fórmula indubitável para garantir uma boa formação dos estudantes. Talvez o caminho a ser trilhado não seja este! Acreditamos que o necessário para sanar tais inquietações seja retomar as bases e os conceitos que fundamentam a formação do aluno, a formação do homem.

No campo da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a Rede Federal de Ensino no Brasil ganha destaque significativo nas políticas públicas, especialmente com os anúncios de expansão e criação de novos campi dos Institutos Federais (IFs) feitos em 2024 pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Essa realidade nos instiga a revisitar discussões sobre os conceitos de trabalho como princípio educativo, educação politécnica, formação omnilateral e formação integral.

Esta pesquisa considera que a integração dos conceitos de educação politécnica e formação omnilateral, aliada às dimensões do trabalho e da cidadania, é fundamental para a formação integral dos estudantes do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio do IFPB, Campus Cajazeiras – PB.

Fora proposta a realização de uma pesquisa de classificação empírica, abordagem qualitativa, de tipologia documental, bibliográfica, exploratória e descritiva onde foram utilizadas técnicas de pesquisa tais como análise documental – no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Projeto Pedagógico do Curso (PPC), nos Planos de disciplina. Fizemos levantamento bibliográfico em estudos e referenciais teóricos que abordassem a temática com objetivo de responder à pergunta de pesquisa: em que medida os conceitos de educação politécnica e formação omnilateral estão materializados nos processos de ensino-aprendizagem dos estudantes do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio do IFPB, campus Cajazeiras – PB, considerando as dimensões do trabalho e cidadania?

Para responder à pergunta de pesquisa, fora proposto como objetivo geral: investigar em que medida os conceitos de educação politécnica e formação omnilateral estão materializados nos documentos e nas práticas pedagógicas do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio no Instituto Federal de Educação da Paraíba (IFPB), Campus Cajazeiras – PB. Como objetivos específicos, propomos: averiguar se os documentos institucionais (Projeto Desenvolvimento Institucional, Projeto Pedagógico do Curso, Planos de disciplina, dentre outros) abordam os conceitos de politécnica e formação omnilateral como

contributivos para formação do estudante; verificar como os conceitos de educação politécnica e formação omnilateral são compreendidos e vivenciados no contexto educacional pelos docentes; identificar a partir das percepções discentes se há a materialização dos conceitos educação politécnica e formação omnilateral no seu processo formativo; produzir uma cartilha de orientações que aprofunde os conceitos de trabalho, trabalho como princípio educativo, educação politécnica e omnilateral, formação integral e currículo integrado.

Esta pesquisa se preocupou em discutir temáticas que afetam diretamente a formação dos estudantes na Educação Profissional e Tecnológica. Ciavatta (2005) defende que devemos buscar uma educação que garanta tanto ao adolescente, ao jovem, como ao adulto trabalhador uma formação completa, permitindo-os uma leitura de mundo capaz de propiciá-los uma participação cidadã na sociedade.

A reflexão trazida por Ciavatta (2005) também nos leva a crer que os sistemas educacionais deverão oferecer oportunidades de aprendizagem, que promovam não apenas a aquisição de conhecimentos técnicos, mas também o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, capacidade de análise crítica, pensamento reflexivo e senso de responsabilidade social. Assim, a educação poderá ser concebida com foco no desenvolvimento contínuo dos indivíduos nos âmbitos pessoal, intelectual, técnico, social e cultural, indo além de conteúdos e disciplinas. Ela abrangerá a formação integral do sujeito, proporcionando-lhe sustentação e capacidade crítica para atuar no meio em que vive, estuda ou trabalha.

É relevante enfatizar que o desejo de pesquisar mais a fundo sobre a temática envolvendo a educação politécnica e formação omnilateral nasceu a partir dos meus estudos, conhecimentos e vivências como tutor, atuando na Educação Profissional e Tecnológica do IFPB. No Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT tive a oportunidade de apropriar-se de novos conhecimentos que permitiram enveredar por este tema de pesquisa.

No que se refere à importância deste estudo para a educação, o ensino e a sociedade, acredita-se que os resultados obtidos poderão ampliar os espaços de discussão dentro e fora do IFPB. Além disso, busca-se sensibilizar discentes, docentes, a comunidade acadêmica e a sociedade civil sobre a relevância da compreensão e apropriação dos conceitos de politécnica e formação omnilateral, destacando como esses princípios podem contribuir para a prática docente e para a formação humana e cidadã dos alunos. Acreditamos que as discussões deste trabalho podem enriquecer as práticas pedagógicas, incentivando os docentes a refletirem sobre como esses conceitos, aplicados no contexto educacional, podem melhorar as estratégias de

ensino, além de contribuir para a formação humana e o desempenho profissional dos estudantes dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio.

Este estudo está organizado de modo a responder à pergunta norteadora e atender aos objetivos propostos, a partir da seguinte estrutura:

a) na primeira seção localizamos a introdução, onde apresentamos a proposta de pesquisa, hipótese, pergunta de pesquisa, os objetivos, algumas das considerações iniciais sobre o tema estudado e a importância da pesquisa abordando a tríade educação, ensino e sociedade; b) o segundo capítulo, apresenta o percurso metodológico, o estado da arte, caracterização da pesquisa, universo, amostragem e amostra, instrumento de coleta de dados; c) no terceiro capítulo, intitulado “Trabalho e educação: processos distintos e especificamente humanos”, apresentamos aspectos históricos e ontológicos na relação trabalho e educação buscando expor a transformação temporal da relação trabalho e educação; d) no quarto capítulo abordamos os conceitos de educação politécnica e formação omnilateral; e) no quinto capítulo discutimos sobre o currículo integrado; f) no sexto capítulo trazemos os resultados e discussões a partir da análise dos dados coletados; g) o sétimo capítulo apresenta o produto educacional, uma cartilha, sua estrutura e planejamento, execução, aplicação e resultados da avaliação pelo público-alvo (professores), sendo esta nossa proposta de contribuição, com base nos resultados obtidos, para o contexto pesquisado; h) na oitava e última seção expomos as considerações finais sobre o que fora discutido. Convém destacar que o apêndice G trará, na íntegra, o Produto Educacional (Cartilha).

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

2.1 ESTADO DA ARTE DO PROBLEMA DE PESQUISA

O estado da arte constitui-se como elemento norteador deste estudo, uma vez que permitiu apropriar-se de elementos teóricos e conceituais. Pesquisou-se sobre trabalhos e estudos acadêmicos, tais como artigos, dissertações e teses, disponíveis em portais como: periódicos Capes, IFES/PROFEPT, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Scientific Electronic Library Online (SciELO). Tais buscas foram feitas utilizando os descritores: *educação politécnica, formação omnilateral, omnilateralidade, politecnia*.

Ao utilizarmos os descritores “educação politécnica”, “formação omnilateral”, “omnilateralidade” e “politecnia”, conectados pelo operador booleano “AND”, para buscar dissertações e produtos educacionais no ProfEPT/IFES, no período de 2019 a 2024, não foram encontrados documentos na biblioteca que abordassem esses temas.

Quando buscamos na Scientific Electronic Library Online (SciELO), utilizando os termos: *educação politécnica, formação omnilateral, omnilateralidade, politecnia*, estes conectados pelo operador booleano “AND”, restringindo aos anos 2019 a 2024, não foi encontrado nenhum documento que abordasse os temas.

Na busca feita na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) usando os descritores: *educação politécnica, formação omnilateral, omnilateralidade, politecnia* estes conectados pelo operador booleano “AND” e, restringindo aos anos 2019 a 2024, foram encontrados 28 (vinte oito) resultados para busca feita.

Dada a quantidade de material encontrado, optou-se por refinar o filtro de pesquisa por ano e relevância. Considerando os filtros de pesquisa aplicados, foram considerados os dois primeiros arquivos da busca por ano/relevância.

Na verificação feita nos periódicos da CAPES *educação politécnica, formação omnilateral, omnilateralidade, politecnia* estes conectados pelo operador booleano “AND”, restringindo aos anos 2019 a 2023, foram encontrados três artigos que versam sobre estas temáticas, optou-se por analisar os dois primeiros por ordem de relevância. Quero destacar ainda que os periódicos da CAPES não disponibilizavam, no momento da consulta, o filtro com o ano de 2024.

Após identificação e seleção das produções acadêmicas, estes documentos foram agrupados por ordem cronológica, devidamente identificados por ano, tipo, título e autor, conforme o quadro abaixo. Em seguida, apresentaremos uma breve análise de cada documento

que permitirá conhecer e apresentar objetivos, resultados e perspectivas das pesquisas analisadas, considerando as temáticas: *educação politécnica, formação omnilateral, omnilateralidade, politecnia.*

Quadro 1 – Produções acadêmicas separadas por ano/tipo / título do arquivo/autor

| ANO | TIPO / TÍTULO DO ARQUIVO/AUTOR |
|------|---|
| 2019 | <p>Tese: Centro de Ensino em Período Integral (Cepi) em Goiás: O Ensino Médio de Tempo Integral em Goiânia. Autor Orley Olavo Filemon;</p> <p>Tese: O trato com o conhecimento da cultura corporal no currículo do ensino médio integrado à educação profissional do Instituto Federal Baiano: contribuições para uma educação politécnica. Autor: Petry Rocha Lordelo</p> |
| 2020 | <p>Dissertação: A escola agrícola como lugar privilegiado para a formação continuada: construindo um diálogo entre os saberes. Autora: Ivolanda Magali Rodrigues da Silva</p> <p>Dissertação: Concepções de trabalho e educação dos Institutos Federais no contexto da diversificação educação superior: a que(m) servem? Autor: Víctor Varela Ferreira Medeiros de Oliveira</p> |
| 2021 | <p>Tese: Ensino Médio Integrado no IFMT: “travessia” para a formação politécnica, omnilateral e unitária? Autora Rose Márcia da Silva.</p> <p>Tese: A inserção social dos estudantes egressos do Instituto Federal Do Paraná (IFPR) e a nova institucionalidade da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil Autor: Joel Júnior Cavalcante</p> <p>Artigo: Ensino médio articulado à educação profissional no IFMA: Uma avaliação política da política Autor: Francisco de Assis Pereira Filho</p> |
| 2022 | <p>Dissertação: A reforma do Ensino Médio e suas possíveis consequências nos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica Autora: Camila Silva Pinho</p> <p>Dissertação: O assessoramento Técnico-Pedagógico dos coordenadores de cursos da EPTNM no CETAM: Percursos pedagógicos em busca da educação omnilateral no contexto amazonense Autor: Pedro Santarém de Souza</p> <p>Artigo: Aproximações conceituais entre educação em direitos humanos e as bases teóricas da educação profissional e tecnológica Autores: Ana Carolina Corrêa Salvio; Helder Antonio da Silva</p> |

| | |
|------|--|
| 2023 | <p>Tese: Educação (em tempo) integral? Uma análise do Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio de Tempo Integral (EMTI) Frente às políticas de Ensino de Tempo Integral da Rede Estadual da Bahia (2017-2022)</p> <p>Autora: Catarina Cerqueira de Freitas Santos</p> <p>Tese: Ensino Médio Integrado, a nossa Escola do Trabalho: repensando a formação dos jovens brasileiros a partir dos fundamentos da Pedagogia Soviética e as interfaces curriculares das Ciências da Natureza</p> <p>Autora: Ariana Cária de Assis Marinho Silva</p> |
| 2024 | <p>Observação: A pesquisa publicada em 2024, mas com execução em 2016, não será utilizada, pois nossa delimitação de pesquisa abrange apenas trabalhos com execução entre os anos de 2019 e 2024.</p> |

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Ao analisar a tese intitulada “Centro de Ensino em Período Integral (CEPI) em Goiás: O Ensino Médio de Tempo Integral em Goiânia”, do autor Orley Olavo Filemon, publicado em 2019, observamos que o autor parte de alguns questionamentos, cito: as escolas de tempo integral de ensino médio têm, nos documentos oficiais (Federal e Estadual), um fundamento normativo amparado pela concepção da Educação Integral? A proposta em curso tem se estabelecido como ampliação do tempo de permanência do aluno na escola ou responde a um entendimento de educação integral? Existe formação omnilateral nos CEPIs? Que políticas de Educação Integral são desenvolvidas nos CEPIs? A proposta pedagógica dos CEPIs se aproxima da formação integral do sujeito na perspectiva omnilateral? A metodologia adotada pelos professores nos CEPIs proporciona a materialização da proposta de formação humana omnilateral?

Em seguida, Filemon (2019) apresenta os objetivos que segundo ele servirá para responder essas questões, definiram como objetivo geral de sua tese: a) analisar as políticas de implantação dos CEPIs em Goiás e em Goiânia e o seu contexto de criação, destacando os aspectos administrativo, político e pedagógico. b) Analisar se a proposta de Educação Integral e em Tempo Integral dos CEPIs contribuem para a formação omnilateral dos alunos; c) Analisar se a ampliação da jornada escolar nos CEPIs proporciona qualidade na educação; d) Analisar como os CEPIs preparam seus alunos para o mundo do trabalho.

Filemon (2019) finaliza suas discussões destacando que sua pesquisa trouxe contribuições para o debate acadêmico em diálogo com a política educacional e a realidade vivenciada nas escolas. Seu propósito é ampliar o conhecimento sobre educação integral e escolas de tempo integral, com ênfase no ensino médio, buscando esclarecer o papel

social da escola pública na formação e emancipação humana. Além disso, defende a educação politécnica e omnilateral como caminho para alcançar a escola unitária.

Filemon (2019) analisa que as políticas educacionais em vigor continuam seguindo a linha estratégica da redução da pobreza e proteção social, principalmente o governo federal, que adota essas estratégias para implantação e desenvolvimento das escolas de tempo integral. O autor menciona que os alinhamentos entre o público e o privado têm vinculado políticas educacionais à produtividade do trabalho, regulando assim a formação dos trabalhadores às necessidades do capital. Na visão de Filemon (2019), esse alinhamento possibilita surgir parcerias entre os setores público e privado, apresentadas como eficientes e eficazes na gestão de fundos públicos. Essas parcerias incluem ações como orientação, acompanhamento e desenvolvimento de material didático para escolas públicas de tempo integral no ensino fundamental e médio em todo o Brasil.

Filemon (2019) descreve que o alinhamento entre os setores público e privado, sob a ótica do neoliberalismo, tem em vista melhorar a qualidade do ensino. No entanto, ele refuta essa tese, argumentando que essa concepção de qualidade não leva à melhoria efetiva do ensino. Em vez disso, defende uma educação que promova a formação integral do sujeito, entendida como omnilateral e abrangendo todas as suas dimensões (cultural, cognitiva, física, motora, artística, social, emocional, ética e psicológica).

Filemon (2019), em sua tese, critica a política de escola em tempo integral adotada nos Centros de Ensino em Período Integral (CEPIs) do Estado de Goiás. Para o autor, a escola em tempo integral não deve se limitar à ampliação da jornada escolar no ensino médio, pois o tempo de permanência por si só não garante mais oportunidades de aprendizagem. Ele defende que a ampliação deve estar vinculada a uma abordagem educativa que promova uma concepção de formação humana fundamentada nos princípios da omnilateralidade e da politecnia.

A Tese “O trato com o conhecimento da cultura corporal no currículo do ensino médio integrado à educação profissional do Instituto Federal Baiano: contribuições para uma educação politécnica”, de Petry Rocha Lordelo, publicada em 2019, objetiva investigar o trato com o conhecimento da cultura corporal, no currículo escolar do Ensino Médio, em especial do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Lordelo (2019) analisa a proposta curricular em implementação no Instituto Federal Baiano e identifica contradições que reproduzem, no currículo escolar, características presentes na sociedade em geral, como a negação de conhecimentos, visões fragmentadas da realidade concreta e abordagens anticientíficas, ahistóricas e acríticas da cultura corporal. Essas

contradições são particularmente preocupantes, considerando que a formação se destina a trabalhadores que atuarão em relações capitalistas de produção e reprodução das condições de vida. O autor propõe estratégias para superar esses desafios, enfatizando a necessidade de fundamentos ontológicos, gnosiológicos e teórico-metodológicos baseados no materialismo histórico-dialético.

Lordelo (2019) defende que uma educação contra-hegemônica no marco referencial do Capitalismo, deve estar pautado em concepções claras de projeto histórico, de homem, de educação, de trato com conhecimento, senão a objetivação da “formação integral do estudante” e “o desenvolvimento profissional do cidadão”; do “respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional”. Advoga ainda, em favor da educação politécnica quando afirma: “temos convicção de que a Educação Politécnica tanto é necessária, quanto possível de ser desenvolvida, já no marco do capital, e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, na forma de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, constituem-se como 'campi' fértil para esta possibilidade”.

Por fim, em sua tese Lordelo (2019) cita que a escola tem a função social de garantir acesso ao conhecimento, científico, artístico e filosófico, que esta deve ser pública, gratuita, laica unitária e socialmente referenciada; defende ainda um trabalho socialmente útil como princípio educativo, defende a educação integral, omnilateral e politécnica como fundamentos da escola do período de transição e, finaliza enfatizando o poder das lutas da classe trabalhadora como essenciais para superar a burguesia dominante e garantir novas condições de superação.

Ao analisar a dissertação “A escola agrícola como lugar privilegiado para a formação continuada: construindo um diálogo entre os saberes”, de Ivolanda Magali Rodrigues da Silva, publicada em 2020, identificou-se como que o referido texto traz como objetivo de pesquisa: promover a escola como espaço privilegiado de formação continuada de professores por meio da articulação de saberes em uma construção endógena, coletiva e articulada pelos próprios docentes da unidade.

Conforme destaca Silva (2020), dada a importância e aceitação de sua pesquisa num ambiente formado por professores em sua maioria concursados. A autora ratifica que o desenvolvimento do seu trabalho de pesquisa gerou não só mudanças estruturais, como a inserção de momentos de formação garantidos pela gestão da escola; também proporcionou mudanças no perfil das propostas de práticas cotidianas como foi possível ser observado durante reunião de planejamento após o evento (seminários de formação).

Silva (2020) enfatiza que os resultados de seu estudo ofereceram uma visão geral e estratégica para a implementação de práticas formativas, viabilizadas por meio de uma tessitura

de saberes dialogantes e orgânicos. O autor conclui sugerindo a continuidade dessas formações como essenciais ao processo formativo, especialmente no contexto atual, marcado por ações recorrentes de desmonte da escola pública e pelo desprestígio da formação e da carreira docente.

Na dissertação “Concepções de trabalho e educação dos Institutos Federais no contexto da diversificação educação superior: a que(m) servem?”, publicada em 2020, o autor Víctor Varela Ferreira Medeiros de Oliveira, parte da pergunta: Por que estudar as concepções de trabalho e educação dos institutos federais no contexto da diversificação da educação superior sob a lente das lutas de classes? Para responder à sua pergunta de pesquisa, Oliveira (2020) traz como objetivo geral: analisar as concepções de trabalho e educação dos institutos federais no contexto da diversificação da educação superior, em face das lutas de classes no Brasil.

Oliveira (2020) destaca a relação entre trabalho e educação em uma perspectiva ontológica, ressaltando a tendência de subordinação da educação às formas históricas do trabalho e da economia, mas também reconhecendo a liberdade relativa que permeia as relações sociais e possibilitando mudanças além da simples reprodução das formas vigentes. Também analisa o processo de diversificação da educação superior brasileira, especialmente pela educação profissional. Embora a diversificação favoreça os interesses da classe dominante, casos específicos de diversificação em instituições públicas, como os CEFET’s e os Institutos Federais, mostram que as lutas de classes desempenham um papel positivo e significativo, ainda que haja contradições e aspectos negativos inerentes ao sistema educacional.

A pesquisa de Oliveira (2020) instiga a continuidade da discussão e aprofundamento das concepções progressistas e contra-hegemônicas nos projetos político-pedagógicos dos institutos, alertando para a necessidade de participação ativa nos processos de (re)construção desses projetos. Isso é fundamental para garantir que as conquistas sejam mantidas, aprimoradas e concretizadas em práticas educativas que promovam a formação e emancipação da classe trabalhadora.

Por fim, Oliveira (2020) destaca o papel dos Institutos Federais ao projetarem mudanças sociais significativas de práxis socialistas, como a politecnia e a onilateralidade. Afirmando que tais projetos alargam o caminho para além dos ataques do capital e das experiências insuficientes do pretense socialismo no século XX, servindo à educação das trabalhadoras, dos trabalhadores e da juventude, ao engajamento para um novo patamar de lutas em prol de outro mundo não apenas possível; necessário e urgente, assim finaliza o autor em suas considerações finais.

Na tese “Ensino Médio Integrado no IFMT: ‘travessia’ para a formação politécnica, omnilateral e unitária?” da autora, Rose Márcia da Silva, publicada em 2012, Silva (2021),

partiu da hipótese de que a proposta em construção no Ensino Médio Integrado ao Técnico em Agropecuária do IFMT é produto da disputa por hegemonia entre a concepção socialista defendida pelos Movimentos Sociais do Campo, e a concepção tecnicista e utilitarista defendida por setores do agronegócio. A autora destaca que seu estudo “identifica as contradições que tendem a orientar a hegemonia por uma ou outra concepção, e apontar as possibilidades de materialização de uma formação omnilateral, politécnica e unitária dentro dessas contradições”, tendo como objetivo central “analisar as contradições e a potência do no Ensino Médio Integrado ao Técnico em Agropecuária do IFMT como 'travessia' para a formação omnilateral, politécnica e unitária, considerando a relação entre terra, trabalho e educação”.

Silva (2021) destaca nos seus resultados que os problemas ocasionados pela COVID 19 não só impactaram a saúde, mas também a educação. Segundo a autora, sua pesquisa necessitou de esforço extra para atender o que fora proposto. Silva (2021) afirma que sua tese parte da materialidade na qual as contradições se efetivam da historicidade das relações, terra, trabalho e educação, e da reconstrução da realidade a partir das bases da formação politécnica e omnilateral, com suas contradições e disputas, rumo a travessia para uma escola unitária.

Silva (2021) enfatiza também que a relação terra, trabalho e educação vai além da integração curricular e é um modo de pensar a educação politécnica no sentido de que o domínio da ciência, da técnica e da tecnologia esteja em favor de quem vive do trabalho. No quesito formação humana omnilateral, a autora destaca que é imprescindível, para se pensar em um momento mais justo e solidário, que considere o ser humano em sua relação com a natureza e como parte dela, devendo esta ser respeitada e preservada.

Silva (2021) ratifica, em seu texto, que a escola na sociedade capitalista continua a reproduzir a dualidade educacional: uma educação minimamente sistematizada, voltada para formar trabalhadores para os postos de produção, e a educação superior, direcionada à produção científica e ao domínio de saberes que capacitam a classe dominante para o exercício do poder.

Em seu texto, Silva (2021) destaca o papel do social e educacional do Instituto Federal do Mato Grosso – IFMT com ações determinantes para atenuar as desigualdades de formação da classe trabalhadora, preparando-as para seguir os estudos e exercício da cidadania a partir da integração entre formação geral e formação profissional.

Adiante, Silva (2021) ressalta a fundamental função das escolas do campo na formação contra-hegemônica, vinculadas a um projeto de educação que busca a transformação social por meio da luta política por terra, trabalho, educação e direitos. Essas escolas estão também ligadas à organização social, produtiva, política e econômica de uma nova sociedade. A autora acrescenta que, embora a educação do campo e o Ensino Médio Integrado sejam diferentes,

ambos compartilham a mesma base: o trabalho como princípio educativo, a politecnicidade e a formação omnilateral. As diferenças são no plano organizativo e não no plano conceitual, e isso não impede o diálogo, a defesa e o fortalecimento de ambas, afirma Silva (2021).

Por fim, Silva (2021) confirma sua hipótese ao afirmar que a proposta em desenvolvimento no Ensino Médio Integrado ao Técnico em Agropecuária do IFMT reflete as contradições e a disputa pela hegemonia entre a concepção socialista dos Movimentos Sociais do Campo e a visão tecnicista defendida pelos setores do agronegócio. A autora destaca ainda que, nos IFs, estão sendo construídas possibilidades, embora com muitos desafios, para uma formação politécnica, omnilateral e unitária.

A tese “A inserção social dos estudantes egressos do Instituto Federal do Paraná (IFPR) e a nova institucionalidade da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil”, publicada em 2021, do autor Joel Júnior Cavalcante, traz com objetivo analisar a inserção social dos egressos do IFPR, refletindo a partir desse itinerário, a identidade e missão institucional da política dos Institutos Federais, observando os alcances, contradições, limites e possibilidades. Cavalcante (2021) afirma que o itinerário busca compreender em que medida essa política se aproxima ou se distancia da ideia de escola unitária e da formação omnilateral de Gramsci. A partir disso, visa entender como o impacto da passagem pelo IFPR, na formação integral e na politecnicidade, é refletido nos discursos discentes.

Cavalcante (2021) destaca que os Institutos Federais representam um novo modelo na educação profissional no Brasil, marcado por contradições e disputas, mas que apresenta inovações significativas, por ser um espaço tanto de liberdade quanto de práticas excludentes e contraditórias. Emancipação e reprodução caminham juntas harmonicamente e no mesmo espaço educacional. Cavalcante (2021) afirma que tais contradições são próprias do Estado burguês. O autor ainda afirma que os IFs são resultados de um contexto inacabado de disputas e lutas de classe, principalmente educadores que defendem a escola unitária, envoltas pelos ideais da politecnicidade e interesses liberais de diversos governos.

Para Cavalcante (2021), o sonho de emancipação dos jovens não é possível, não se sustenta e ratifica que a almejada educação omnilateral necessita de condições objetivas para acontecer. Portanto, Cavalcante (2021) evidencia o papel transformador dos IFs, mesmo em meio às contradições, ressaltando que a politecnicidade ocorre no limite do possível. Todavia, os IFs têm buscado diminuir a alienação, sem abandonar a utopia do processo revolucionário e do horizonte socialista.

O artigo “Ensino médio articulado à educação profissional no IFMA: uma avaliação política da política”, de Francisco de Assis Pereira Filho, publicado em 2021, apresenta como

objetivo geral: avaliar a política da Política de Educação Básica articulada à Educação Profissional, especificamente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA).

Em suas conclusões, Pereira Filho (2021) evidencia que, no Brasil, as políticas públicas voltadas para a Educação Profissional não têm sido guiadas pelo objetivo de superar a dualidade estrutural do sistema educacional. Embora essa intenção seja visível em algumas ações, até mesmo as já implementadas, não alcançam o propósito de efetiva superação dessa dualidade.

Nas suas considerações finais, Pereira Filho (2021) traz reflexões de como o Instituto Federal do Maranhão - IFMA, trata a formação omnilateral/politécnica. Neste mesmo percurso, ao analisar os documentos oficiais do IFMA (PPI e PDI), o autor destaca que os mesmos forneceram elementos que permitiram identificar as principais concepções e princípios que nortearam a formulação da Política de Educação Básica Articulada à Educação Profissional e o aparato institucional previsto para materializar essa possibilidade de integração. Pereira Filho (2021, p. 33) ratifica que “desse modo, é possível afirmar que a Educação Profissional Técnica de Nível Médio do IFMA é prevista para ser ofertada com base nos fundamentos oriundos das concepções de politecnicidade e omnilateralidade”.

A dissertação intitulada “A reforma do Ensino Médio e suas possíveis consequências nos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica”, de autoria de Camila Silva Pinho, publicada em 2022, traz como objetivo geral: compreender se é possível reformular o currículo destes cursos conforme a Lei 13.415/2017 para manter a relação de integração curricular, a indissociabilidade entre Educação Básica e Educação Profissional e sua função de formação humana.

Pinho (2022), em suas considerações, chama a atenção para algo extremamente importante: “forte presença da dualidade na educação brasileira, na qual as classes mais favorecidas tinham/têm um percurso educativo diferente da classe trabalhadora”. A autora faz questão de enfatizar que esta dualidade marca historicamente a educação no Brasil e afirma:

Os filhos das classes dominantes eram dados acesso à Educação Básica propedêutica e ao Ensino Superior, para os demais eram ofertados itinerários que perpassa por uma Educação Básica precária e voltada, muitas vezes, para a formação para o trabalho com cursos de ofícios ou técnicos (Pinho, 2022, p. 89).

A semelhança do passado com o presente é apontada por Pinho (2022, p. 89) quando afirma que “na atual Reforma do Ensino Médio a história se repete de forma ainda mais fortalecida pelos itinerários formativos”.

No contexto da Reforma do Ensino Médio, Pinho (2022, p. 89) alerta que o Ensino Médio “está sendo usado como um espaço de disputas, para a implantação de projetos e concepções de Estado e sociedade”. Outro destaque feito por esta autora é que a atual Reforma do Ensino Médio, apesar de ser apresentada como uma novidade, na verdade, retoma reformas do século XX, que privilegiam um viés economicista da Teoria do Capital Humano e concepção pedagógica tecnicista, divergente da educação politécnica e a de formação omnilateral.

Pinho (2022) conclui sua dissertação se posicionando por uma educação profissional tecnológica na perspectiva da escola unitária, que conceba o trabalho como princípio formativo; que busque superar a formação dual existente que demarcou a trajetória da formação profissionalizante brasileira para o mercado de trabalho em detrimento à propedêutica que encaminhava os estudantes para o ensino superior. Destaca ainda o papel da educação politécnica, como caminho para o rompimento da dualidade existente, justificando que esta oportuniza aos estudantes reflexões e compreensão dos fundamentos científicos, tecnológicos e sócio-históricos da produção, bem como seu lugar na divisão social do trabalho. Pinho (2022) arremata dizendo que esta proposta superaria o pensamento estrito de formação técnica para os trabalhadores e acadêmica para as elites, tendo caráter omnilateral, transformando os estudantes subjetiva e politicamente.

A dissertação intitulada “O assessoramento Técnico-Pedagógico dos coordenadores de cursos da EPTNM no CETAM: percursos pedagógicos em busca da educação omnilateral no contexto amazonense”, do autor Pedro Santarém de Souza, publicada em 2022, traz como objetivo geral: investigar a práxis pedagógica dos coordenadores do Fortec/Cetam no processo de assessoramento técnico-pedagógico aos docentes, evidenciando os pontos de aproximação ou distanciamento da concepção de EPT na perspectiva omnilateral.

Souza (2022) inicia suas conclusões descrevendo a análise da práxis pedagógica da equipe de coordenadores de cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM), com foco no Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (Cetam), especificamente no setor de Coordenação de Formação Técnica. Ao realizar essa análise, verificou-se que o grupo apresenta algumas aproximações teóricas com a EPT na perspectiva crítica omnilateral, porém ainda há distanciamentos entre a organização curricular e as práticas docentes, evidenciando características da educação tradicional/tecnicista.

Souza (2022) afirma que, a partir das análises e das discussões teóricas sobre a prática da coordenação de cursos da EPTNM, foi permitido construir um produto educacional em consonância com os preceitos da educação omnilateral. Ratifica ainda que o produto educacional foi consolidado como um Plano Pedagógico, visando contribuir para o

assessoramento técnico-pedagógico na coordenação de cursos, garantindo que a práxis seja sempre acompanhada de embasamento teórico-pedagógico-científico. Além disso, visa estimular o estudo de novas concepções de EPT, visando quebrar paradigmas institucionais e alinhando-se aos preceitos da educação omnilateral, voltada para a emancipação e autonomia do estudante, ainda que de forma teórica.

Ao analisar o artigo “Aproximações conceituais entre educação em direitos humanos e as bases teóricas da educação profissional e tecnológica”, dos autores Ana Carolina Corrêa Salvio e Helder Antonio da Silva, publicado em 2022, pode-se extrair que este estudo aspira contribuir com a discussão teórica acerca das possíveis aproximações entre os conceitos de Educação em Direitos Humanos (EDH) e bases teóricas da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), quais sejam: escola unitária, politécnica e omnilateralidade.

Salvio e Silva (2022) asseguram que os resultados obtidos no estudo evidenciam que a EDH, com vistas à formação unitária, politécnica e omnilateral deve constituir fundamento e orientação na vida das pessoas, em todas as faixas etárias, tempos e espaços, especialmente, no Ensino Médio Integrado (EMI). Salvio e Silva (2022) afirmam que as aproximações entre EDH e a Educação Profissional e Tecnológica, especialmente no EMI, viabilizam a prática de uma educação comprometida com a formação emancipatória e cidadã, permitindo aos sujeitos superar a condição de dominados e alcançar a autonomia e justiça.

Por fim, Salvio e Silva (2022) concluem defendendo a luta pela educação unitária, politécnica e com princípios omnilaterais, por meio do EMI, com práticas educativas que dialogam com a EDH. Reforçam que a educação é a base para transformar a realidade, proporcionando oportunidades e libertando-nos da condição de escravos e ignorantes.

A tese intitulada “Educação (em tempo) Integral? Uma análise do Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio de Tempo Integral (EMTI) frente às políticas de Ensino de Tempo Integral da Rede Estadual da Bahia (2017-2022)”, de Catarina Cerqueira de Freitas Santos, publicada em 2023, cujo objetivo principal é analisar as contradições geradas pela adoção da educação integral, explana as contradições que se manifestam no Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio de Tempo Integral na rede estadual de ensino da Bahia, entre 2017 e 2022.

Santos (2023) afirma que sua pesquisa identificou algumas especificidades do Programa Baiano de Educação Integral Anísio Teixeira frente ao EMTI. Os instrumentos legais norteadores do programa baiano mesclam um conceito com objetivo de combinar a defesa de uma educação omnilateral com a pedagogia das competências, expressa na formatação de itinerários formativos.

Santos (2023) também faz questão de esclarecer que o ensino em tempo integral e a educação integral não são sinônimos e defende uma educação integral que seja emancipatória, parta do trabalho como princípio educativo e se articule do ponto de vista de uma formação omnilateral dos sujeitos. A autora também menciona que as políticas de educação em tempo integral da Bahia não foram conduzidas por uma organização de interesse privado, tal como ocorre em outras redes estaduais.

Santos (2023) chama a atenção para a implementação da educação em tempo integral em municípios que possuem apenas uma única escola que oferta o ensino médio, o que pode ocasionar a restrição do direito à educação aos estudantes trabalhadores. A autora evidencia que Programa Baiano de Educação Integral Anísio Teixeira adotam uma lógica de avaliação gerencialista, baseada na responsabilização dos sujeitos e no uso das avaliações externas como parâmetro de qualidade educacional, em detrimento de uma perspectiva de educação integral emancipatória.

Os resultados da pesquisa de Santos (2023) ratificam a tese que o Programa de Fomento EMTI intensifica um processo em curso de ressignificação da concepção de educação integral em direção a uma formação restrita, fragmentada e gerencial, produzindo um recuo em relação à perspectiva da educação integral emancipatória. Sob tal contexto, sob tal cenário político, a autora questiona: qual é a concepção de educação integral que ambicionamos?

A tese “Ensino Médio Integrado, a nossa Escola do Trabalho: repensando a formação dos jovens brasileiros a partir dos fundamentos da Pedagogia Soviética e as interfaces curriculares das Ciências da Natureza”, da autora Ariana Cária de Assis Marinho Silva, foi publicada em 2023. Esta tese traz como objetivo geral: fazer um estudo do movimento do Currículo com centralidade nas Ciências da Natureza (singular) para Formação Humana (universal) com a mediação (particular) da Pedagogia Soviética e o Ensino Médio Integrado.

Silva (2023) traz conclusões sobre sua pesquisa destacando o seu empreender no campo da educação, abrangendo especificamente as particularidades do currículo, procurando exaustivamente demarcar seu posicionamento acerca da indissociabilidade entre os conteúdos e métodos empregados na escola e o projeto de sociedade no qual os sistemas educacionais estão organicamente inseridos.

Nesse contexto, Silva (2023, p. 160) ainda afirma que “a Escola é do Trabalho por centralizar toda a atividade educativa em torno do trabalho humano, circundado pelo seu movimento entre sociedade e natureza e permeado pela atualidade”. Assim, a escola é vista como um espaço que não apenas ensina sobre o trabalho, mas que utiliza o trabalho como uma ferramenta central para a aprendizagem e compreensão do mundo. A categoria da atualidade é

ênfâtizada como um elemento essencial na Pedagogia Soviética, refletindo a necessidade de que a educação se mantenha relevante e conectada com o tempo presente.

Em seu estudo, Silva (2003) afirma que:

O currículo integrado do EMI tem em sua constituição os conteúdos ligados à Educação Básica, que desde 2018 são organizados e normatizados na BNCC. Se tomarmos como referência a contemporaneidade presente nos Temas Contemporâneos Transversais (TCTs), a formação técnica integrada dos IFs deveria estar plenamente ancorada em uma formação para o trabalho ou da técnica pela técnica, bem como das disciplinas do núcleo básico com fim em si mesmas (Silva, 2023, p. 160).

Com isso, a autora ratifica que a eficácia do currículo integrado depende de quão bem ele consegue alinhar os objetivos da formação básica com as necessidades técnicas e de trabalho. Uma abordagem verdadeiramente integrada deve assegurar que os alunos não apenas adquiram competências técnicas, mas também desenvolvam habilidades críticas e analíticas que lhes permitam aplicar seus conhecimentos de maneira inovadora e relevante em contextos reais.

Por fim, Silva (2023) revela que a ofensiva capitalista sempre esteve presente nos currículos da educação da classe trabalhadora desde muito antes dos tempos sombrios que vivemos. Contudo, ênfatiza que na guerra pela educação da classe trabalhadora, a estratégia da formação humana integral, omnilateral ou politécnica conta com a expressiva tática da Escola do Trabalho Soviética.

Com base nas pesquisas feitas e considerando os trabalhos acadêmicos analisados, embora exista um número relativamente significativo de estudos que abordam o tema proposto, fora percebido que ainda não é tão vasto a quantidade de estudos que discutem a *educação politécnica*, a *formação omnilateral*, a *omnilateralidade* e a *politecnicidade*.

Percebeu-se também que, a partir das produções acadêmicas analisadas, nenhuma delas concentrou-se em investigar se as práticas pedagógicas dos professores estão alinhadas ao que preza a legislação, a exemplo da LDB n.º 9394/96 e Decreto n.º 5.154 de 23 de julho 2004. Observamos também que os materiais analisados não investigam as percepções docentes e discentes sobre a materialização dos conceitos de educação politécnica e formação omnilateral no processo formativo.

Este estudo visa suprir essa lacuna ao investigar a incorporação dos conceitos de educação politécnica e formação omnilateral nos documentos institucionais e práticas pedagógicas do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio no IFPB, Campus

Cajazeiras, e compreender sua aplicação no processo formativo com docentes e discentes.

As buscas também nos possibilitaram um aprofundamento sobre o tema proposto, melhorando a compreensão e fornecendo direcionamento de como as discussões sobre a temática vêm se desenvolvendo no munda acadêmico e científico, além de dar-nos direcionamento para novos aportes teóricos que, certamente, enriqueceram esta pesquisa.

Esta imersão corroborou com o problema de investigação que partirá da seguinte questão: Em que medida os conceitos de educação politécnica e formação omnilateral estão materializados nos documentos e nas práticas pedagógicas do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio no Instituto Federal de Educação da Paraíba (IFPB), Campus Cajazeiras – PB?

2.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Quanto à classificação, esta pesquisa caracteriza-se como de natureza empírica, uma vez que visa compreender e analisar documentos e conteúdos de falas de discentes e docentes e estudar conceitos de educação politécnica e formação omnilateral, trabalho e cidadania. Demo (1994, p. 37) afirma que, “o significado dos dados empíricos depende do referencial teórico, mas estes dados agregam impacto pertinente, sobretudo no sentido de facilitarem a aproximação prática”.

Quanto à abordagem, este estudo tem uma abordagem qualitativa, vez que neste tipo de pesquisa o pesquisador busca a compreensão e entendimento do objeto e/ou sujeito a ser pesquisado. Richardson *et al.* (2012, p. 90) afirmam que “a pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como uma tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados”.

Quanto à tipologia da pesquisa, essa pesquisa é documental, bibliográfica e exploratória. Gil (2002) destaca que a pesquisa documental tem semelhanças com a pesquisa bibliográfica, no entanto, a distinção entre as duas reside na natureza de suas fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se vale das contribuições de diversos autores sobre um determinado assunto, a pesquisa documental se apoia em materiais que ainda não passaram por tratamento analítico ou que podem ser reelaborados para se alinharem ao objetivo da pesquisa.

Convém destacar que a pesquisa documental oferece uma série de vantagens, uma vez que os documentos representam uma fonte valiosa e estável de dados. Gil (2002) afirma que os documentos perduram no tempo, constituindo-se como a principal fonte de dados em qualquer pesquisa com vertente histórica.

É uma pesquisa bibliográfica porque toda e qualquer pesquisa e/ou investigação necessita de aporte teórico para sustentar seus argumentos a partir de teorias e/ou conceitos já consolidados. Gil (2002, p. 44) afirma que “pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Ainda segundo Gil (2002, p. 45), “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aqueles que poderia pesquisar diretamente”.

Este objeto de estudo é exploratório porque investiga a materialização do conceito de educação politécnica e formação omnilateral no contexto do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), campus Cajazeiras – PB. Nesse sentido, Gil (2002, p. 41) afirma que “pesquisas exploratórias objetivam proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”. Pode-se dizer que estas pesquisas visam principalmente o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições.

A pesquisa, de caráter descritivo, visa analisar a presença dos conceitos de educação politécnica e formação omnilateral nos documentos institucionais e nas práticas pedagógicas do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio no IFPB, Campus Cajazeiras – PB, além de explorar as percepções de docentes e discentes sobre o tema.

Gil (2002, p. 42) descreve que as “pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

2.3 UNIVERSO, AMOSTRAGEM E AMOSTRA

Ao iniciar uma pesquisa, é essencial considerar as etapas que compõem e sua estrutura investigativa. Neste processo, a escolha do universo da pesquisa desempenha um papel fundamental para a obtenção de resultados relevantes.

A priori, buscou-se compreender conceitualmente o que é o universo de uma pesquisa, para assim dar-se melhor andamento a esta investigação e trazer robustez teórica. Para tanto, vale destacar o que Richardson *et al.* (2012, p. 157-158) definiram como universo de pesquisa: “é o conjunto de elementos que possuem determinadas características. [...] Em termos estatísticos, a população pode ser o conjunto de indivíduos que trabalham em um mesmo lugar, os alunos matriculados em uma mesma universidade”.

Neste estudo, nosso universo é composto por professores e alunos do terceiro ano, do

Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), campus Cajazeiras.

Por não ser uma pesquisa censitária, fez-se necessário definirmos a nossa amostragem de investigação. Para melhor compreensão, vejamos:

O problema da amostragem é, portanto, escolher uma parte (ou amostra) de tal forma que ela seja a mais representativa possível do todo e, a partir dos resultados obtidos, relativos a essa parte, poder inferir, o mais legitimamente possível, os resultados da população total, se esta fosse verificada (Lakatos; Marconi, 2003, p. 223).

Sabendo que a amostragem é uma parte no universo escolhido, para fins de melhor compreensão didática, dividiu-se em dois grandes grupos: amostragem probabilística e amostragem não probabilística. Richardson *et al.* (2012) definem que:

Amostras não probabilísticas os sujeitos são escolhidos por determinados critérios: acidentais, intencionais ou de seleção racional; as amostras probabilísticas, em princípio, todos os sujeitos têm a mesma probabilidade de ser escolhidos, porque o que critério é probabilístico, aleatórias ou ao acaso (Richardson *et al.*, 2012, p.160).

Este autor ainda nos apresenta o conceito de amostra acidental, como um subconjunto da população formada pelos elementos que se pode obter, porém, sem nenhuma segurança de que constituam uma amostra exaustiva de todos os possíveis subconjuntos do universo.

Assim, pode-se afirmar que esta pesquisa é não probabilística com critérios intencionais, visto que dentro da nossa amostragem estão inseridos professores que ministraram disciplinas gerais e técnicas na turma concluinte 2023 do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio do IFPB, Campus Cajazeiras e os estudantes foram somente os concluintes 2023.

Quanto à amostra, pode ser compreendida como subconjunto do conjunto escolhido, segundo o critério de representatividade. Para Richardson *et al.* (2012, p. 158), “cada unidade ou membro de uma população, ou universo, denomina-se elemento, e ao tomar certa composição para averiguar algo sobre a população a que pertencem, fala-se de amostra”.

A amostra deste estudo foi composta por 15 professores de disciplinas de formação geral e técnica, que lecionaram para a turma concluinte de 2023 do Curso Técnico Integrado em Edificações do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), Campus Cajazeiras, e aceitaram participar mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. No entanto, desta amostra

proposta, 6 (seis) professores das disciplinas da área técnica aceitaram participar e 5 (cinco) professores das disciplinas da formação geral participaram.

A amostra de estudantes foi proposta 18 (dezoito) alunos concluintes do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), campus Cajazeiras. Os alunos foram escolhidos aleatoriamente, dentre a lista de alunos concluintes em 2023 e que aceitassem e manifestassem por escrito o desejo de participar da pesquisa. Decidiram participar da pesquisa apenas 10 (dez) alunos.

2.4 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

A definição do instrumento de coleta de dados é de fundamental importância, devendo, portanto, estar alinhado a forma de análise e preocupado para atender aos objetivos da pesquisa. Esta pesquisa utilizou-se de dois métodos de coleta de dados: pesquisa documental e entrevistas estruturadas.

A pesquisa documental é uma técnica que permite imergir em documentos, sejam eles físicos ou digitais. Esta pesquisa propôs analisar o Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI do IFPB, Projeto Pedagógico Institucional (PPI), Projeto Pedagógico do Curso (PPC), planos de disciplina e diários de classe. No entanto, após consulta no site do IFPB, foi encontrado somente o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFPB (2020-2024), Projeto Pedagógico do Curso e os Planos de disciplina.

A coleta de dados documental permitiu acesso a uma vasta quantidade de informações que podem ser utilizadas para embasar argumentos e conclusões, além de possibilitar a análise de diferentes perspectivas sobre o tema em questão.

Para Minayo (2017), a coleta de dados documentais em pesquisas qualitativas permite a análise de fontes primárias e secundárias para compreender as diversas dimensões do objeto de estudo. A autora enfatiza que a coleta de dados documentais pode ser utilizada tanto como fonte de dados para análise quanto como uma forma de complementar outras técnicas de coleta de dados, como entrevistas e observação participante. Fez-se necessário usarmos esta técnica para possamos fazer uma discussão sólida e profícua a partir dos documentos oficiais que forneceram base para o desenvolvimento, análise e conclusões deste estudo.

No que se refere à entrevista estruturada, Antônio Joaquim Severino (2013) assinala:

Técnica de coleta de informações sobre um determinado assunto, diretamente solicitada aos sujeitos pesquisados [...]. ENTREVISTAS ESTRUTURADAS

São aquelas nas quais as questões são direcionadas e previamente estabelecidas, com determinada articulação interna. Aproxima-se mais do questionário, embora sem a impessoalidade deste. Com questões bem diretivas, obtém-se, do universo de sujeitos, respostas também mais facilmente categorizáveis, sendo assim muito útil para o desenvolvimento de levantamentos sociais (Severino, 2013, p. 77).

Devidamente fundamentado por Severino (2013) adotou-se a entrevista estruturada para atender aos objetivos propostos neste estudo, bem como permitir maior interação entre o pesquisador e pesquisados, por ser estruturada permite maior controle e evita divagações à medida que o entrevistado segue respondendo às perguntas. As entrevistas foram registradas por meio de gravação em áudio, para posteriormente transcrevê-las e analisá-las.

Esta pesquisa não foi isenta de riscos para o participante, quanto ao instrumento de coleta de dados utilizado. Embora a entrevista não seja invasiva, consideramos que esta poderia trazer incômodos de ordem psicológica e/ou emocional. Conforme o nosso entendimento, há possíveis riscos de: cansaço, constrangimento, incômodo, sensação de impotência ou de incompetência em sua prática, irritação por se sentir despreparado para o trabalho, por ocasião das respostas para esta entrevista.

Esses riscos foram minimizados mediante a realização de entrevistas conduzidas com linguagem clara e acessível, respeitando a dignidade da pessoa humana. As entrevistas ocorreram em uma sala reservada, garantindo a liberdade do participante de não responder a quaisquer perguntas caso não desejasse ou se sentisse desconfortável. Além disso, foi assegurado o tempo adequado para reflexão e respostas, promovendo um ambiente respeitoso e acolhedor. O pesquisador também se manteve atento aos sinais verbais e não verbais de possível desconforto a fim de garantir a suspensão imediata da entrevista, caso fosse percebido algum risco ou danos à saúde dos participantes.

Convém ainda esclarecer que essa pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética e Pesquisa do IFPB, registrada sob CAAE: 74502523.6.0000.5185 e aprovada conforme o parecer n.º: 6.428.290, de 16 de outubro de 2023.

2.5 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Neste estudo, para análise dos dados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo. Bardin (2016) assegura que a análise de conteúdo é:

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações.

Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações (Bardin, 2016, p. 37)

Nesse contexto, Bardin (2016) destaca a flexibilidade e abrangência da análise de conteúdo. Ela é apresentada não como uma técnica rígida, mas como um conjunto de ferramentas que pode ser adaptado a diferentes tipos de comunicação e a variados contextos. Pode-se afirmar que a análise de conteúdo pode ser utilizada em diversos campos, como educação, psicologia, ciências sociais, entre outros, sendo aplicável a textos, entrevistas, discursos e até imagens.

O caráter plural reflete capacidade de se ajustar às necessidades específicas de cada pesquisa, oferecendo múltiplas abordagens metodológicas. A “grande disparidade de formas” mencionada por Bardin sugere que, dependendo do objetivo do estudo, diferentes estratégias podem ser empregadas para explorar significados manifestos e latentes nas comunicações.

Ao enfatizar que a análise de conteúdo é um “leque de apetrechos”, Bardin coloca a metodologia como um processo dinâmico e versátil, que requer a escolha cuidadosa das técnicas de análise adequadas ao material de estudo. Essa abordagem flexível é particularmente útil em áreas onde os dados qualitativos são complexos e multifacetados, permitindo uma leitura mais profunda e interpretativa dos conteúdos.

Bardin (2016, p 123) destaca que “a análise de conteúdo pode ser organizada em três polos cronológicos: pré-análise, a exploração do material, o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação”. Cada uma dessas etapas desempenha um papel crucial no processo investigativo.

Seguindo conforme Bardin (2016), separamos os documentos que conseguimos ter acesso. Convém esclarecer que como utilizamos consulta no portal eletrônico do IFPB, neste meio não está disponível e/ou nas buscas feitas não encontramos o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e os diários de classe.

Na pesquisa feita no portal eletrônico do IFPB, encontramos o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFPB 2020-2024, o Projeto Pedagógico do Curso, atualizado em 2020 e também os planos de disciplina. Estes documentos foram devidamente separados para análise. O não acesso ao Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e diários de classe não comprometem a riqueza de informações contidas nos demais documentos.

Após a triagem documental, realizamos a leitura detalhada de cada documento para investigar como os conceitos de educação politécnica e formação omnilateral estão presentes

nas cartas legais que orientam o Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio no IFPB, Campus Cajazeiras. Também verificamos se há elementos que evidenciem a importância desses conceitos para a formação dos estudantes.

No que se refere às entrevistas com professores e estudantes, convém observar que a amostra não atingiu 100% (cem por cento) do que fora proposto. Da amostra sugerida de quinze professores, apenas onze professores participaram; o que representa 73% (setenta e três), do que foi proposto, para docentes.

Entre os estudantes a coleta foi mais desafiadora, visto que poucos se dispuseram a participar da pesquisa, embora tenham ficado curiosos. Somente 10 (dez), de um público sugerido de 18 (dezoito), aceitaram participar das entrevistas, configurando-se numa taxa de 55,55% da amostra proposta para discentes.

3 TRABALHO E EDUCAÇÃO: PROCESSOS DISTINTOS E ESPECIFICAMENTE HUMANOS

Falar de trabalho e educação requer uma compreensão das dinâmicas sociais e históricas que moldaram (e moldam) a humanidade. Ao abordar essa discussão, considerar-se-ão tanto os aspectos históricos quanto ontológicos do trabalho, proporcionando uma visão mais abrangente e detalhada sobre como essas duas atividades, exclusivamente humanas, se interconectam e se transformam ao longo do tempo.

Historicamente, o trabalho sempre ocupou uma posição central na vida humana. Desde os aspectos religiosos, que inicialmente abordavam o trabalho como castigo, até as sociedades primitivas, onde a subsistência dependia diretamente da capacidade de caçar, colher e fabricar ferramentas, é possível observar uma evolução significativa. Nas sociedades modernas, o trabalho assume formas complexas e diversificadas, estabelecendo uma relação peculiar e próxima entre o desenvolvimento humano e as atividades laborais. Nesse contexto, a educação emerge como uma “metodologia” de transmissão de conhecimentos, habilidades e valores necessários para o desempenho eficaz do trabalho.

Ao propor a análise de aspectos históricos e ontológicos na relação entre trabalho e educação, busca-se expor tanto a evolução temporal quanto os fundamentos ontológicos dessa relação ao longo da história. Segundo Saviani (2007), trabalho e educação são atividades especificamente humanas. Isso significa que, em rigor, apenas o ser humano trabalha e educa. Refletir sobre esses processos, considerando suas dimensões históricas e ontológicas, é essencial para compreender a relação entre essas duas atividades.

O objetivo desta discussão é investigar se sempre houve uma relação intrínseca entre trabalho e educação, como esses elementos se influenciam mutuamente e se transformam em diferentes contextos sociais e históricos, e se foi somente a partir de Marx que a relação entre trabalho e educação passou a ser analisada com maior atenção.

3.1 TRABALHO E EDUCAÇÃO NAS SOCIEDADES PRIMITIVAS E TRIBAIS

Nas sociedades primitivas não havia distinção entre educação e trabalho. As crianças aprendiam o necessário para a sobrevivência enquanto observavam os adultos e/ou mais velhos na execução da atividade diárias e cotidianas da comunidade. Havia uma relação integrada, funcional e intencional; tudo era muito informal, com práticas e ações diretamente relacionadas à sobrevivência e manutenção do grupo. Nesse contexto, Brandão (1993) destaca que:

O homem que transforma, com o trabalho e a consciência, partes da natureza em invenções de sua cultura, aprendeu com o tempo a transformar partes das trocas feitas no interior desta cultura em situações sociais de aprender-ensinar-e-aprender: em educação. Na espécie humana, a educação não continua apenas o trabalho da vida. Ela se instala em um domínio propriamente humano de trocas: de símbolos, de intenções, de padrões de cultura e de relações de poder. Mas, a seu modo, ela continua no homem o trabalho da natureza de fazê-lo evoluir, de torná-lo mais humano (Brandão, 1993, p. 6).

Na sociedade primitiva, a aprendizagem ocorria por observação direta e imitação dos adultos em ações cotidianas e frequentes, como caça, pesca, coleta de alimentos, construção de abrigos e confecção de utensílios. Era uma aprendizagem prática e contextualizado que permitia transmissão de conhecimentos essenciais à vida e na comunidade; conhecimentos seguiram sendo passados de geração a geração, por observação e registros rupestres, não havendo uma ideia institucionalizada de como ensinar e para que ensinar, havia apenas o desejo garantir a sobrevivência. Brandão (1993) afirma que:

A educação existe onde não há a escola e por toda parte pode haver redes e estruturas sociais de transferência de saber de uma geração a outra, onde ainda não foi sequer criada a sombra de algum modelo de ensino formal e centralizado. Porque a educação aprende com o homem a continuar o trabalho da vida (Brandão, 1993, p. 6).

Na sociedade primitiva, a educação era uma responsabilidade do grupo, não algo exclusivo de um professor ou escola. Todos contribuem efetivamente com o processo educacional, resguardando que todas as habilidades e conhecimentos fossem compartilhados entre os membros do grupo, veja:

Ali, todos os que convivem aprendem, aprendem, da sabedoria do grupo social e da força da norma dos costumes da tribo, o saber que torna todos e cada um pessoalmente apto e socialmente reconhecidos e legitimados para a convivência social, o trabalho, as artes da guerra e os ofícios, do amor. Os meninos observam os homens quando fazem arcos e flechas; o homem os chama para perto de si e eles se veem obrigados a observá-lo. As mulheres, por outro lado, levam as meninas para fora de casa, ensinando-as a conhecer as plantas boas para confeccionar cestos e a argila que serve para fazer potes. E, em casa, as mulheres tecem os cestos, costuram os mocassins e curtem a pele de cabrito diante das meninas, dizendo-lhes, enquanto estão trabalhando, que observem cuidadosamente, para que, quando forem grandes, ninguém as possa chamar de preguiçosas e ignorantes. Ensina meninas a cozinhar e aconselham-nas sobre a busca de bagas e outros frutos, assim como sobre a colheita de alimentos (Brandão, 1993, p. 8-9).

Ao compartilhar conhecimento, os povos primitivos utilizavam-se de práticas sociais, culturais, de rituais, mitos, histórias orais e tradições culturais que ajudavam a consolidar a identidade do grupo e a ensinar valores, normas e crenças. As crianças, desde cedo, participavam ativamente nas tarefas diárias. Tal participação garante o aprendizado e a participação ativa, possibilitando aos jovens adquirirem habilidades práticas e a compreensão dos seus papéis no grupo, a fortalecer assim a coesão social e a identidade comunitária.

3.2 TRABALHO E EDUCAÇÃO NA ANTIGUIDADE

Ao refletir sobre a organização do trabalho e da educação, é fundamental reconhecer que essas práticas não se desenvolvem isoladamente, mas em meio a estruturas sociais ricas e complexas. Assim, é impossível dissociar essas duas áreas da ampla rede de relações humanas e culturais que as circundam, pois ambas estão profundamente enraizadas no cotidiano e nas realidades sociais das pessoas. A educação e o trabalho não são apenas funções técnicas, mas expressões vivas de uma sociedade em constante transformação.

Quando compreendermos o mundo antigo, inevitavelmente temos que nos debruçar sobre as duas grandes civilizações que moldaram o mundo naquela época: Grécia e Roma. Essas não só dominaram politicamente, mas também estabeleceram as bases culturais, sociais e educativas que nos influenciam até hoje.

A sociedade grega antiga teve sua fixação na região dos Balcãs, uma área montanhosa que favoreceu o desenvolvimento de comunidades independentes. Segundo Funari (2002):

A Península Balcânica constituiu-se o centro original da civilização grega. Esta região é delimitada, por um lado, pelo Mar Mediterrâneo e, por outro, pela alternância de montanhas rochosas e despenhadeiros e alguns vales férteis para a agricultura. A pobreza do solo e as condições físicas desfavoráveis, como relevo acidentado, invernos e verões rigorosos, períodos longos de seca, incentivavam os deslocamentos populacionais e, portanto, a expansão grega por outras terras (Funari, 2002, p. 9).

Funari (2002) expõe uma visão concisa e elucidativa sobre a geografia e as condições ambientais que influenciaram o desenvolvimento e a expansão da civilização grega na Península Balcânica, destacando localização estratégica da região, situada entre o Mar Mediterrâneo e uma região composta por montanhas rochosas, despenhadeiros e vales férteis. O autor enfatiza a dualidade do ambiente geográfico, que por um lado proporcionava acesso ao mar, facilitando o comércio e a navegação, e, por outro, apresentava desafios significativos para

a subsistência e o desenvolvimento agrícola. A menção aos “vales férteis” sugere que, apesar das dificuldades, havia áreas limitadas, mas favoráveis à agricultura. Isso permite estabelecer uma relação direta entre as condições geográficas e climáticas da Península Balcânica e a expansão grega, indicando que as adversidades ambientais influenciaram decisivamente o desenvolvimento dessa civilização antiga.

Na sociedade ateniense, uma das principais cidades gregas, na época, havia uma divisão social definida: cidadãos e não-cidadãos. Vejamos o que acentua Funari (2002).

Em Atenas, eram considerados cidadãos apenas os homens adultos (com mais de 18 anos) nascidos de pai e mãe atenienses. Apenas pessoas com esses atributos podiam participar do governo democrático ateniense, o regime político do “povo soberano”. Os cidadãos tinham três direitos essenciais: liberdade individual, igualdade com relação aos outros cidadãos perante a lei e direito a falar na assembleia (Funari, 2002, p. 27).

Funari (2002) oferece uma visão sobre a cidadania na antiga Atenas, destacando aspectos cruciais da democracia ateniense. Ele afirma que havia critérios específicos para a cidadania, limitando-a a homens adultos com mais de 18 anos, nascidos de pais atenienses. Essa definição restritiva imediatamente exclui uma parcela significativa da população, incluindo mulheres, escravos, estrangeiros e seus descendentes, revelando a natureza exclusiva da democracia ateniense. O autor também enumera três direitos fundamentais dos cidadãos: liberdade individual, igualdade perante a lei e o direito de se expressar na assembleia. Esses direitos formavam a base da participação política e da vida cívica em Atenas, permitindo aos cidadãos uma voz ativa no governo e nas decisões da cidade-estado. A liberdade individual garantia autonomia pessoal, a igualdade perante a lei assegurava tratamento justo no sistema legal, e o direito de falar na assembleia possibilitava participação direta no processo político.

Em Atenas, as relações de trabalho eram ligadas à estrutura social e política da cidade, que, embora democrática, era sustentada por uma base econômica fortemente dependente do trabalho escravo e da exploração de outras cidades e povos. Os escravos exerciam trabalhos nos campos e minas até serviço doméstico, permitindo que os cidadãos atenienses dedicassem seu tempo à participação política e à vida pública.

O escravo toma possível o jogo social, não porque garanta a totalidade do trabalho material (isso jamais será verdade), mas porque seu estatuto de antecidadão, de estrangeiro absoluto, permite que o estatuto do cidadão se desenvolva; porque o comércio de escravos e o comércio simplesmente, a economia monetária, permitem que um número bem excepcional de atenienses sejam cidadãos (Vernant; Vidal-Naquet, 1989, p. 93).

Já em Esparta, o trabalho manual que sustentava os espartanos era realizado pelos hilotas. Funari (2002) destaca que hilotas não eram escravos porque não eram propriedade dos espartanos, foram aprisionados, não tinham direitos e eram obrigados a dar aos espartanos uma porcentagem dos frutos da terra, normalmente a metade, como se fossem meeiros. Os cidadãos, conhecidos como esparciatas, dedicavam-se às atividades militares e administrativas, enquanto os hilotas, que eram servos, realizavam os afazeres agrícolas e manuais. Desta forma, os espartanos podiam se dedicar ao treinamento militar e às funções governamentais. Conforme afirma Funari (2002, p. 23): “Todos os homens de Esparta, chamados de esparciatas, eram guerreiros, sendo proibidos por lei de exercer atividades que entrassem em conflito com a carreira militar”.

Quanto à educação formal, as jovens atenienses pertencentes às classes sociais mais altas tinham acesso ao processo de alfabetização; os jovens das classes menos favorecidas ficam resumidos aos cuidados com o lar, família. Manacorda (2022) afirma:

A separação dos processos educativos segundo as classes sociais, porém menos rígida e com um evidente desenvolvimento para formas de democracia educativa. Para as classes governantes uma escola, isto é, um processo de educação separado, visando preparar para as tarefas do poder, sendo o “pensar” ou o “falar” (isto é, a política) e o “fazer” a esta inerente (isto é, as armas); para os produtores governados nenhuma escola inicialmente, mas só um treinamento no trabalho, cujas modalidades, que foram mostradas por Platão, são destinadas a permanecer imutáveis durante milênios: observar e imitar a atividade dos adultos no trabalho, vivendo com eles. Para as classes excluídas e oprimidas, sem arte nem parte, nenhuma escola e nenhum treinamento, mas, em modo e em graus diferentes, a mesma aculturação que descende do alto para as classes subalternas (Manacorda, 2022, p. 58).

Na cidade de Esparta, a educação era caracterizada por um sistema educativo voltado principalmente para a formação de guerreiros. A educação espartana tinha como objetivo principal preparar os jovens para a guerra, enfatizando a disciplina, a resistência física e a obediência às leis do Estado. Os meninos, espartanos, eram retirados de suas famílias e eram submetidos a um regime coletivo e rigoroso de treinamento militar. Quanto a isso, Funari (2002) ressalta:

Os meninos espartanos tinham uma educação militar rígida. Nada mais sisudo do que o modo de vida de Esparta. Nesta sociedade de ferro, desde a mais tenra infância, os garotos eram criados como futuros guerreiros, submetidos a condições muito duras, tanto para seu corpo como para seu espírito, de maneira a se tornarem pessoas extremamente resistentes e, por isso, se usa, até hoje, o adjetivo “espartano” para designar a sobriedade, o rigor e a severidade (Funari, 2002, p. 23).

Na citação acima, o autor destaca a natureza disciplinada e militarizada da criação dos jovens espartanos, descrevendo-a como uma “sociedade de ferro”. A ênfase na formação militar desde a infância demonstra a prioridade que Esparta dava à preparação para a guerra, refletindo uma sociedade em constante estado de prontidão militar.

O texto sugere que o papel social era predeterminado, com a identidade espartana fortemente ligada à capacidade militar. A educação visava não apenas o preparo físico, mas também a formação de uma mentalidade resiliente e disciplinada, submetendo os jovens a condições extremamente duras tanto física quanto psicológica. O objetivo era criar indivíduos excepcionalmente resistentes, indicando uma valorização da força e da resistência como virtudes supremas na sociedade espartana. É importante destacar, em uma perspectiva crítica, que este recorte representa uma visão parcial de uma sociedade complexa e multifacetada. Contudo, é possível observar que, no que se refere ao trabalho e à educação em Esparta, estas estavam ligadas à manutenção de uma sociedade militarista e hierárquica. Neste sentido, Funari (2002) assevera:

A história de Esparta e de suas instituições não são bem conhecidas, a maioria das informações provém de autores que viveram séculos depois dos acontecimentos ou que não eram de Esparta. Entretanto, sabemos que a estrutura social era muito rígida e a educação das crianças tinha um papel fundamental na transformação dos homens em guerreiros ferozes (Funari, 2002, p. 24).

Pela educação, os cidadãos espartanos eram moldados a serem guerreiros e dedicados à defesa do estado, enquanto o trabalho manual e agrícola era realizado pelos servos. Era um sistema que permitia a Esparta constantemente preparação bélica, consolidando-se como uma das mais temíveis potências militares da Grécia Antiga.

Ainda passeando pelo Mundo Antigo, com forte predominância de influências de gregos e romanos, convém apresentar como era pensado trabalho e educação na Roma Antiga.

Os plebeus e escravos, em sua maioria, aprendiam ofícios e trabalhos manuais diretamente no ambiente de labuta; a aprendizagem era prática e direta, sem direcionamento formal, “conforme a necessidade diária”. Havia ausência de uma educação estruturada e pensada para emancipação do sujeito focada apenas a atender demandas e necessidades da sociedade da época, reforçando a ausência de uma de estrutura educacional pensada para todos; reforça a divisão social de classes que limitava as oportunidades de ascensão social, determinando aos mais pobres os trabalhos físicos e de menor prestígio, no entanto, era possível ascender de classe. Funari (2002) assim descreve:

Para os romanos: sempre houve cidadãos e não-cidadãos e livres e não livres. Os livres eram divididos em dois grupos, aqueles de nascimento livre e os libertos, ou ex-escravos alforriados. Os livres de nascimento podiam ser cidadãos romanos ou não-cidadãos, tendo os cidadãos direitos que não estavam disponíveis para os outros. Não-cidadãos de nascimento livre podiam, individual ou coletivamente, receber a cidadania romana. Assim, a sociedade romana era, ao mesmo tempo, caracterizada por divisões e pela possibilidade de mobilidade, ou seja, um escravo podia deixar de ser escravo e tornar-se livre e um não cidadão podia tornar-se cidadão (Funari, 2002, p. 77).

Funari (2002) descreve uma sociedade estratificada, mas não completamente rígida, onde existiam distinções claras entre diferentes grupos, mas também oportunidades para mudança de status social.

O texto ressalta que a sociedade romana era fundamentalmente dividida entre cidadãos e não-cidadãos, bem como entre pessoas livres e não livres. Entre os livres, havia uma subdivisão adicional: aqueles nascidos livres e os libertos, que eram ex-escravos que haviam conquistado sua liberdade. Esta estrutura já indica uma forma de mobilidade social, ao demonstrar que era possível para um escravo alcançar a condição de liberto.

Os cidadãos romanos gozavam de direitos e privilégios que não estavam disponíveis para os não-cidadãos. No entanto, o autor aponta que havia mecanismos pelos quais não-cidadãos podiam adquirir a cidadania romana, seja individualmente ou em grupo. Isso demonstra que a sociedade romana, apesar de suas divisões, não era completamente fechada ou estática.

A educação na Roma antiga era um sistema complexo e em constante evolução, refletindo as mudanças sociais, políticas e culturais do império. Inicialmente, a educação era predominantemente familiar, com os pais, especialmente a mãe, desempenhando um papel crucial na formação moral e cívica dos filhos. Tácito, no *Diálogo dos oradores*, evoca nostalgicamente essa antiga tradição: “Antigamente, cada filho, nascido de uma casta genitora, vinha sendo educado não no aposento de uma nutriz mercenária, mas no seio da própria mãe, cujo mérito principal era cuidar da casa e dedicar-se aos filhos” (Manacorda, 2010, p. 75).

Esta educação familiar era voltada principalmente para a formação do caráter e a transmissão dos valores romanos tradicionais. À medida que a educação se tornava mais formalizada, surgiu uma classe de educadores profissionais, muitos dos quais eram escravos ou libertos gregos. Esta transição é descrita por Manacorda (2010, p. 78): “Com o evoluir da sociedade patriarcal romana, a educação se torna um ofício praticado inicialmente por escravos no interior da família e, em seguida, por libertos na escola”.

Esta mudança trouxe consigo uma certa ambivalência em relação à profissão de educador. Por um lado, o conhecimento era valorizado, mas, por outro lado, o ato de ensinar era muitas vezes visto como uma ocupação inferior. “Sêneca, o retor, no prefácio às Controvérsias, expressou essa contradição sucintamente: 'era vergonhoso ensinar o que era honroso aprender’” (Manacorda, 2010, p. 78). Apesar dessa ambiguidade, alguns educadores conseguiram alcançar grande prestígio e riqueza. “Plínio, o velho, menciona um gramático chamado Dafni que foi vendido por 700 mil sestércios” (Manacorda, 2010, p. 95).

Contudo, observamos uma relação entre trabalho e educação na Roma Antiga, refletindo a estrutura social estratificada, mas não completamente rígida, da sociedade romana. A educação e as oportunidades de trabalho eram fortemente influenciadas pela posição social do indivíduo, criando um sistema que perpetuava as divisões de classe, mas também permitia certa mobilidade social.

Para os plebeus e escravos, a educação era predominantemente informal e prática, ocorrendo diretamente no ambiente de trabalho. Essa abordagem, segundo a necessidade diária, focava em habilidades específicas necessárias para o desempenho de trabalhos manuais e ofícios, sem uma estrutura educacional formal voltada para a emancipação do indivíduo. Essa realidade reforçava a divisão social, limitando as oportunidades de ascensão e relegando os mais pobres a trabalhos físicos de menor prestígio.

No entanto, a sociedade romana não era completamente estática. Como descrito por Funari (2002), havia uma distinção entre cidadãos e não-cidadãos, livres e não livres, mas também existiam mecanismos que permitiam a mobilidade social. Escravos podiam se tornar libertos, e não-cidadãos podiam adquirir a cidadania romana, seja individualmente ou em grupo. Essa possibilidade de mudança de status social demonstra que, apesar das divisões claras, a sociedade romana oferecia oportunidades de ascensão, ainda que limitadas.

A educação para as classes mais altas era inicialmente centrada na família, com ênfase na formação moral e cívica. Os pais, especialmente a mãe, desempenhavam um papel crucial na transmissão dos valores romanos tradicionais. Com o tempo, a educação se tornou mais formalizada, surgindo uma classe de educadores profissionais, muitos dos quais eram escravos ou libertos de origem grega. Essa transição trouxe consigo uma ambivalência em relação à profissão de educador. Por um lado, o conhecimento era valorizado, mas por outro, o ato de ensinar era frequentemente visto como uma ocupação inferior, como exemplificado pela citação de Sêneca.

Conclui-se que o trabalho e a educação na Roma Antiga estavam intrinsecamente ligados à estrutura social do império, refletindo e, ao mesmo tempo, perpetuando as divisões de

classe existentes. Enquanto as classes mais baixas recebiam uma educação prática e informal voltada para o trabalho manual, as classes mais altas tinham acesso a uma educação mais estruturada e abrangente.

No entanto, a possibilidade de mobilidade social, ainda que limitada, proporcionava alguma fluidez neste sistema. A evolução da educação de uma prática familiar para uma profissão formalizada reflete as mudanças sociais, políticas e culturais do império romano ao longo do tempo. Esta complexa interação entre trabalho, educação e estrutura social demonstra como esses elementos eram fundamentais na formação e manutenção da civilização romana, ao mesmo tempo, em que permitiam certa adaptabilidade e evolução da sociedade.

3.3 TRABALHO E EDUCAÇÃO NA IDADE MÉDIA

O período histórico que se conhece como Idade Média, é o espaço temporal compreendido entre os anos 476 e 1453. Este período é marcado pela ruralização da Europa, fortalecimento da Igreja católica e ascensão do Feudalismo. A Idade Média também carrega consigo o estigma de “Idade das Trevas”, uma visão criticada por historiadores; o que houve foi uma interrupção das tradições clássicas com baixas produções intelectuais, artísticas e culturais.

No que se refere à relação entre trabalho e educação, evidencia-se forte e profunda influência da estrutura feudal e da Igreja Católica na Europa. A educação, na maioria, estava ligada às instituições da igreja, onde tanto o trabalho intelectual quanto o manual eram considerados essenciais para o desenvolvimento espiritual e prático dos indivíduos. Afirma Manacorda (2022, p. 152): “A ociosidade é o inimigo da alma, portanto, os monges em determinadas horas devem dedicar-se ao trabalho manual e, em outras horas determinadas, à leitura espiritual”.

Na Idade Média os mosteiros desempenharam um papel central na educação, onde o trabalho manual, como a cópia de manuscritos e a agricultura, coexistiu com o estudo dos textos religiosos e filosóficos. Neste sentido, afirma Manacorda (2022):

Eles não vivem do trabalho das próprias mãos e, portanto, não são verdadeiramente monges. Em suma, o trabalho real, sobretudo o trabalho fundamental para a economia do mosteiro, o que é o dos campos, é confiado a outros: a trabalhadores agrícolas que trabalham nas propriedades do mosteiro nas mesmas condições em que trabalhariam para os remanescentes patrões romanos ou para os novos patrões bárbaros. A partir dos mosteiros não nasce uma nova condição social do trabalho (Manacorda, 2022, p. 152).

No que se refere à educação secular na Idade Média, esta era frequentemente ligada à formação para profissões específicas, como Direito, Medicina e Artesanato. As guildas (associações de artesãos e comerciantes da Europa medieval) ofereciam um sistema de aprendizagem prática supervisionada por mestres experientes, onde o trabalho e a educação eram inseparáveis. A educação na Idade Média não era para todos, sendo muitas vezes restrita a uma elite clerical ou aristocrática. A posição social e econômica determinava as oportunidades educacionais e de trabalho disponíveis para diferentes categorias da sociedade medieval, aumentando as desigualdades e limitando o acesso ao conhecimento e às habilidades necessárias para o desempenho de várias funções.

Durante a Idade Média, a educação foi pensada como um instrumento essencial para se alcançar a sabedoria, que, por sua vez, levaria o homem à felicidade. As escolas da época, divididas em paroquiais, catedralícias e monacais, destinavam-se predominantemente à educação da classe dominante, refletindo a forte influência da Igreja tanto na função religiosa quanto política.

Os mosteiros desempenhavam um papel fundamental, atuando como arquivos literários e culturais, além de controlarem a educação e os princípios morais, políticos e jurídicos. A base da educação medieval estava alicerçada na herança greco-romana e nas Artes Liberais, compostas pelo Trivium e Quadrivium.

O Trivium focava nas habilidades de conversação e convencimento, abrangendo três disciplinas principais: Gramática, Dialética e Retórica. A Gramática ensinava o ato de falar e escrever bem, comunicando-se por símbolos. A Dialética era a arte do pensamento, promovendo discussões eficientes e argumentativas. Já a Retórica, por sua vez, era a arte da comunicação do pensamento, disciplina da persuasão e tratava das questões sociais.

O Quadrivium destacava-se pelo estudo da Aritmética, Geometria, Música e Astronomia. A Aritmética tratava da teoria dos números, a Música aplicava essa teoria e a Geometria envolvia a teoria do espaço e a Astronomia aplicava essa teoria ao estudo do espaço.

As Artes Liberais do Trivium buscavam o domínio da língua, a capacidade argumentativa e a habilidade de discursar em prosa e verso, sendo indispensáveis tanto para a administração pública quanto para funções eclesiásticas. Por outro lado, as artes liberais do Quadrivium estavam mais relacionadas à matéria, com destaque para a Matemática e os princípios da Música.

Já as artes mecânicas, na concepção medieval, envolviam práticas e habilidades ordenadas, voltadas principalmente para os grupos sociais mais baixos, como escravos, pobres e plebeus. Estes homens viviam no campo e do campo, realizando trabalhos servil e vulgar. A

formação profissional medieval abrangia diversas áreas, como agricultura (pesca, caça, lavradores), vestuário (sapateiros, alfaiates), arquitetura (pedreiros, carpinteiros, alvenaria), culinária, metalurgia (ferreiros, serralheiros), comércio e vida militar.

É possível afirmar que a educação profissional medieval era majoritariamente prática, com aulas ministradas por padres da Companhia de Jesus. À medida que as escolas cresciam, as demandas por oficiais mecânicos aumentavam. O processo de aprendizagem se dava pela observação e imitação, com mestres ensinando seus aprendizes diretamente no processo de manufatura, respondendo às demandas mercantis.

A pedagogia dos padres jesuítas, à época, assemelhava-se ao que hoje chamamos de ensino profissionalizante. Segundo Fonseca (1961), em seus escritos, a origem da educação profissional teve um viés mais assistencialista do que propriamente educacional. Com o tempo, a indústria começou a ocupar um lugar de destaque e, apesar de a educação profissional moderna ter alguns privilégios, ainda existem resquícios de uma cultura que contrapõe o pensar ao fazer.

No entanto, a educação na Idade Média teve muitas faces, atendeu a diversos propósitos, tais como: religiosos, administrativos, intelectuais e práticos. O principal objetivo era preparar os indivíduos para funções específicas na sociedade, conforme as necessidades da Igreja, do Estado e da economia local. Cada instituição educacional, desde os monastérios, escolas até as guildas, desempenharam funções na formação dos indivíduos. Com isso, evidencia-se que a relação entre trabalho e educação na Idade Média foi marcada por interdependência entre formação intelectual e prática, com forte influência religiosa. Essa dinâmica influenciou não apenas a vida cotidiana dos indivíduos, mas também as estruturas sociais e econômicas da época.

3.4 TRABALHO E EDUCAÇÃO NO RENASCIMENTO E ILUMINISMO

O Renascimento foi um movimento que ocorreu durante o século XIV ao XVII marcado por grandes transformações culturais, artísticas e intelectuais na Europa. Nascido na Itália, marcado por um novo olhar e interesse pela cultura clássica greco-romana após a Idade Média. Aranha (2012, p. 121) afirma que o Renascimento pode ser caracterizado como a “recusa dos valores medievais, respondendo às aspirações dos novos tempos”.

Os renascentistas trouxeram uma visão mais humanista do mundo, valorizando as habilidades humanas, a razão e a incessante busca pelo conhecimento. Neste período, grandes artistas como Leonardo da Vinci, Michelangelo surgiram com obras-primas que ainda hoje

celebram e simbolizam inovação e beleza. O Renascimento não só impulsionou as artes, mas também trouxe avanços nas ciências e na filosofia. Nomes como Copérnico, Galileu e Maquiavel são destaques no Renascimento.

No campo econômico, houve um rompimento com as práticas que ocorriam na Idade Média. Houve crescimento e desenvolvimento das atividades artesanais e comerciais impulsionados pelos antigos servos libertos, dando origem a um novo modo de produção capitalista, sucumbindo às práticas do feudalismo.

O Renascimento foi um período de grandes novidades culturais e intelectuais que trouxeram profundas mudanças na educação. Uma das características mais notáveis foi a proliferação de colégios e manuais didáticos, com um crescente interesse pela instrução formal. A educação tornou-se uma exigência da nova concepção de ser humano. Conforme Aranha (2012, p. 83), a educação foi objeto de grande interesse, com a “proliferação de colégios e manuais para alunos e professores”. Esta transformação foi impulsionada por um renovado interesse nas obras clássicas da Grécia e Roma, que passaram a ser vistas como fundamentais para a formação de um indivíduo culto e virtuoso. A educação renascentista não se limitava apenas às artes e humanidades, mas também abrangia o estudo da Ciência e da Matemática, visando uma formação integral do indivíduo.

Além disso, criticou severamente a educação medieval dominada pela Igreja. A religião também foi vítima de críticas, a educação passou a ser menos dogmática e mais centrada no potencial humano. “O espírito inovador do Renascimento também se manifestou na religião, com críticas à estrutura autoritária da Igreja, centrada no poder papal” (Aranha, 2012, p. 123). Este movimento levou ao surgimento de novas instituições educacionais que procuravam equilibrar o ensino religioso com o estudo das ciências humanas e naturais.

Ainda segundo Aranha (2012), durante o Renascimento, a educação era predominantemente acessível às classes altas, como a aristocracia e a burguesia emergente. As universidades e escolas eram frequentadas por jovens nobres e filhos de ricos comerciantes que podiam pagar por uma educação formal. A educação era focada em disciplinas clássicas como Filosofia, Literatura e Artes, refletindo os valores humanistas da época.

No campo do trabalho enquanto fazer humano, o Renascimento testemunhou mudanças significativas, influenciadas por novas correntes religiosas e econômicas. Movimentos como o Luteranismo e o Calvinismo mudaram a percepção sobre o enriquecimento e o trabalho, sugerindo que a prosperidade material era um sinal de favor divino. Isso contrastava com as restrições anteriormente impostas pela Igreja Católica aos negócios e aos empréstimos a juros. Com fundamento em Aranha (2012), pode-se afirmar que as mudanças no trabalho também

foram influenciadas por movimentos religiosos e econômicos, como o Luteranismo e o Calvinismo, que viam o enriquecimento como um sinal de favorecimento divino. Essas mudanças contribuíram para o desenvolvimento do Capitalismo e da economia de mercado, transformando a dinâmica social e econômica da Europa.

No Renascimento, a classe trabalhadora era em sua maioria composta por camponeses, artesãos e aprendizes. A mão-de-obra era basicamente rural, com muitos trabalhando nas terras de nobres ou em pequenas propriedades agrícolas. Nas cidades, havia crescimento do número de artesãos e aprendizes que trabalhavam em guildas e oficinas (Aranha, 2012).

O Iluminismo, predominante no século XVIII, foi um movimento intelectual e cultural centrado na razão, na ciência e no empirismo como fontes de autoridade e legitimidade. Impulsionado pelos avanços do Renascimento, o Iluminismo sustentou-se nos princípios da razão e do método científico, abrangendo diversos aspectos da vida humana, incluindo a sociedade, a política e a economia.

O Iluminismo traz no campo filosófico alguns nomes de destaque, como Voltaire, Montesquieu, Rousseau e Kant, que criticavam as tradições e superstições e defendiam a liberdade individual, a igualdade e a justiça. Tais filósofos influenciaram significativamente o pensamento moderno e contribuíram para a construção das instituições democráticas contemporâneas. Por meio da educação, o Iluminismo disseminou a ideia de progresso e a crença de que a humanidade poderia mudar por meio do conhecimento e da aprendizagem. Essa ideia favoreceu o surgimento de diversas enciclopédias, academias literárias e espaços que fomentavam o debate intelectual.

A educação durante o Iluminismo passou por uma reformulação radical, distanciando-se da influência religiosa e abraçando uma abordagem mais secular e racional. Aranha (2012, p. 181) afirma que “um dos aspectos marcantes do Iluminismo, período muito rico em reflexões pedagógicas, foi a política educacional focada no esforço para tornar a escola leiga e função do Estado. Essa posição foi defendida pelo francês La Chalotais no Ensaio de Educação Nacional”.

Essa visão iluminista também enfatizava a necessidade de uma educação acessível a todos que promovesse o progresso científico e racional. A educação se tornava cada vez mais laica e menos ligada à religião, mas ainda era dominada pelas classes mais favorecidas (Aranha, 2012).

Uma das grandes realizações do Iluminismo, a enciclopédia, foi resultado de um esforço para difundir o conhecimento de forma abrangente e acessível, refletindo a crença na capacidade do ser humano de entender e transformar o mundo através da razão. Aranha destaca que:

Na França, o Iluminismo expandiu-se com a publicação do trabalho de seus filósofos, sobretudo a Enciclopédia, cujos verbetes foram confiados a diversos autores, como Voltaire, D'Alembert, Diderot, Helvetius e, apesar das divergências com estes, também Rousseau (Aranha, 2012, p. 177).

Durante o Iluminismo, houve uma forte tendência de modernização e reforma no campo do trabalho. Sob os regimes de despotismo esclarecido, os monarcas procuraram modernizar seus países através do progresso científico e da educação, adotando o discurso dos filósofos iluministas. Aranha (2012) observa que no Iluminismo, especialmente sob regimes de despotismo esclarecido, os monarcas procuraram modernizar seus países através do progresso científico e da educação. Esses esforços de modernização refletiam uma nova visão do trabalho necessário para o progresso social e econômico.

O Iluminismo também promoveu a ideia de que o trabalho deveria ser orientado pela razão e pelo conhecimento científico, contribuindo para a eficiência e a inovação. Isso levou à criação de instituições e políticas que buscavam integrar a ciência e a técnica ao processo produtivo, marcando o início da Revolução Industrial. Por outro lado, a estrutura da mão-de-obra começou a mudar com o avanço das manufaturas e o início da Revolução Industrial. A classe trabalhadora incluía agora operários de fábricas, artesãos, camponeses e serviçais. Com o crescimento das cidades, mais pessoas migraram do campo para áreas urbanas em busca de trabalho, ampliando a classe trabalhadora urbana (Aranha, 2012).

3.5 TRABALHO E EDUCAÇÃO DURANTE A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

A Revolução Industrial, que começou no final do século XVIII e se estendeu até o século XIX, foi um período marcado por transformações econômicas, sociais e tecnológicas. Houve transição da economia agrária e artesanal para a economia industrializada e mecanizada. Estas mudanças ocorreram durante o período da Revolução Industrial e tiveram um impacto significativo no trabalho e na educação, reestruturando a sociedade de diversas formas.

A Revolução Industrial trouxe a mecanização dos processos de produção, substituindo o trabalho manual por máquinas, gerando aumento na produção, elevando a demanda por trabalhadores nas fábricas e necessidade de se especializar para atender ao mercado em ascensão. Com esse novo cenário, houve uma nova organização do trabalho marcada por longas jornadas diárias, condições insalubres e a exploração de mão de obra, incluindo mulheres e crianças. Segundo Eric Hobsbawm (1995):

A história da economia mundial desde a Revolução Industrial tem sido de acelerado progresso técnico, de contínuo, mas irregular crescimento econômico, e de crescente “globalização”, ou seja, de uma divisão mundial cada vez mais elaborada e complexa de trabalho (Hobsbawm, 1995, p. 74-75).

As mudanças nas formas de trabalho também afetaram as condições de vida dos trabalhadores. A rápida urbanização, impulsionada pela migração em massa para os centros industriais, provocou a superlotação das cidades e a deterioração das condições de moradia. Esse cenário fomentou movimentos trabalhistas em busca de melhores condições de vida e trabalho, levando à implementação de leis que regulavam jornadas, fixavam salários mínimos e proibiam o trabalho infantil.

Com o passar do tempo, a Revolução Industrial consolidou o modelo de produção em série e a massificação dos produtos, criando as bases do fordismo no início do século XX. Esse modelo, introduzido por Henry Ford, baseava-se na linha de montagem e na produção em larga escala, promovendo a padronização e a redução dos custos de produção. No entanto, o fordismo, assim como o modelo fabril da Revolução Industrial, era rígido e inflexível, gerando um desgaste físico e psicológico dos trabalhadores. Essa rigidez, que exigia alta repetição de tarefas, limitava a capacidade de adaptação das fábricas às mudanças rápidas do mercado, levando à necessidade de novas formas de organização do trabalho.

Já o Toyotismo, que surgiu no Japão no final do século XX, pode ser entendido como uma evolução da organização do trabalho fabril iniciada na Revolução Industrial. Enquanto o modelo fordista se caracterizava pela produção em massa e pela padronização, o Toyotismo introduziu a ideia de flexibilização, permitindo que a produção fosse ajustada conforme a demanda. O sistema *just-in-time*, uma das principais características do toyotismo, visava eliminar desperdícios e otimizar o processo produtivo. O trabalhador passa a ser polivalente, podendo executar várias tarefas, em oposição à especialização extrema (Aranha, 2012). Essa flexibilização é uma resposta à rigidez dos sistemas produtivos anteriores, possibilitando uma maior adaptabilidade às mudanças no mercado.

A transição do modelo rígido e centralizado da Revolução Industrial para a flexibilização do Toyotismo reflete as transformações pelas quais o capitalismo passou ao longo do século XX. Se na Revolução Industrial o trabalhador era visto como uma peça na engrenagem fabril, no Toyotismo ele passou a ser considerado um elemento mais dinâmico e polivalente, capaz de assumir diferentes funções na fábrica. Essa mudança de perspectiva está ligada à necessidade das empresas de se adaptarem às mudanças rápidas da economia global, sem, no entanto, eliminar as contradições do sistema capitalista. No Toyotismo, ao flexibilizar

o trabalho, trouxe também desafios: precarização das condições de trabalho e a intensificação da exploração da força de trabalho.

No campo da educação, a Revolução Industrial também teve um impacto significativo. Antes desse período, a educação formal era um privilégio de poucos, geralmente das classes mais altas. No entanto, a industrialização e a necessidade de uma força de trabalho mais qualificada impulsionaram a expansão do acesso à educação.

A educação durante a Revolução Industrial não era igual para todos. Sobre tal premissa, Marx defende que, “educação pública e gratuita para todas as crianças” e a abolição do trabalho infantil nas fábricas, propõe “a integração da educação com a produção material” (Marx; Engels, 2017, p. 28). A maioria das escolas públicas, neste período, oferecia uma educação básica, muitas vezes voltada para preparar os alunos para o trabalho nas fábricas. As crianças de famílias mais pobres abandonavam frequentemente a escola cedo para contribuir com a renda familiar, trabalhando em condições difíceis.

A educação pública começou a se desenvolver de maneira mais sistemática durante a Revolução Industrial, com a criação de escolas primárias e secundárias financiadas pelo Estado. Essa expansão foi acompanhada por um aumento na taxa de alfabetização e na formação de uma classe trabalhadora mais instruída.

A educação na Revolução Industrial passou por transformações significativas, para atender às necessidades e mudanças socioeconômicas trazidas pela industrialização; era predominantemente elitista, acessível às classes mais altas da sociedade. A Revolução Industrial trouxe uma demanda crescente por mão de obra qualificada, o que levou à criação de escolas técnicas e politécnicas para preparar os trabalhadores para as novas exigências do mercado de trabalho. Conforme menciona Aranha (2012, p. 206), “a urbanização acelerada e a complexidade crescente do trabalho industrial criaram uma forte expectativa em relação à educação, pois o desenvolvimento industrial exigia uma qualificação melhor da mão de obra”. Assim, a educação começou a se expandir de forma mais abrangente, influenciada por novos ideais sociais e econômicos.

Daí surgiram novas instituições educacionais voltadas para a formação técnica e profissional. Escolas técnicas e politécnicas foram estabelecidas para fornecer treinamento específico nas novas tecnologias e processos industriais. Essas instituições desempenharam um papel crucial na formação de engenheiros, técnicos e outros profissionais necessários para sustentar a economia industrial em expansão.

Durante o século XVIII, antes do impacto pleno da Revolução Industrial, a educação era limitada e não universal. No entanto, o século XIX viu uma expansão significativa da

educação, impulsionada por ideais iluministas que promoviam a razão e a universalização do conhecimento. Aranha (2012) observa que a educação passou a ser vista como uma ferramenta crucial para o progresso econômico e social, refletindo as mudanças estruturais da sociedade. Este movimento refletia uma compreensão crescente da importância da educação para o desenvolvimento das nações industrializadas. Contudo, Aranha (2012, p. 208) destaca: “Na reorganização da rede secundária, mantinha-se a dicotomia que destina à elite burguesa a formação clássica e propedêutica, enquanto para o trabalhador diferenciado da indústria e do comércio é reservada a instrução técnica”.

O surgimento do sistema de fábricas requereu uma força de trabalho mais instruída. As máquinas e a divisão do trabalho nas fábricas exigiam que os trabalhadores possuíssem pelo menos uma qualificação para operar equipamentos e seguir processos produtivos. Além disso, trouxe uma mudança na percepção do trabalho infantil e feminino, que eram amplamente explorados. As condições de trabalho adversas e as longas jornadas levaram a movimentos de trabalhadores que reivindicavam melhores condições, incluindo o acesso à educação para suas crianças. Aranha (2012) destaca que a jornada de trabalho era exaustiva e as condições adversas geraram movimentos de trabalhadores que, entre outras reivindicações, buscavam melhor acesso à educação para suas crianças.

Inicialmente, as crianças eram retiradas da escola para trabalhar nas fábricas, contribuindo para a economia familiar. Contudo, com o tempo, a pressão social e os movimentos sindicais começaram a defender a educação obrigatória para crianças como uma forma de combater o trabalho infantil e melhorar as perspectivas futuras. A escolarização feminina também começou a ganhar espaço, embora enfrentasse resistência e desigualdades significativas.

Entretanto, pode-se afirmar que, no Brasil, a Revolução Industrial chegou um pouco tarde e a escolarização enfrentou desafios particulares. A transição de uma economia agrário-comercial para uma economia industrial foi lenta, e a grande massa da população, composta principalmente por escravos e trabalhadores rurais, não priorizava a educação. Aranha (2012) destaca que o alto índice de analfabetismo persistiu até o final do século XIX, quando o Brasil começou a investir mais seriamente na educação pública. Isso mostra que mesmo com as dificuldades, houve um esforço crescente para melhorar a educação e qualidade do ensino ofertado, no entanto, o que se observou foi que a resistência à escolarização refletia questões econômicas, culturais e estruturais ligadas ao modelo de desenvolvimento do país.

3.6 TRABALHO E EDUCAÇÃO NO SÉCULO XXI

O trabalho no século XXI está profundamente marcado pelas transformações tecnológicas e pela globalização, fenômenos que mudaram a dinâmica produtiva em todo o mundo. Essa nova configuração do trabalho tem trazido tanto oportunidades quanto desafios, especialmente no que diz respeito à qualificação profissional e à adaptação às novas tecnologias.

Um dos maiores desafios enfrentados no século XXI é o impacto da automação e da inteligência artificial. No Brasil, setores como a indústria automotiva e o agronegócio já experimentam uma profunda transformação com a adoção de tecnologias inteligentes. Ford (2015, p. 32-33, tradução nossa) cita que a “automação pode ser aliada da nossa prosperidade se olharmos adiante, se compreendermos o que está por vir e se definirmos nosso rumo sabiamente após um planejamento adequado para o futuro”¹.

Outro aspecto importante é a precarização das condições de trabalho, que vem ocorrendo principalmente pela expansão da “*gig economy*” ou economia informal, “bico” no Brasil, marcada pelo crescimento de trabalhos temporários e informais. Antunes (2018) destaca que a flexibilização das relações de trabalho, promovida sob a justificativa de aumentar a competitividade, resultou na precarização do emprego, afetando diretamente a qualidade de vida dos trabalhadores. O aumento da informalidade e da subcontratação, outro fator que tem levantado questões sobre a proteção social e os direitos trabalhistas no contexto atual. Ainda segundo Antunes (2018, p. 39), “os capitais informáticos e financeirizados, numa engenhosa forma de escravidão digital, se utilizam cada vez mais dessa pragmática de flexibilização total do mercado de trabalho”. Além disso, o século XXI trouxe um novo paradigma de trabalho remoto e híbrido, impulsionado principalmente pela pandemia de COVID-19. No Brasil, o *home office* foi adotado em larga escala, mudando a relação dos trabalhadores com suas atividades profissionais.

A globalização trouxe a modernização das mídias digitais, aumentou a automatização e automação na prestação de serviços, para qual Ford, (2015, p. 254, tradução nossa), destaca que a “automação pode corroer as habilidades humanas, em alguns casos com consequências desastrosas”². Neste ínterim, a educação foi cada vez mais vista como um meio essencial para a preparação de indivíduos não apenas para o mercado de trabalho, mas também para um mundo

¹ “[...] automation can be the ally of our prosperity if we will just look ahead, if we will understand what is to come, and if we will set our course wisely after proper planning for the future”.

² “[...] automation can erode human skills, in some cases with disastrous consequences.

em constante transformação. Entre o século XX e XXI, a educação tem sido influenciada por mudanças econômicas, tecnológicas e sociais significativas. Tais mudanças têm impactado efetivamente a sociedade, o mercado de trabalho e a relação entre trabalho e educação.

Neste espaço temporal em constante transformação, tem se questionado bastante como se moldam às relações entre educação e trabalho, principalmente as perspectivas sobre a formação profissional e o desenvolvimento pessoal. Sobre a importância da verdadeira educação, Paulo Freire (1987) escreve:

A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres “vazios” a quem o mundo “encha” de conteúdos; não pode basear-se numa consciência especializada, mecanicistamente compartimentada, mas nos homens como “corpos conscientes” e na consciência como consciência intencionada ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo (Freire, 1987, p. 38).

Freire (1987) alerta e critica a visão tradicional de educação, que trata alunos como seres passivos a serem preenchidos com informações. Há também a defesa de uma educação que considere os indivíduos seres conscientes e ativos, capazes de refletir criticamente sobre suas condições e transformar a realidade ao seu redor. Isso nos alerta para a importância de defender ativamente que a educação seja um processo dialógico e de problematização, no qual os discentes sejam estimulados a questionar e compreender suas relações com o mundo. Dessa forma, fomenta-se uma consciência crítica e intencional, na qual os sujeitos não apenas absorvem conhecimentos, mas também desenvolvem a capacidade de aplicá-los de maneira significativa e transformadora em suas vidas e na sociedade.

Outro destaque importante no que se refere ao trabalho e à educação tem sido a ascensão da economia do conhecimento e a valorização de habilidades como criatividade, pensamento crítico e capacidade de resolução de problemas redefinem os objetivos educacionais. Segundo Cavallo *et al.* (2016, p. 147), “a escola, com sua estrutura física e gestão acurada do tempo, torna o ambiente adequado ao aprendizado de competências cognitivas linguísticas, mas parece não se constituir como espaço adequado ao desenvolvimento da criatividade”. Tal afirmativa reflete uma mudança de ênfase, de uma educação focada na técnica para uma educação que promova a criatividade e o potencial individual de cada aluno.

Outra reflexão importante, relacionada com o contexto contemporâneo, aponta para uma educação que não se limita mais apenas às instituições formais, mas abrange também aprendizados informais e contínuos ao longo da vida, essenciais para a adaptação às rápidas

mudanças econômicas e tecnológicas. Aprendemos em canais do YouTube, por exemplo; aprendemos com artigos científicos publicados em revistas, jornais, entre outros; a informação passou a estar disponível de diversas formas.

Paulo Freire, por sua vez, nos traz algo extremamente importante quando afirma: “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (Freire, 1997, p. 39). É possível inferir, com fundamento em Freire (1997), que não se limita a aprendizagem como algo que ocorra somente na escola, enquanto espaço formal de aprendizagem.

Entretanto, no século XXI temos enormes desafios que ainda persistem no campo educacional, a exemplo da desigualdade de acesso à educação e as disparidades na preparação para o mercado de trabalho. É urgente e necessário que políticas públicas educacionais sejam mais inclusivas e equitativas, promovendo oportunidades “iguais” de desenvolvimento pessoal e profissional.

Em um cenário tão díspar no que se refere à oferta de educação, aos objetivos da educação, é nítido que a relação entre trabalho e educação também seria impactada. O século XXI traz a necessidade pensar em uma educação que enxergue os sujeitos e todo seu campo de formação, atuação e relações com o mundo; uma formação holística e adaptável, capaz de preparar indivíduos para um mundo dinâmico e interconectado, enquanto se enfrentam desafios persistentes de equidade e preparação para o futuro, não somente sujeitos preparados para materializar e reproduzir técnicas.

3.7 TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO

Desde os tempos mais remotos, o trabalho tem se apresentado ao homem como contributivo à sua formação. A origem do trabalho como fazer humano decorre desde o surgimento da humanidade, por ser por meio do trabalho que o homem intervém na natureza para assegurar sua existência.

Ao observarmos os animais irracionais, por exemplo, vemos que todos são dotados de instintos, algo que é geneticamente transmitido entre si, por vínculos de consanguinidade. Por exemplo, o gato mia e pula; o leão rosna e ataca as presas quando está com fome, tudo isso por instinto; não há nada que tenha sido dito para o gato miar e pular; ao leão não foi dito: “rosne, prepare sua comida”. Todos agem somente por instinto. Eles não acumulam informações intencionais; não frequentam escolas, cursos e/ou instituições de ensino. Tudo que lhes acontece são por determinações biológicas e genético-hereditárias.

Evidencia-se, portanto, que o homem é o único ser com capacidades intelectuais e racionais, que por estas age intencionalmente para intervir no espaço, na natureza, nos ambientes sociais. Dotado de raciocínio, é o único ser da natureza que intencionalmente adapta espaços naturais à realidade e necessidades e faz isso por meio do trabalho.

O trabalho, como atividade essencialmente humana, não apenas cria produtos, dá resultados, mas também molda indivíduos, suas habilidades e suas identidades. Por outro lado, a educação prepara os indivíduos para a vida sócio-emocional e produtiva. A relação entre trabalho e educação tem se mostrado quase que inseparável ao longo da história humana. Neste contexto, é possível falar no trabalho como princípio educativo, um conceito que unirá trabalho e educação, argumentando que a educação deve estar intrinsecamente ligada ao processo produtivo e às realidades sociais.

Para Saviani (2007), trabalho é o que define a existência humana. Trabalhar não é outra coisa senão agir do homem sobre a natureza e transformá-la numa ação guiada por objetivos. É possível afirmar que trabalho é a ação criativa do homem sobre a natureza, humanizando-a. Para Della Fonte (2018, p. 10), “o ser humano não nasce humano, ele faz-se humano”. Tal ideia enfatiza que não se nasce pronto e vai-se transformando a cada dia com propósitos e objetivos definidos, e isso se evidencia também pelo trabalho.

Sabe-se que é pela ação intencional que o homem transforma a natureza, cria espaços sociais, cidades, vilas que antes não existiam; modifica outros espaços já existentes, tudo de forma proposital e planejada; gera novas tecnologias e inova as já existentes, num processo constante de transformação. Tais feitos humanos não só mudam os espaços, mas também mudam a si mesmo, nutrindo novas possibilidades de transformações tecnológicas, sociais e culturais para si e para os outros.

Cada nova geração é convidada a participar das transformações pertinentes à sua época e, este feito, mais uma vez valida o trabalho enquanto elemento peculiar ao homem, pois ao contrário, os animais apenas carregam consigo intuitividades transmitidas por genes de cada espécie geração após geração; neles não há intencionalidade e/ou objetivos pré-definidos. Dito isto, é possível se acostar ao que diz Saviani (2007, p. 155): “a essência do homem é o trabalho”.

As evidências conceituais até aqui postas nos permitem entender, com base também nos exemplos dados e já consubstanciados por pensadores como Saviani e Soares Della Fonte, que o trabalho não é nada imposto ao homem com pena e/ou maldição, como muito se ouviu/ouve no meio religioso; na verdade, o que temos refletido até aqui é que, sem o trabalho (transformação da natureza), o homem não transformaria sua essência e se acostaria aos animais irracionais que vivem naturalmente sem intencionalidade criativa e racional.

Ao afirmar que o homem tem intencionalidade criativa e racional, é possível afirmar também que ele pensa, planeja e executa; a grosso modo, já é possível dizer que não se dissocia trabalho intelectual de trabalho manual. Ora, se afirmamos que a capacidade de raciocínio, aliada a objetivos pré-estabelecidos executáveis por meio do trabalho, são características que validam o homem, logo, não se dissocia trabalho manual e trabalho intelectual. Saviani (1989, p. 15) acentua que “todo trabalho humano envolve a concomitância do exercício dos membros, das mãos e do exercício mental e intelectual”.

Na mesma esteira de pensamento, Kuenzer (1989) descreve que o trabalho humano não se define por uma ruptura entre a teoria e a prática. Nas atividades do trabalho em que há predominância da força física, o homem não exclui a atividade intelectual. Com isso, pode-se ratificar que o trabalho não se materializa apenas em ações que necessitam de força e movimento, cabendo, portanto, uma compreensão muito bem definida acerca da indissociabilidade entre trabalho manual e trabalho intelectual enquanto uma ação humana.

Saviani (2007, p. 152) afirma: “Trabalho e educação são atividades especificamente humanas”. Isso significa que, rigorosamente falando, apenas o ser humano trabalha, educa e aprende. A afirmação dada por Saviani é bastante contundente e deveras significativa, uma vez que os outros animais aprendem comandos, movimentos e imitam humanos, mas somente os humanos criam ambientes intencionais de aprendizagem; sistematizam conhecimentos, organizam currículos, criam e desenvolvem formas e técnicas de ensinar e aprender.

Ressalta-se ainda conforme Saviani (2007, p. 154) que “ele (o homem) necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência”. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem.

Trabalho e educação são atividades especificamente humanas, logo a relação entre essas duas esferas remonta às sociedades primitivas, onde a educação não se distinguia do trabalho. Nas comunidades primitivas, o processo educativo era espontâneo e coincidia inteiramente com o trabalho, pois todos os membros da comunidade participavam das mesmas atividades produtivas. Com o surgimento da propriedade privada e a divisão do trabalho, houve uma ruptura dessa unidade, levando à separação entre trabalho e educação.

Com o avanço da produção e a apropriação privada dos meios de produção, especialmente a terra, a sociedade se dividiu em classes: proprietários e não-proprietários. Esta divisão de classes teve um impacto significativo na compreensão da essência humana e na relação entre trabalho e educação. O trabalho, que define a essência humana, tornou-se uma

atividade obrigatória apenas para os não-proprietários, enquanto os proprietários podiam viver do trabalho alheio (Saviani, 2007).

Na sociedade moderna, há um movimento crescente para questionar a separação entre trabalho e educação e restabelecer os vínculos entre essas esferas. Este movimento é impulsionado pela necessidade de preparar os indivíduos para um mundo em constante mudança, onde as habilidades adquiridas através do trabalho são essenciais para a sobrevivência. A educação, portanto, deve incorporar o trabalho como princípio educativo, integrando o conhecimento teórico com a prática produtiva (Saviani, 2007).

O conceito de trabalho, como princípio educativo, propõe que a educação precisa ser orientada pelo trabalho, entendendo-o como uma atividade que não só produz bens, mas também forma o ser humano. Este princípio defende uma educação que não esteja desvinculada do mundo real, mas que prepare os indivíduos para atuar de forma crítica e criativa na sociedade. Segundo Saviani (1991, p. 19), “a educação/formação é posta pelo trabalho e, de modo dialético, aparece como 'uma exigência do e para o processo de trabalho’”.

A ideia de trabalho como princípio educativo não é apenas uma proposta pedagógica, mas uma visão de mundo que visa integrar o indivíduo ao processo produtivo de maneira crítica e consciente. Esta abordagem visa superar a separação entre trabalho e educação, promovendo uma formação integrada e integral que prepare os indivíduos para os desafios da vida moderna. Ao reconhecer o trabalho como um elemento fundamental na formação do ser humano, a educação pode se tornar um instrumento de emancipação e transformação social.

As afirmações de Saviani, anteriormente mencionadas, destacam a relação entre homem, trabalho e educação como um aspecto intrínseco à vida humana, presente desde o nascimento até a morte. Essa perspectiva identifica o trabalho como uma atividade essencial não apenas para a sobrevivência material, mas também para a realização existencial, atribuindo a ele uma dimensão ontológica.

Na abordagem ontológica, busca-se entender o que significa ser humano em termos de trabalho e educação, considerando os aspectos como a realização pessoal, a identidade, a liberdade e a autonomia. Considera-se também a interação do homem com o mundo como algo que estimula a criatividade, o desenvolvimento e potencializa as habilidades e competências. Nesta mesma abordagem, a educação, por sua vez, é um processo de autoconstrução e de desenvolvimento da consciência crítica, capacitando os indivíduos a compreenderem e a transformar suas condições de existência.

4 EDUCAÇÃO POLITÉCNICA E FORMAÇÃO OMNILATERAL

A educação politécnica enfatiza a integração entre educação e trabalho, promovendo uma formação que abrange os aspectos técnico, científico e cultural. Essa abordagem proporcionará aos indivíduos uma compreensão ampla dos processos produtivos e das relações sociais, permitindo-lhes participar ativamente da produção e compreender criticamente as estruturas socioeconômicas. Por outro lado, a formação omnilateral abrange todas as potencialidades humanas-intelectuais, físicas, estéticas, afetivas e morais. Nesta abordagem, o ser humano é multifacetado e a educação é emancipadora, devendo nutrir e suprir todos os aspectos da personalidade e das capacidades individuais. Juntos, estes conceitos formam uma visão educacional que aspira formar indivíduos não apenas bem preparados para o mercado e de trabalho, mas também capazes de pensar criticamente, agir eticamente e participar ativamente na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ao longo deste capítulo, exploraremos mais sobre educação politécnica e da formação omnilateral.

4.1 EDUCAÇÃO POLITÉCNICA

A proposta de educação politécnica, neste estudo não carrega consigo a ideia de domínio de várias técnicas, mas defende a indissociabilidade entre formação técnica e formação intelectual acostando-se a Saviani (1989, p. 18) que afirma: “a politecnia supõe a articulação entre o trabalho manual e o intelectual”. Uma formação que integra o conhecimento intelectual e técnico, promovendo uma visão crítica e abrangente do mundo e também contributiva para a formação integral do sujeito.

A educação politécnica opõe-se à noção de formação posta pelo capitalismo que enfatiza a formação para o mercado de trabalho e fomenta a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, fragmentando a formação e valorizando apenas habilidades técnicas e operacionais em detrimento do desenvolvimento crítico dos indivíduos. Tal lógica de mercado reduz a educação a um instrumento de reprodução das relações de produção existentes, ao invés de promover uma formação integral e emancipadora.

É bem verdade que ansiamos uma educação conforme define o Art. 205 da Constituição Federal Brasileira de 1988, quando descreve: “A educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988).

A proposta de educação politécnica visa contribuir para a vida prática, dissociando a

ideia de divisão do trabalho onde um pensa e o outro executa. Nesse âmbito, Saviani (2003) assevera:

A noção de politecnia contrapõe-se a essa ideia, postulando que o processo de trabalho desenvolva, em uma unidade indissolúvel, os aspectos manuais e intelectuais. Um pressuposto dessa concepção é que não existe trabalho manual puro e nem trabalho intelectual puro. Todo trabalho humano envolve a concomitância do exercício dos membros, das mãos, e do exercício mental, intelectual. Isso está na própria origem do entendimento da realidade humana como constituída pelo trabalho (Saviani, 2003, p. 138).

As ideias defendidas por Saviani reforçam a indissociabilidade entre os aspectos manuais e intelectuais do trabalho humano. Ele sustenta que a separação entre trabalho manual e intelectual é artificial e não reflete a verdadeira natureza do trabalho, enfatizando que qualquer atividade laboral exige a participação conjunta de habilidades físicas e cognitivas. Saviani (2003), ao reconhecer que todo trabalho envolve tanto a mente quanto o corpo, propõe uma abordagem educativa que valoriza a formação integral do indivíduo. A educação politécnica deve proporcionar uma formação que integra conhecimentos teóricos e práticos, promovendo o desenvolvimento completo do indivíduo. Isso implica também em uma abordagem curricular que não apenas ensine habilidades técnicas, mas também desenvolva capacidades críticas, reflexivas e criativas. Assim:

[...] O ideário da politecnia buscava e busca romper com a dicotomia entre educação básica e técnica, resgatando o princípio da formação humana em sua totalidade; em termos epistemológicos e pedagógicos, esse ideário defendia um ensino que integrasse ciência e cultura, humanismo e tecnologia, visando ao desenvolvimento de todas as potencialidades humanas. Por essa perspectiva, o objetivo profissionalizante não teria fim em si mesmo nem se pautaria pelos interesses do mercado, mas constituir-se-ia numa possibilidade a mais para os estudantes na construção de seus projetos de vida, socialmente determinados, possibilitados por uma formação ampla e integral (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005, p. 35-36).

Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) destacam que a politecnia desafia a divisão tradicional entre a educação básica, voltada ao desenvolvimento intelectual e cultural, e a educação técnica, focada em habilidades práticas e operacionais. Eles propõem uma educação que integre esses elementos, promovendo uma formação mais completa e significativa. Essa abordagem reconhece que a educação deve preparar os estudantes para a vida em sua totalidade, e não apenas para o mercado de trabalho, visando a uma formação integral.

Segundo Ciavatta (2014, p. 189), “o tema da formação integrada, remetido ao conceito de politecnia, tem sido objeto de polêmica e de divergências quando se trata de pensar a educação articulada ao trabalho como instrumento de emancipação humana na sociedade capitalista”. Uma articulação que se entende ser necessária para a construção de uma educação que prepare os indivíduos para superar limites de si e do mundo atual.

Ainda conforme Ciavatta (2014):

A reflexão sobre o objeto de nossa luta, a formação integrada, a educação politécnica e a educação omnilateral tem exemplos históricos no sistema educacional do início da Revolução Russa de 1917, na Revolução Cubana de 1959 e nas lutas pela democratização do ensino no Brasil, nos anos 1980, quando se introduziu o termo educação politécnica no primeiro projeto da LDB e, nos anos 2000, quando se implementou a discussão e tentativas de implantação da formação integrada (Ciavatta, 2014, p 202).

Esta reflexão posta por Ciavatta (2014) é importante por apresentar a evolução histórica de conceitos educacionais progressistas, enfatizando a formação integrada, a educação politécnica e a educação omnilateral como objetos de luta no campo educacional.

A autora relaciona as experiências educacionais desenvolvidas durante a Revolução Russa de 1917 e a Revolução Cubana de 1959, ambas marcadas por tentativas de reformular radicalmente os sistemas educacionais em consonância com os ideais revolucionários. Essas experiências serviram como inspiração e parâmetros para os debates educacionais em outros contextos, incluindo o Brasil.

No caso brasileiro, a citação destaca dois momentos cruciais: os anos 1980, quando o termo “educação politécnica” foi introduzido no primeiro projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), e os anos 2000, quando se intensificaram as discussões e tentativas de implementação da formação integrada. Essa trajetória evidencia a persistência e a relevância desses conceitos no debate educacional ao longo do tempo, bem como os desafios enfrentados para sua efetiva implementação.

Os diferentes períodos históricos sugerem que a luta por uma educação mais abrangente, crítica e emancipatória é um processo contínuo, que se adapta e se renova em diferentes contextos sociopolíticos. Ao relacionar essas ideias educacionais com movimentos revolucionários e lutas pela democratização do ensino, a citação também traduz o caráter político e transformador da educação, entendendo-a como um campo de disputa ideológica e um instrumento de mudança social. A autora é um convite a se pensar em educação, não apenas como transmissão de conhecimentos, mas como um projeto mais amplo e dinâmico de formação

humana, com potencial efeito de contínua transformação social, destacando a relevância desses conceitos na busca por uma educação emancipadora.

Ratifica-se a educação politécnica como um modelo educacional que integrará a formação geral e a formação profissional, visando uma formação omnilateral, ou seja, formação que abrange todos os aspectos da vida humana, incluindo os físicos, intelectuais, estéticos, morais e profissionais, confirmando visão de Ciavatta (2014) ao afirmar que:

No âmbito do convencimento e da luta política, o denso significado da “educação politécnica” como educação omnilateral ou formação em todos os aspectos da vida humana—física, intelectual, estética, moral e para o trabalho, integrando a formação geral e a educação profissional (Ciavatta, 2014, p. 190-191).

Em suma, tem-se uma visão ambiciosa e transformadora da educação, que visa formar indivíduos completos, capazes de compreender e atuar criticamente em todas as esferas da vida social, política, administrativa, cultural, estética e produtiva. Essa concepção educacional se coloca como um projeto político-pedagógico que busca a formação integral de seres humanos autônomos, críticos e capazes de contribuir para a transformação da sociedade.

Kuenzer (1989) defende que a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) preze por uma formação que articule formação técnica e formação intelectual, gerando e formando cidadãos críticos e reflexivos capazes de transformar e ressignificar o espaço em que vive conscientemente. A autora propõe uma abordagem educacional que transcenda a mera capacitação técnica, destacando a importância de uma formação que integre as dimensões técnica e intelectual. Essa visão formará cidadãos críticos e reflexivos, capazes de transformar e ressignificar, conscientemente, os espaços em que vivem.

4.2 FORMAÇÃO OMNILATERAL

No que se refere à formação omnilateral, esta tem origem no pensamento Marxista sobre formação integral do ser humano.

[...] A apropriação sensível da essência da vida humana, do ser humano objetivo, da obra humana para e pelo homem, não pode ser apreendida apenas no sentido da fruição imediata, unilateral, não somente no sentido da posse, no sentido do ter. O homem se apropria da sua essência omnilateral de uma maneira omnilateral, portanto, como um homem total. Cada uma das suas relações humanas com o mundo, ver, ouvir, cheirar, degustar, sentir, pensar, intuir, perceber, querer, ser ativo, amar, enfim todos os órgãos da sua

individualidade, assim como os órgãos que são imediatamente em sua forma como órgãos comunitários (Marx, 2004, p. 108).

Nesta reflexão complexa, Marx (2004) discute a noção de apropriação humana da vida e da essência de uma maneira que transcende a simples posse material ou o ato de “ter”. Marx vê a alienação do ser humano sob o capitalismo como resultado de uma relação unilateral com o mundo, onde o valor da existência é medido pela posse de bens e pelo controle sobre os objetos. Entretanto, ele argumenta que a verdadeira apropriação da vida humana deve ser omnilateral, ou seja, completa e multiforme, envolvendo todas as dimensões do ser humano.

Ao afirmar que “o homem se apropria da sua essência omnilateral de uma maneira omnilateral”, Marx sugere que a realização plena da humanidade ocorre quando cada aspecto da individualidade é desenvolvido e integrado. Isso inclui as capacidades sensoriais (ver, ouvir, cheirar, degustar, sentir), cognitivas (pensar, intuir, perceber), emocionais (querer, amar) e práticas (ser ativo). Dessa forma, a apropriação da vida humana envolve uma interação total com o mundo, em que cada órgão da individualidade - físico, mental ou emocional.

A expressão “homem total” refere-se a uma concepção mais ampla de realização humana, na qual o indivíduo é capaz de se expressar plenamente em todas as suas facetas, não sendo reduzido a um mero trabalhador, executor ou consumidor. O sistema capitalista fragmenta o ser humano, alienando-o de sua essência, ao passo que uma sociedade verdadeiramente emancipadora permitiria que o indivíduo se aproprie da totalidade de sua vida, tanto como indivíduo quanto como membro de uma comunidade.

A crítica e/ou reflexão trazida por Marx foi voltada à redução da existência humana ao consumo e à posse material, propondo que a verdadeira apropriação da vida envolva a realização plena e omnilateral de todas as capacidades humanas, de maneira integrada.

Assim, podemos afirmar que uma formação omnilateral é a que permite ao indivíduo desenvolver uma visão holística de si e de seu papel no mundo, possibilitando-lhe intervenções conscientes. Essa visão marxista de educação, mais uma vez, reafirma a essência da formação omnilateral, que desenvolverá todas as capacidades humanas integradamente.

O conceito de formação omnilateral tem sido defendido por estudiosos como Dermeval Saviani, Mario Manacorda, Anísio Teixeira, Maria Ciavatta e Kuenzer. Eles argumentam que a formação técnica deve estar articulada a uma formação geral, crítica e social, possibilitando aos profissionais, tanto formados quanto em formação, uma visão que transcenda as especificidades de sua área de atuação. Manacorda (2007) assinala que:

A divisão cria unilateralidade e, sob o signo da unilateralidade, justamente, se reúnem todas as determinações negativas, assim como sob o signo oposto, o da omnilateralidade obviamente, muito menos frequente, dado que essa não é ainda coisa deste mundo, reúnem-se todas as perspectivas positivas da pessoa (Manacorda, 2007, p. 78).

O autor ainda ressalta que:

A omnilateralidade é, portanto, a chegada histórica do homem a uma totalidade de capacidades produtivas e, ao mesmo tempo, a uma totalidade de capacidades de consumo e prazeres, em que se deve considerar sobretudo o gozo daqueles bens espirituais, além dos materiais, e dos quais o trabalhador tem estado excluído em consequência da divisão do trabalho (Manacorda, 2007, p. 89-90).

Quando Manacorda (2007) discute a ideia de unilateralidade e omnilateralidade no contexto da divisão do trabalho e seu impacto no desenvolvimento humano, *a priori*, parte do argumento que a divisão do trabalho resulta em uma unilateralidade, ou seja, um desenvolvimento parcial e limitado das capacidades humanas. Sob essa unilateralidade, concentram-se aspectos negativos, como a alienação e a especialização, que restringe o crescimento integral do indivíduo. O termo omnilateralidade é utilizado por Manacorda para indicar a perspectiva positiva do desenvolvimento humano pleno, embora, segundo ele, reconheça que essa condição ideal ainda não é alcançada em nosso mundo, no entanto, buscamos e defendemos a cada dia.

Adiante, Manacorda (2007) define omnilateralidade como o desenvolvimento completo das capacidades humanas, tanto produtivas quanto de consumo, de bens, de prazeres e espiritualidades. Tal conceito aglutina não só necessidades materiais, necessidades humanas, vida social, ética, moral e aspectos culturais, dos quais os trabalhadores foram historicamente excluídos pela divisão do trabalho. A omnilateralidade representa, portanto, visão ainda que “utópica” de busca por um desenvolvimento e formação humana e integral, onde todas as potencialidades dos estudantes devem ser pensadas.

István Mészáros (2008) reforça a necessidade de uma educação que promova a emancipação dos trabalhadores. Freire (1997, p. 43) afirma que “a educação das massas se faz, assim, algo de absolutamente fundamental entre nós. Educação que, desvestida da roupagem alienada e alienante, seja uma força de mudança e de libertação”. Os estudiosos mencionados têm visão que se alinha à proposta de uma formação omnilateral, considerando que esta ampliará a formação do estudante, dando-lhes não só qualificação profissional, mas também a

conscientização política e social. A educação deve ser para mudança, emancipação e libertação do homem, não para alienar.

Freire defendia uma educação que fosse um ato de liberdade e conscientização, permitindo que os indivíduos compreendam e transformem sua realidade. Segundo Freire (1987), a educação verdadeira é aquela que liberta, que desafia a pensar criticamente. Esta perspectiva de pensamento Freireano alinha-se à formação omnilateral, pois esta visa promover o desenvolvimento integral dos indivíduos e sua capacidade de intervenção crítica na sociedade.

A formação omnilateral e a educação politécnica estão, portanto, profundamente interligadas. Assim, a educação politécnica tem em vista integrar o ensino técnico e geral, preparando os indivíduos para o mundo do trabalho, promovendo o desenvolvimento integral dos indivíduos em todas as suas dimensões. A integração entre os diversos aspectos da vida humana é fundamental para a construção de uma educação que não apenas qualifique tecnicamente os indivíduos, mas que também promova o desenvolvimento de suas capacidades críticas, reflexivas e transformadoras, uma educação integral.

5 CURRÍCULO INTEGRADO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Antes de adentrarmos a discussão sobre currículo integrado, convém apresentar o conceito básico de currículo. Pode-se afirmar que currículo é uma junção de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores de uma sociedade organizados intencional e sistematicamente planejados para serem compartilhados por sistema educacional e/ou institucional. Este não deve ser somente organizado com conteúdo das disciplinas, mas também as práticas pedagógicas, os objetivos educacionais e os processos de avaliação. Para Machado (2003):

O currículo é instrumento político e técnico que norteia as ações pedagógicas da escola, constituindo-se um dos principais elementos da proposta pedagógica de uma escola. O formato do currículo não é imutável e único, dependendo essencialmente do contexto histórico, sócio-político e econômico no qual se configura, assim como do tipo de escola e grau de ensino (Machado, 2003, p. 229).

Machado (2003) oferece uma visão abrangente e dinâmica do currículo escolar, destacando sua importância como instrumento político e técnico na orientação das práticas educacionais. O autor enfatiza que o currículo não é apenas um documento estático, mas um elemento fundamental na proposta pedagógica de uma escola, influenciando diretamente as ações e decisões no ambiente educacional.

Ao afirmar que o formato do currículo não é imutável e único, Machado reconhece a natureza flexível e adaptável deste instrumento, ressaltando sua dependência do contexto histórico, sociopolítico e econômico em que se insere. Esta perspectiva é crucial, ao evidenciar que o currículo deve ser sensível às mudanças e demandas da sociedade, refletindo as necessidades e aspirações de cada comunidade escolar. Além disso, a menção ao tipo de escola e ao grau de ensino como fatores determinantes na configuração curricular sublinha a importância de considerar as especificidades de cada instituição e nível educacional. Isso implica que um currículo eficaz deve ser personalizado, considerando as características únicas de cada ambiente de aprendizagem, seja uma escola primária, secundária ou uma instituição de ensino superior. Esta abordagem contextualizada permite uma maior relevância e eficácia do currículo, alinhando-o às realidades e objetivos específicos de cada cenário educacional.

A visão de Machado também sugere que o desenvolvimento curricular é um processo contínuo e colaborativo, que deve envolver diversos atores da comunidade escolar, incluindo educadores, alunos, famílias e a sociedade em geral. Ao reconhecer o currículo como um instrumento político, o autor destaca seu papel na formação de cidadãos e na construção de uma

sociedade, reforçando a responsabilidade das instituições educacionais na promoção de valores e competências alinhados com as necessidades contemporâneas.

Machado nos convida a refletir sobre a natureza dinâmica e contextual do currículo, destacando-o como uma ferramenta viva e adaptável. Ele enfatiza sua capacidade de responder às mudanças sociais, culturais e econômicas, sem perder de vista seu papel central na orientação das práticas pedagógicas e na formação integral dos estudantes.

Na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), o currículo integrado surge como uma resposta às demandas por uma formação que vá além da simples qualificação técnica, buscando articular o desenvolvimento intelectual, cultural e humano dos estudantes. Essa concepção curricular visa superar a fragmentação entre o ensino acadêmico e o ensino profissional, promovendo uma educação que integre conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais. Antes de imergirmos no tema do currículo integrado na EPT, é importante traçar um breve panorama para contextualizar sua inserção.

Kunze (2015, p.11) afirma que “a geração de maiores incentivos ao trabalho e mão-de-obra às indústrias que começavam a surgir no país, devido às mudanças que vinham ocorrendo na sua economia agrário-exportadora”. Nesse período, a formação profissional crescia gradativamente no contexto do mercado de trabalho brasileiro, à medida que se tornava indispensável contar com profissionais habilitados e especializados para atender às demandas de uma economia em expansão. Nesse ínterim, a formação profissional teve um impacto positivo no cenário laboral após o fim da escravidão, contribuindo para o progresso econômico da nação e para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Contudo, a estrutura do tecido social ainda continha características do período anterior, ou seja, o trabalho manual ficara sob a tutela dos menos favorecidos que serviam aos patrões, algo similar à escravidão.

No governo do presidente Nilo Peçanha ocorreu o pontapé da atual Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, por força do Decreto n.º 7.566, de 23 setembro de 1909, com dezenove Escolas de Aprendizes Artífices. Neste contexto, é importante observar que o Brasil passava por transformações sociais e econômicas no mercado interno; iniciava-se a demanda por mão-de-obra especializada que atendesse aos anseios do crescimento industrial e da produção em larga escala, além disso, também havia a necessidade de controle social sobre os menos favorecidos que precisavam ser “úteis” ao Estado com trabalho e, conseqüentemente: a ideia era torná-los economicamente ativo e subservientes, conforme Kunze (2015):

[...] aos olhos do dirigente do país, os ex-escravos, mendigos, negros, loucos, prostitutas, rebeldes, desempregados, órfãos e viciados, que se avolumavam

com o crescimento das cidades, precisavam ser atendidos, educados e profissionalizados para se transformarem em obreiros, em operariado útil incapaz de se rebelar contra a pátria (Kunze, 2015, p. 15).

As afirmações de Kunze (2015) levam a compreender que a Educação Profissional e Tecnológica, no cenário brasileiro, foi concebida, inicialmente, não para libertar e dar oportunidades, mas como instrumento de controle do Estado sobre as classes sem oportunidade de trabalho. Esta reflexão aflora a compreensão de trabalho como algo peculiar àqueles “sem luz”, enquanto a nobreza se ocupava com ócio, com a artes, com a governança, com o pensar os rumos do país entre outras atividades de cunho “intelectual”; também expõe uma divisão no trabalho e uma dualidade estrutural da educação.

Em 1937, o governo de Getúlio Vargas estabeleceu que as indústrias e os sindicatos econômicos deveriam criar escolas de aprendizes conforme sua especialidade; também foi naquele Governo que as escolas de aprendizes e artífices mantidas pela União foram transformadas em liceus industriais.

Adiante, os liceus foram transformados em escolas industriais e, com uma afinada sintonia entre o público e o privado, onde a preocupação era suprir as necessidades de mão-de-obra qualificada e requerida pela indústria em expansão; em seguida a criação “Sistema S” veio corroborar com o projeto já em trânsito, com objetivo de atender a uma necessidade de constante de formação profissional e qualificação de mão-de-obra.

O Decreto-Lei n.º 4.073, de 30 de janeiro de 1942, conhecido como Lei Orgânica do Ensino Industrial, definiu que o ensino industrial será ministrado em dois ciclos: o primeiro ciclo abrange o ensino industrial básico, o ensino de mestría, o ensino artesanal e a aprendizagem; o segundo ciclo compreende o ensino técnico e o ensino pedagógico. Ainda em 1942, o Decreto-Lei n.º 4.127 estabeleceu as bases para a organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial, composta por escolas técnicas, industriais, artesanais e de aprendizagem. O decreto extinguiu os liceus industriais, transformando-os em escolas industriais e técnicas, que passaram a oferecer formação profissional nos dois ciclos do ensino industrial. Também foi em 1942 que o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) foi criado pelo Decreto-Lei n.º 4.048, de 22 de janeiro de 1942 (Brasil, 2024).

Em 1946, por força do Decreto-Lei n.º 9.613/46, que ficou conhecido como Lei Orgânica do Ensino Agrícola, foram criados os estabelecimentos de ensino agrícola federais. Nesse mesmo ano, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac, pelo Decreto-Lei n.º 8.621, de 10 de janeiro de 1946, bem como a aprendizagem dos comerciários foi regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 8.621. Em 1946. A Constituição definiu que “as

empresas industriais e comerciais são obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem aos seus trabalhadores menores, pela forma que a lei estabelecer, respeitados os direitos dos professores” (Brasil, 2024).

Por volta de 1959, foram instituídas as escolas técnicas federais como autarquias, a partir das escolas industriais e técnicas mantidas pelo Governo Federal (Brasil, 2024). Esta mudança deu maior autonomia administrativa e financeira, para tornar as escolas mais eficientes e responsivas às demandas do mercado de trabalho e das comunidades locais, tendo maior capacidade para desenvolver currículos que atendessem às especificidades dos setores industriais e tecnológicos emergentes.

Em 1961 foi promulgada a Lei n.º 4.024/61, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que passou a permitir que concluintes de cursos de educação profissional, organizados nos termos das Leis Orgânicas do Ensino Profissional, pudessem continuar estudos no ensino superior (Brasil, 2024). A LDB de 1961 foi pioneira ao reconhecer a educação profissional como uma via legítima para a continuidade dos estudos no ensino superior, um importante passo para a integração dos diferentes níveis de ensino no Brasil.

Já em 1967, as fazendas-modelo foram transferidas do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e passaram a ser denominadas escolas agrícolas (Brasil, 2024). A transferência das fazendas-modelo do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e sua subsequente transformação em escolas agrícolas em 1967 foi uma decisão estratégica que teve um impacto significativo no desenvolvimento da educação agrária e rural no Brasil.

A Lei Federal n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968, que permitiu oferta de cursos superiores destinados à formação de tecnólogos (Brasil, 2024), marca também um avanço na História da Educação Profissional e Tecnológica brasileira.

Em 1971, fora definido que todo o ensino de segundo grau, hoje denominado ensino médio, deveria conduzir o educando à conclusão de uma habilitação profissional técnica ou, ao menos, de auxiliar técnico (habilitação parcial), conforme determinado pela Lei n.º 5.692/71 (Brasil, 2024).

No ano de 1975, a Lei Federal n.º 6.297, de 11 de dezembro de 1975, definiu incentivos fiscais no imposto de renda de pessoas jurídicas (IRPJ) para treinamento profissional pelas empresas (Brasil, 2024).

Em 1978, as Escolas Técnicas Federais do Paraná, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), pela Lei n.º 6.545, de 30 de junho de 1978 (Brasil, 2022). No ano de 1982, a Lei n.º 7.044/82 reformulou a

Lei n.º 5.692/71 e retirou a obrigatoriedade da habilitação profissional no ensino de segundo grau (Brasil, 2024).

Por volta de 1991, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) foi criado pela Lei n.º 8.315, de 23 de dezembro de 1991, nos termos do art. 62 do ato das disposições constitucionais transitórias, em formato institucional similar ao do Senai e do Senac (Brasil, 2024).

Em 1994, houve a transformação gradativa das escolas técnicas federais e das escolas agrícolas federais em Cefets, neste período fora instituído o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, integrado pela Rede Federal e pelas redes ou escolas congêneres dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal (Brasil, 2024).

No ano de 1996, foi promulgada a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que dedicou o Capítulo III do seu Título VI à educação profissional. Posteriormente, esse capítulo foi denominado “Da Educação Profissional e Tecnológica” pela Lei n.º 11.741/2008, que inclui a seção IV-A no Capítulo II, para tratar especificamente da educação profissional técnica de nível médio (Brasil, 2024).

Entre 1998-2002 foram definidas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, pela Resolução CNE/CEB n.º 04/99, com fundamento no Parecer CNE/CEB n.º 16/99; em 2002, foram definidas as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional de Nível Tecnológico pela Resolução CNE/CP n.º 03/2002, com fundamento no Parecer CNE/CP n.º 29/2002. (Brasil, 2024)

A Resolução CNE/CEB n.º 1/2004, de 21 de janeiro de 2004, definiu diretrizes nacionais para estágios supervisionados de estudantes de educação profissional e de ensino médio. Também foi em 2004 que foi publicado o Decreto n.º 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Foi a partir deste decreto que nasce efetivamente o Currículo Integrado (Brasil, 2004).

A concepção do currículo integrado na educação profissional constitui um elemento central nas políticas educacionais da EPT. O principal referencial legal é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. A LDB estabelece a articulação entre educação básica e educação profissional, promovendo uma formação integral do estudante que contemple tanto aspectos acadêmicos quanto práticos.

Outro instrumento legal importante foi o Decreto n.º 5.154, de 23 de julho de 2004, que detalha as formas de articulação da educação profissional técnica de nível médio com o ensino médio, propondo modalidades como a integração, a concomitância e a subsequência. Consoante

este decreto, “a educação profissional técnica de nível médio poderá ser desenvolvida nas formas articulada e subsequente, nos termos do inciso II do § 2º do art. 36 da Lei n.º 9.394” (Brasil, 1996). A integração pressupõe que o currículo seja concebido de maneira a combinar os componentes da formação geral com os da formação técnica, promovendo uma educação politécnica com vistas a uma formação omnilateral.

A educação politécnica, aqui devidamente fundamentada no pensamento de Kuenzer (1989), Saviani (2003), Frigotto, Ciavatta, Ramos (2005) e Ciavatta (2014), carrega consigo a premissa de aglutinar formação intelectual a formação técnica. Nesta modalidade, valorizam-se habilidades técnicas e intelectuais que colaboram para o desenvolvimento crítico dos indivíduos. A ideia é integrar conhecimentos com vistas a promover uma formação integral e emancipadora.

Já a ideia de omnilateralidade, derivada dos pensamentos de Karl Marx e outros teóricos críticos, implica na formação completa do indivíduo, desenvolvendo tanto as capacidades intelectuais quanto práticas.

No que concerne à integração curricular, esta visa superar a dicotomia entre o ensino propedêutico e o ensino técnico, propondo uma formação que responda às demandas sociais, econômicas e tecnológicas contemporâneas.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia têm se destacado na implementação do currículo integrado, desenvolvendo práticas pedagógicas que alinham formação média e técnica, além disso, proporcionam progressão acadêmica dentro dos IFs. A Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. E enfatiza a oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio como uma de suas principais atribuições. Essa integração é vista como uma estratégia para garantir uma educação de qualidade e inclusiva, capaz de atender às necessidades dos jovens e do mercado de trabalho.

Ciavatta reitera a importância da formação integrada quando afirma que:

Formação integrada significa mais do que uma forma de articulação entre ensino médio e educação profissional. Ela visa recuperar, no atual contexto histórico e sob uma específica de correlação de forças entre as classes, a concepção de educação politécnica, de educação omnilateral e de escola unitária, que esteve na disputa por uma nova LDB na década de 1980 que foi perdida na aprovação da Lei n.º 9.394/96 (Ciavatta, 2014, p. 197).

Assim, a integração curricular contribui para o desenvolvimento de competências gerais

e específicas, fundamentais para a inserção no mundo do trabalho e para a participação ativa na sociedade. Para a efetivação do currículo integrado, é necessário um projeto pedagógico que contemple a interdisciplinaridade e a contextualização do ensino.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, é fundamental que:

[...] os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio sejam organizados por eixos tecnológicos constantes do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, instituído e organizado pelo Ministério da Educação ou em uma, ou mais ocupações da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) (Brasil, 2012, p. 4).

Ademais:

A estruturação dos cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, orientada pela concepção de eixo tecnológico, considera:

I – a matriz tecnológica, contemplando métodos, técnicas, ferramentas e outros elementos das tecnologias relativas aos cursos;

II – o núcleo politécnico comum correspondente a cada eixo tecnológico em que se situa o curso, que compreende os fundamentos científicos, sociais, organizacionais, econômicos, políticos, culturais, ambientais, estéticos e éticos que alicerçam as tecnologias e a contextualização do mesmo no sistema de produção social;

III – os conhecimentos e as habilidades nas áreas de linguagens e códigos, ciências humanas, matemática e ciências da natureza, vinculados à Educação Básica deverão permear o currículo dos cursos técnicos de nível médio, de acordo com as especificidades dos mesmos, como elementos essenciais para a formação e o desenvolvimento profissional do cidadão;

IV – a pertinência, a coerência, a coesão e a consistência de conteúdos, articulados do ponto de vista do trabalho assumido como princípio educativo, contemplando as necessárias bases conceituais e metodológicas;

V – a atualização permanente dos cursos e currículos, estruturados em ampla base de dados, pesquisas e outras fontes de informação pertinentes (Brasil, 2012, p. 4-5).

Conforme descrito acima, a organização dos cursos por eixos tecnológicos, conforme o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos ou a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), trata-se de uma visão mais ampla e interconectada das áreas de conhecimento, superando a fragmentação tradicional do ensino e abrindo portas para o currículo integrado.

A estruturação dos cursos, orientada pela concepção de eixo tecnológico, é crucial para o currículo integrado. Ao considerar a matriz tecnológica, que inclui métodos, técnicas e ferramentas específicas, o currículo se torna mais coerente e aplicável ao mundo do trabalho. O núcleo politécnico comum, por sua vez, é essencial para a integração por abranger

fundamentos científicos, sociais, organizacionais, econômicos, políticos, culturais, ambientais, estéticos e éticos. Essa abordagem multidisciplinar é a essência do currículo integrado, permitindo que os estudantes compreendam as tecnologias em um contexto social mais amplo.

A inclusão de conhecimentos e habilidades das áreas de linguagens, ciências humanas, matemática e ciências da natureza no currículo técnico é outro aspecto fundamental do currículo integrado. Isso assegura que a formação técnica não seja isolada, mas sim integrada à formação geral, proporcionando um desenvolvimento mais completo do estudante.

A ênfase na pertinência, coerência, coesão e consistência dos conteúdos, articulados sob a perspectiva do trabalho como princípio educativo, é crucial para o currículo integrado. Essa abordagem permite que os estudantes compreendam a relação entre teoria e prática, entre o conhecimento acadêmico e sua aplicação no mundo do trabalho.

Por fim, destaca-se que a atualização permanente dos cursos e currículos, baseada em pesquisas e fontes de informação relevantes, é algo essencial para manter o currículo integrado alinhado com as mudanças tecnológicas e sociais. Isso garante que a formação mais completa, crítica e alinhada com as demandas da sociedade contemporânea seja sempre relevante.

No entanto, para a implementação do currículo integrado são diversos os desafios e envolvem desde questões estruturais e culturais, a infraestrutura das escolas precisa estar adequada para atender às demandas dos cursos técnicos, oferecendo laboratórios, oficinas e recursos tecnológicos. Além disso, é necessário um esforço contínuo para romper com a tradição fragmentada do ensino, promovendo uma cultura escolar que valorize a integração e a interdisciplinaridade.

A formação integrada é uma proposta que tem em vista superar a atual formação fragmentada da educação básica brasileira. Essa abordagem integra diferentes áreas do conhecimento, promove a interdisciplinaridade e a contextualização dos conteúdos, visando formar cidadãos mais críticos, reflexivos e preparados para os desafios do século XXI e da vida cotidiana.

Implementar o currículo e a formação integrada, antes de tudo, é necessário adotar estratégias que contemplem tanto a reestruturação curricular quanto a formação dos professores e a gestão escolar. O processo precisa ser pensado de maneira sistêmica, integrada e abrangente.

Para a implementação e a elaboração de um currículo integrado, é necessário envolver a participação de diferentes agentes educacionais, como: pesquisadores, professores, gestores e comunidade escolar e segmentos da sociedade civil. Este processo de construção coletiva é necessário para dar oportunidade a todos de refletirem e debaterem sobre os objetivos e o conteúdo do currículo, garantindo que ele seja significativo, inclusivo, contextualizado e

dinâmico para os estudantes, focando sempre na formação do homem integral.

É imperioso destacar a importância da formação do docente e a formação continuada dos professores que já atuam, para que eles estejam preparados para lidar com a nova abordagem pedagógica. É importante atentar-se também à reorganização dos espaços e tempos escolares, para favorecer a interdisciplinaridade e a contextualização dos conteúdos. Isso implica em repensar o uso das salas de aula, promover a colaboração entre os professores e oferecer oportunidades de aprendizagem dentro e fora do ambiente escolar.

Quando se pensa em implementar o currículo integrado, é evidente e necessário que a gestão escolar esteja alinhada a este pensamento, pois esta desempenha um papel importante na implementação deste currículo. O gestor precisa garantir condições adequadas de infraestrutura e recursos materiais, bem como promover a integração entre os diferentes profissionais envolvidos na educação, pedagogos, coordenadores, professores, estudantes e sociedade civil.

Silva (2017) assegura que a formação integrada possibilita desenvolver competências e habilidades essenciais para a vida pessoal, profissional e cidadã dos estudantes. A pesquisadora destaca que, ao promover a interdisciplinaridade, a contextualização e a participação ativa dos estudantes, a formação integrada contribui para a construção de um conhecimento mais significativo e para a promoção da autonomia dos estudantes. Moura *et al.* (2015) destacam a importância da formação integrada para superar as contradições históricas da educação brasileira. Tais autores advogam a favor da formação integrada, nos moldes da politecnicidade, tendo em vista uma educação mais completa, que articula teoria e prática, preparando os discentes para o mundo do trabalho e para a vida em sociedade.

Ciavatta (2014) conceitua a formação integrada como uma proposta de educação omnilateral, que visa articular o conhecimento científico, técnico, artístico e político, ressaltando que esta deve contribuir para a superação da dicotomia entre teoria e prática, e para a construção de uma educação mais humanizadora e emancipatória.

Portanto, podemos afirmar ser necessária a adoção de estratégias que envolvam a reestruturação curricular, a formação dos professores e a gestão escolar, para alcançar a materialização de um currículo que caminhe na direção de uma formação integral. Desse modo, extrai-se dois pontos importantes nessa discussão: primeiro, analisando todo percurso Educação Profissional Tecnológica observou-se que esta acompanha as mudanças no setor produtivo, e aparenta estar sintonizada com as necessidades do capital que anseiam por profissionais capacitados e habilitados ao exercício técnico-funcional sem preocupação com formação humana e social dos sujeitos. O segundo é que a LDB n.º 9394/96 abre caminho efetivo para o currículo integrado e tão almejada formação integral, mas foi a partir do Decreto n.º 5.154/2014

que o currículo integrado ganha materialidade. Para haver a efetiva implementação do currículo, é requerida a adoção de estratégias que envolvam a reestruturação curricular, a formação dos professores e a gestão escolar. Essa abordagem possibilita uma educação mais significativa e contextualizada, preparando os estudantes para os desafios do século XXI.

Conclui-se que, para haver uma formação integrada, é necessário engajamento de todos os agentes educacionais em uma construção coletiva que rompa barreiras e promova mudanças no currículo, para garantir uma educação de qualidade para todos.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo, realizaremos as análises do material coletado na pesquisa de campo, fazendo sempre conexão com as teorias já discutidas ao longo do referencial teórico.

Ao apresentar uma análise histórica e filosófica da relação entre trabalho e educação, abordando desde a antiguidade até os dias atuais, apresentaremos como a relação entre trabalho e educação se constrói ao longo da História. Pode-se observar que tais relações e/ou distanciamentos sempre formam permeados pelas relações sociais e culturais de cada povo, cada época, cada sociedade. Tal percurso nos permite entender as raízes e a evolução dos conceitos de trabalho, trabalho como princípio educativo, educação politécnica e formação omnilateral, que são temáticas centrais deste estudo.

A análise das transformações contemporâneas no âmbito laboral, com destaque para a precarização, a expansão da economia informal e a automação, é imprescindível para compreender os desafios emergentes no campo da educação profissional e tecnológica. Essa análise reforça as discussões sobre a educação politécnica e a formação omnilateral, considerando-as elementos essenciais para o desenvolvimento integral dos educandos.

Seguindo a trilha das discussões teóricas que embasam este estudo, abordamos o currículo integrado na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e a evolução das políticas educacionais, desde a criação das Escolas de Aprendizes Artífices em 1909 até a instituição dos Institutos Federais em 2008. Destacamos a relevância da LDB e do Decreto n.º 5.154/2004, que fundamentam a implementação do currículo integrado, ressaltando sua importância para a efetivação de uma educação politécnica e omnilateral. Essas discussões oferecem fundamentos teóricos, históricos e legais alinhados aos objetivos da pesquisa. Elas fornecem subsídios para analisar como os conceitos de educação politécnica e formação omnilateral podem estar presentes nos documentos e práticas pedagógicas do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio, no Campus de Cajazeiras, Paraíba.

6.1 O BEM DITO: O QUE ENUNCIAM OS DOCUMENTOS NORMATIVOS (PDI, PPC E PLANOS DE DISCIPLINA)

No âmbito deste estudo, o termo “bem dito” é empregado para designar o conjunto de diretrizes e normas oficialmente estabelecidas nos documentos institucionais do Instituto Federal da Paraíba (IFPB). Estes documentos incorporam e refletem substancialmente a legislação vigente, abrangendo tanto os aspectos administrativos quanto os pedagógicos da

instituição. Esta documentação oficial serve como fundamento normativo, norteando as práticas e políticas institucionais consoante os marcos regulatórios do Sistema Educacional Brasileiro. A análise desses documentos possibilita compreender o arcabouço legal e institucional que orienta as atividades do IFPB, especialmente as do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio, no campus de Cajazeiras – PB. Essa análise oferece uma base sólida para avaliar e compreender as diretrizes e práticas pedagógicas vivenciadas no referido curso.

Analisaremos o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020-2024; Plano Pedagógico de Curso (PPC) do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio e os Planos de Ensino das disciplinas desenvolvidas no terceiro ano do curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio do Campus Cajazeiras.

Tal análise visa contemplar aquilo que fora proposta no objetivo geral deste estudo: “investigar em que medida os conceitos de educação politécnica e formação omnilateral estão materializados nos documentos e nas práticas pedagógicas do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio, do Instituto Federal de Educação da Paraíba (IFPB), Campus Cajazeiras – PB”.

6.1.1 Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2020-2024

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal da Paraíba é um documento institucional cujo objetivo é demonstrar as prioridades acadêmicas, administrativas e pedagógicas da Instituição, bem como as estratégias e esforços de superação por um período de 5 (cinco anos).

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020-2024 atende aos requisitos do Artigo 2º da Portaria n.º 2025/2017-IFPB, estando alinhado à Lei n.º 13.005/2014 (PNE 2014-2024), às Cláusulas 1ª e 4ª do Termo de Acordo e Metas do MEC/SETEC 06/2010 (TAM 2010-2022), à Resolução n.º 24/2019-IFPB (PEAPEE 2017-2027), à Lei n.º 13.971/2019 (PPA 2020-2023) e ao Decreto Federal n.º 10.531/2020 (EFD 2020-2031) (IFPB, 2021, p. 11).

No que refere à natureza da Instituição e à função institucional do IFPB, observamos que o documento conceitua e define que:

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba é uma instituição vinculada ao Ministério da Educação, criada nos termos da Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Possui natureza jurídica de autarquia e é detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Para efeito da incidência das disposições que regem

a regulação, avaliação e supervisão da Instituição e dos cursos de educação superior, o Instituto Contemplando os aspectos humanísticos, nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica. Federal da Paraíba é equiparado às universidades federais. O Instituto Federal da Paraíba é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica (IFPB, 2021, p. 27).

Esse texto enfatiza a importância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), vinculado ao Ministério da Educação e regulamentado pela Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Essa legislação define os Institutos Federais como autarquias dotadas de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, equiparando-os às Universidades Federais. O texto também ressalta o papel essencial dessas instituições na oferta de educação superior de qualidade, bem como seu compromisso com a educação básica e profissional.

Atualmente os Institutos Federais possuem natureza pluricurricular e multicampi refletindo a sua capacidade de atender a uma ampla diversidade de alunos e necessidades regionais, oferecendo cursos que vão desde a educação básica até a pós-graduação stricto sensu, passando pela formação profissional e tecnológica. Esse texto enfatiza a importância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), vinculado ao Ministério da Educação e regulamentado pela Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Essa legislação define os Institutos Federais como autarquias dotadas de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, equiparando-os às Universidades Federais. O texto também ressalta o papel essencial dessas instituições na oferta de educação superior de qualidade, bem como seu compromisso com a educação básica e profissional.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFPB para o período de 2020-2024 traz consigo, de início, a saudação do reitor à comunidade do Instituto Federal da Paraíba e à sociedade em geral, que logo evidencia a missão do instituto:

Ofertar a **educação profissional, tecnológica e humanística em todos os seus níveis e modalidades por meio do Ensino**, da Pesquisa da Extensão, na perspectiva de contribuir na formação de cidadãos para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática (IFPB, 2021, p. 14, grifo nosso).

No perfil institucional do IFPB, na seção que trata do papel social e institucional da entidade, o eixo 'missão' destaca, com base no art. 2º da Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que o IFPB é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular

e multicampi, com especialização na oferta de educação profissional e tecnológica (IFPB, 2021, p. 97). Ainda no mesmo íterim discursivo, destaca-se que a resolução n.º 246, de 18 de dezembro de 2015, do Conselho Superior do IFPB (CONSUPER), dispõe sobre o Estatuto da Instituição e, em seu artigo 4º, define que o IFPB tem as seguintes finalidades precípua:

- I – ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II – desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e às peculiaridades regionais;
- III – promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e à educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV – orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e do fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V – constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI – qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII – desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII – realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- IX – promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente (IFPB, 2021, p. 97-98).

Ao analisar e comparar ambas as citações referentes à missão e objetivos do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), é possível observar que não há divergências ou contradições significativas entre elas. Na verdade, as citações se complementam, oferecendo perspectivas diferentes sobre o mesmo tema.

A primeira citação apresenta uma visão mais ampla e filosófica da missão do IFPB, enfatizando aspectos humanísticos e sociais da educação, como a formação de cidadãos e a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva, sustentável e democrática. Por outro lado, a citação dois fornece um detalhamento mais pragmático e operacional dos objetivos da instituição, aprofundando-se nos aspectos técnicos, científicos e econômicos da atuação do IFPB.

Ambas as citações convergem em pontos importantes, como a oferta de educação profissional e tecnológica em diversos níveis e modalidades, a formação de cidadãos para atuação no mundo do trabalho, a ênfase no desenvolvimento socioeconômico e a promoção da pesquisa e da extensão. A principal diferença reside na abordagem: enquanto a citação um é mais concisa e geral, a citação dois é mais detalhada e específica, listando nove objetivos distintos da instituição.

Pode-se dizer que a citação um fornece o “porque” da missão do IFPB, enquanto a citação dois detalha o “como” essa missão será cumprida. Dessa maneira, as citações não apresentam divergências, mas se complementam, oferecendo uma visão ampla e coerente da missão e dos objetivos do IFPB. Elas estabelecem uma base filosófica e social para a atuação da instituição, detalhando essa visão em objetivos específicos e ações concretas que abrangem múltiplos aspectos da educação profissional e tecnológica.

Ainda sobre a missão institucional, vale analisar a missão do IFPB dentro das macropolíticas de ensino. Neste campo, o PDI – 2020-2024 destaca que tudo é posto em consonância com a Constituição Federal de 1988, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/1996) e com a Lei de Criação dos Institutos Federais (Lei n.º 11.892/2008) – e que a missão social expressa, baseia-se na: verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão; formação humana integral; articulação entre educação, trabalho, cultura, ciência e tecnologia; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; inclusão social; gestão democrática; defesa dos direitos humanos.

O termo missão também aparece nos itens: Organização Pedagógica da Instituição e Governança Institucional, assim descrito:

O IFPB é uma instituição de educação pluricurricular, multicampi, descentralizada, integrada às diferentes formas de educação, à ciência, à tecnologia e ao trabalho e tem como **missão** Institucional: Ofertar a educação profissional, tecnológica e humanística em todas as suas modalidades por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, na perspectiva de contribuir na formação de cidadãos para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática (IFPB, 2021, p. 107, grifo nosso).

Observa-se que o texto ora posto converge para validar o que fora apresentado de reitor do IFPB na sua apresentação e saudação inicial e para o posto dentro das macropolíticas de ensino, no entanto, ainda da missão descrita dentro do perfil institucional. Chiavenato (2014, p. 56) afirma que “missão significa uma incumbência que se recebe ou uma obrigação a fazer. A

missão representa a razão da existência de uma organização. Significa a finalidade ou o motivo pelo qual a organização foi criada e para o qual ela deve servir”.

A análise da missão do Instituto Federal da Paraíba justifica-se ao evidenciar como a instituição organiza sua administração, ensino, pesquisa e extensão. A proposta de oferecer uma educação pluricurricular, multicampi e descentralizada, integrada à ciência, tecnologia e trabalho, reflete o compromisso com a formação abrangente dos alunos.

Considerando a missão do IFPB de oferecer uma educação profissional e tecnológica que valoriza a formação integral, integrando ensino, pesquisa e extensão, objetivando formar cidadãos preparados para atuar no mundo do trabalho e contribuir para a construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática. Assim, podemos afirmar que a Instituição proporciona uma educação fundamentada na concepção politécnica, alinhada também à formação omnilateral. Essa abordagem está em consonância com os princípios defendidos por autores como Marx (2004), Manacorda (2007), Ciavatta (2014), Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), Saviani (1989, 2003), Kuenzer (1989) e Mészáros (2008).

Quando examinamos as diretrizes curriculares para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, contidas no Plano de Desenvolvimento Institucional, observamos menção a politecnicidade com base da organização curricular:

A Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) é desenvolvida nas formas articuladas – integrada ou concomitante – e subsequente ao Ensino Médio. Os cursos são organizados por Eixos Tecnológicos definidos no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), orientadores da construção dos planos pedagógicos e das matrizes curriculares dos cursos. O Plano Pedagógico de Curso (PPC) abrange fundamentos teórico-metodológicos; objetivos; perfil do egresso; e ações inovadoras e de integração de cargas horárias, do conhecimento, da aprendizagem, da avaliação e das experiências dos educandos com o currículo. As Diretrizes Curriculares da Educação Profissional Técnica de Nível Médio evidenciam-se a partir de dois documentos orientadores elaborados pelo FDE: (1) Documento base para a promoção da formação integral, fortalecimento do ensino médio integrado e implementação do currículo integrado no âmbito das instituições da RFEPCT (2016); e, (2) Agenda de Fortalecimento do Ensino Médio Integrado na RFEPCT, construído conjuntamente com os participantes do I e II Seminários Nacionais do Ensino Médio Integrado, realizados em Brasília nos anos de 2017 e 2018. Essa nova configuração trouxe implicações para a EPTNM, principalmente na forma integrada ao Ensino Médio. Fortaleceram-se, a partir do conteúdo das Diretrizes Indutoras para a EPTNM na Rede Federal, como bases da organização curricular: 1. Ampliação de oferta de vagas para cursos técnicos integrados nos 50% garantidos na Lei n.º 11.892/2008; 2. Conceito e perspectiva de formação humana integral; 3. Trabalho como princípio educativo; 4. Pesquisa como princípio pedagógico; 5. Currículo integrado; 6. Interdisciplinaridade; 7. **Politecnicidade** (IFPB, 2021, p. 119-120, grifo nosso).

Destacamos ainda que:

Dessa forma, as Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio primam pelas práticas curriculares integradoras do conhecimento, da aprendizagem e das experiências do educando, pela consciência da formação geral articulada à preparação para o exercício da profissão técnica e pela incorporação das dimensões trabalho, tecnologia, ciência e cultura (IFPB, 2021, p. 120).

O texto acima apresenta uma visão abrangente da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) no Brasil, destacando sua estrutura, organização e princípios fundamentais. A EPTNM é oferecida em diferentes modalidades, incluindo a forma articulada (integrada ou concomitante) e subsequente ao Ensino Médio, proporcionando flexibilidade e opções para os estudantes.

O Plano Pedagógico de Curso (PPC) é destacado como um elemento central na estruturação dos cursos. Ele abrange diversos aspectos fundamentais, como fundamentos teórico-metodológicos, objetivos, perfil do egresso e ações inovadoras. A ênfase na integração de cargas horárias, conhecimento, aprendizagem e experiências dos educandos com o currículo demonstra uma abordagem holística e centrada no aluno.

A citação também destaca as Diretrizes Curriculares da EPTNM, estas baseadas em dois documentos importantes: o “Documento base para a promoção da formação integral” e a “Agenda de Fortalecimento do Ensino Médio Integrado na RFEPCCT”. Esses documentos refletem um esforço colaborativo e contínuo para aprimorar e fortalecer o ensino médio integrado.

O texto enfatiza sete bases fundamentais para a organização curricular, incluindo a ampliação da oferta de vagas, o conceito de formação humana integral, o trabalho como princípio educativo, a pesquisa como princípio pedagógico, o currículo integrado, a interdisciplinaridade e a **politecnia**, demonstram um compromisso com uma educação abrangente e multifacetada, que vai além da mera formação técnica.

Podemos extrair também informações sobre as práticas curriculares integradoras do conhecimento, da aprendizagem e das experiências do educando. Isso sugere uma abordagem educacional que valoriza não apenas o conhecimento teórico, mas também a aplicação prática e as experiências pessoais dos estudantes.

A articulação entre a formação geral e a preparação para o exercício da profissão técnica é outro ponto crucial. Isso reflete uma visão educacional que visa equilibrar o desenvolvimento de habilidades técnicas específicas com uma formação mais completa. Por fim, ratifica-se a

incorporação das dimensões trabalho, tecnologia, ciência e cultura nas diretrizes curriculares demonstrando uma compreensão da educação profissional como um processo multidimensional que visa preparar os estudantes não apenas para o mercado de trabalho, mas também para serem cidadãos críticos e conscientes em uma sociedade em constante evolução.

Contudo, é possível afirmar que extrato ora exposto traz o que pensa o IFPB no que se refere a currículo integrado na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, destacando o seu alinhamento a educação, as políticas e a legislação da EPTNM, além de enfatizar a importância de uma formação holística que prepare os estudantes para os desafios do mundo contemporâneo, tanto no campo profissional quanto pessoal e social.

No que se refere à formação omnilateral, o PDI 2020-2024 não traz a expressão omnilateral *Ipsis Litteris*, no entanto, os elementos que remetem ao conceito de formação omnilateral estão presentes no texto, conforme segue:

As políticas de Ensino do IFPB para o quinquênio 2020-2024 pautam-se pela busca da excelência do ensino, melhoria das condições do processo de ensino e de aprendizagem e garantia do ensino público e gratuito, numa gestão democrática que potencialize o desenvolvimento das regiões nas quais o **Instituto está inserido, reafirmando que a formação humana, cidadã, precede a qualificação para o trabalho.** Além disso, o IFPB assume o compromisso de assegurar aos profissionais a possibilidade de continuar em desenvolvimento ao longo da vida.

[...] As Políticas de Ensino no IFPB estão baseadas na relevância da educação, com ênfase na qualidade, na construção dos conhecimentos técnico-científicos, no respeito às culturas, na proteção ao meio ambiente e nas necessidades sociais do estado e da região. Devem almejar a criação de uma sociedade constituída de indivíduos motivados e íntegros, críticos e éticos, inspirados nos princípios humanitários, buscando desenvolver-se plenamente no campo dos conhecimentos científicos e tecnológicos e, sobretudo, no campo das relações sociais.

[...] Garantir uma organização curricular orgânica nos cursos integrados que considere a articulação e a interdisciplinaridade entre os componentes curriculares e as metodologias integradoras e possibilite a inserção e o desenvolvimento do currículo, de ações ou atividades, com vistas à promoção da formação ética, política, estética, entre outras, tratando-as como fundamentais para a formação integral do estudante – Diretrizes Indutoras para a Oferta de Cursos Técnicos Integrados – FDE/CONIF (IFPB, 2021, p. 116-117).

Observa-se que as políticas de Ensino do Instituto Federal da Paraíba (IFPB) para o período de 2020-2024 trazem consigo uma abordagem abrangente e holística para a educação profissional e tecnológica. O IFPB estabelece como prioridades a busca pela excelência no ensino, a melhoria das condições do processo de ensino e aprendizagem, e a garantia do ensino público e gratuito. Essas políticas são base de uma gestão democrática que visa potencializar o

desenvolvimento da região onde o Instituto está presente, enfatizando que a formação humana e cidadã precedem a qualificação para o trabalho.

Outro aspecto importante é o compromisso do IFPB em proporcionar aos profissionais oportunidades de desenvolvimento contínuo ao longo da vida, reconhecendo a importância da aprendizagem permanente no contexto atual. Observa-se a partir da citação posta que as políticas de ensino no IFPB são baseadas na relevância da educação, com ênfase na qualidade e na construção de conhecimentos técnico-científicos. Além disso, o Instituto demonstra um compromisso com o respeito às culturas locais, a proteção ao meio ambiente e o atendimento às necessidades sociais do estado e da região.

É possível compreender também que o IFPB anseia promover a criação de uma sociedade composta por indivíduos motivados, íntegros, críticos e éticos, inspirados em princípios humanitários, quando destaca a busca em desenvolver plenamente os estudantes não apenas no campo dos conhecimentos científicos e tecnológicos, mas também, e principalmente, no âmbito das relações sociais. Isso remete a uma visão educacional que vai além da mera transmissão de conhecimentos técnicos, buscando formar cidadãos completos e conscientes.

O texto também menciona a garantia de uma organização curricular orgânica nos cursos integrados. Isso implica em considerar a articulação e a interdisciplinaridade entre os componentes curriculares, bem como a implementação de metodologias integradoras, permitindo a inserção e o desenvolvimento do currículo, de ações ou atividades que promovam a formação ética, política e estética dos estudantes, entre outros aspectos fundamentais para sua formação integral.

Conforme a citação posta, as políticas de ensino do IFPB refletem um compromisso com uma educação integral, que não apenas prepara os estudantes para o mercado de trabalho, mas também os forma como cidadãos críticos, éticos e conscientes de seu papel na sociedade, capazes de contribuir para o desenvolvimento sustentável de suas comunidades e do país.

6.1.2 Plano Pedagógico de Curso – PPC do curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio, do IFPB, Campus Cajazeiras, Paraíba

Seguindo o processo de análise documental, estudaremos o Plano Pedagógico de Curso (PPC) do curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio do IFPB, Campus Cajazeiras, Paraíba. O PPC é iniciado fazendo uma apresentação dos documentos que norteiam tal planejamento, destacando que:

A elaboração deste plano buscou envolvimento dos profissionais em educação, a articulação das áreas de conhecimento, pela definição de um perfil de conclusão e de competências básicas, bem como saberes e princípios norteadores que imprimem à proposta curricular, a profissionalização e a **formação omnilateral** de sujeitos (IFPB, 2019, p. 4, grifo nosso).

Em seguida, o documento aponta que:

Este plano se constitui em um instrumento teórico-metodológico que visa contribuir, de forma sistematizada, didática e participativa, para o enfrentamento dos desafios de um Curso Técnico. O plano determina a trajetória a ser seguida pelos ingressantes no curso, bem como traça o horizonte do percurso acadêmico, estabelecendo a referência curricular, expressando o desejo e o compromisso dos envolvidos no processo (IFPB, 2019, p. 4).

Completando a apresentação do PPC, o documento sinaliza os seguintes objetivos:

Espera-se que os resultados práticos estabelecidos neste documento culminem em uma formação globalizada e crítica dos educandos, para exercer, com fulgor, a cidadania e reconheça a educação como instrumento de transformação de realidades e responsável pela resolução de problemáticas contemporâneas (IFPB, 2019, p. 4-5).

As citações fornecidas evidenciam a preocupação com uma formação educacional que vai além da simples transmissão de conhecimento técnico, promovendo uma educação que visa tanto o desenvolvimento profissional quanto a formação omnilateral dos indivíduos. Pode-se afirmar que o PPC reflete a preocupação com uma formação educacional que vai além da simples transmissão de conhecimento técnico, promovendo uma educação que visa tanto o desenvolvimento profissional quanto a formação omnilateral dos indivíduos. Nessa perspectiva, o texto destaca a proposta curricular com a integração entre as áreas do conhecimento e a definição de competências claras para os estudantes. O uso do termo *formação omnilateral* revela uma perspectiva educacional que vai além do técnico, propondo uma formação integral do sujeito, alinhada com os princípios da politecnia, que preconiza o desenvolvimento múltiplo do indivíduo em termos sociais, culturais, científicos e técnicos.

O Plano Pedagógico de Curso – PPC como um instrumento de orientação para o curso técnico, garantindo uma trajetória clara e consistente para os estudantes, com uma referência curricular sólida. Essa abordagem sistemática e participativa reflete um desejo de envolver os diversos atores da comunidade educacional e de construir um currículo alinhado às necessidades formativas. Contudo, enfatiza a formação crítica e cidadã dos estudantes,

reconhecida como essencial para os educandos poderem participar ativamente da sociedade e contribuir para a transformação das realidades. Isso reafirma o compromisso da proposta com uma educação que vai além do domínio técnico, priorizando a formação de indivíduos capazes de resolver problemas complexos e contemporâneos com desenvoltura e criticidade.

Convém ainda destacar a presença dos conceitos de educação politécnica e formação omnilateral neste documento. *A priori*, utilizou-se uma ferramenta de busca para localizar a partir dos nomes: politécnica, politecnia, omnilateral e omnilateralidade.

Quando fizemos busca direta usando a palavra politécnica e, em seguida, politecnia, não foi evidenciada a presença nominal das palavras citadas, no entanto, após leitura, foi encontrada presença conceitual de educação politécnica. Transcreve-se:

[...] Formar profissionais com amplo conhecimento técnico, científico e humanístico, capazes de articular teoria e prática para a solução de problemas cotidianos da sua prática profissional e da comunidade no qual está inserido, colocando seus conhecimentos e habilidades em prol do desenvolvimento socioeconômico, visando a preservação da natureza e a convivência pacífica e empática, com respeito às diferenças e autonomia de ação e pensamento (IFPB, 2019, p. 21).

No texto, há uma evidência do conceito de educação politécnica ao destacar a articulação entre teoria e prática, a indissociabilidade entre os dois. No mesmo texto, também é possível notar a presença de conceitos de formação omnilateral. Para tal, vejamos o que diz Ciavatta (2014, p 190-191) sobre educação politécnica e formação omnilateral, assim afirma: “o denso significado da educação politécnica como educação omnilateral ou formação em todos os aspectos da vida humana – física, intelectual, estética, moral e para o trabalho, integrando a formação geral e a educação profissional”.

Utiliza-se também a ferramenta de busca de dentro do documento em análise usando as palavras, omnilateral, omnilateralidade. Pela busca, foram encontradas a presença nominal da palavra omnilateral, apenas duas vezes, no entanto, sem referência conceitual.

6.1.3 Planos de disciplina

Seguindo a trilha de análise documental, analisaremos os planos de disciplina. Segundo Spudeit, os planos de ensino ou programa da disciplina:

Devem apresentar uma sequência coerente e os elementos necessários para o processo de ensino e de aprendizagem. Será o plano de ensino que norteará o

trabalho docente e facilitará o desenvolvimento da disciplina pelos alunos. Além disso, ao elaborar o plano de ensino, o professor deve se questionar: O que quero que meu aluno aprenda? Para isso, o plano de ensino deve ser norteado pelo perfil do aluno que o curso formará e também conforme as concepções do projeto pedagógico de um curso. [...] Para sua elaboração, os professores precisam considerar o conhecimento do mundo, o perfil dos alunos e o projeto pedagógico da instituição, para então tratar de seus elementos que constituem o plano de ensino (Spudeit, 2014, p. 1-2).

Spudeit (2014) chama a atenção ao destacar que o plano de ensino deve estar segundo o Projeto Pedagógico do Curso, além disso, deve atender ao perfil da instituição.

Para fins de análises, neste estudo as disciplinas serão divididas em: Formação Geral – FG e Área Técnica – AT.

Quadro 2 – Disciplinas da formação geral e da área técnica

| Disciplinas da Formação Geral – FG | Disciplina da Área Técnica- AT |
|---------------------------------------|---|
| PORTUGUÊS E LITERATURA BRASILEIRA III | GERENCIAMENTO E COORDENAÇÃO DE PROJETOS BIM |
| MATEMÁTICA | PROJETO ARQUITETÔNICO |
| HISTÓRIA | TÉCNICAS CONSTRUTIVAS |
| GEOGRAFIA | INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS |
| SOCIOLOGIA | EMPREENDEDORISMO |
| QUÍMICA | PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DE OBRAS |
| FÍSICA | INSTALAÇÕES ELÉTRICAS |

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Selecionamos sete disciplinas em cada área, totalizando quatorze planos de disciplina analisadas.

No plano da disciplina “Matemática” encontramos os seguintes objetivos: “Utilizar, com eficácia, os conhecimentos matemáticos nas situações do dia-a-dia, como forma de integração com o seu meio”.

No Plano da disciplina “Física” são apresentados os objetivos: Proporcionar ao estudante um contato sistemático com a disciplina, dando-lhe condições necessárias para usar seus conhecimentos numa perspectiva interdisciplinar aplicando-o na interpretação, compreensão, crítica e soluções de questões do cotidiano, fenômenos e processos naturais, contribuindo, portanto, com a formação científica efetiva do estudante; aplicar os princípios e leis físicas para a compreensão e resolução de questões problemas, acadêmicas e do cotidiano;

Por sua vez, a disciplina “História” traz no seu plano de disciplina o objetivo: “conhecer o saber historiográfico como caminho de leitura do mundo, observando experiências sociais, políticas, econômicas e culturais humanas na contemporaneidade, promovendo um posicionamento cidadão e de respeito à pessoa humana, diante dos desafios e questões-problemas atuais”.

A disciplina “Projeto arquitetônico” destaca os objetivos: compreender as ligações estabelecidas entre o homem e o ambiente construído do ponto de vista da ergonomia e das necessidades humanas de conforto ambiental, aplicando esses conceitos na concepção de um projeto arquitetônico condizente com os conceitos de arquitetura sustentável; analisar um projeto de arquitetura observando as características do seu contexto, quanto às suas finalidades, formas e relações com o entorno e meio ambiente.

Para podermos evidenciar que os extratos dos objetivos das disciplinas supracitadas carregam consigo conceitos educação politécnica e formação omnilateral, trataremos, a priori, Saviani (1989, p. 6) que afirma e ratifica que “a educação politécnica para possibilitar ao homem o exercício de uma profissão como condição de humanização e de transformação social”. Podemos entender que essa forma de educação não apenas prepara o indivíduo para o exercício de uma profissão, mas também o posiciona como um agente de transformação social. Tal ideia presume definir que o trabalho atrelado à formação educacional pode ser um instrumento de emancipação, contribuindo para o processo de humanização, emancipação e mudanças sociais. Em outro estudo, Saviani também assegura que:

A politecnia supõe a articulação entre o trabalho manual e o intelectual. Isto será organizado de modo que se possibilite a assimilação não apenas teórica, mas também prática, dos princípios científicos que estão na base da organização moderna. A partir deste conceito, o aluno terá não apenas de compreender todos os princípios científicos que conhece e assimilou de maneira teórica desde o ensino fundamental – em suma, como a natureza e a sociedade estão constituídas –, mas também de conseguir aplicar o conhecimento de que dispõe (Saviani, 2003, p. 141).

Seguindo a ótica do pensamento de Saviani, ratifica-se a integração entre trabalho físico e intelectual como indissociáveis no processo educativo permitindo que os alunos desenvolvam habilidades práticas fundamentais para a compreensão profunda dos princípios científicos e para a aplicação de conhecimentos de maneira prática efetiva no cotidiano. Com aplicabilidade, pressupõe que o aluno desenvolva uma compreensão mais completa da realidade, tanto natural quanto social, dando-lhe uma formação mais crítica e capaz de intervir ativamente na transformação da sociedade.

Para Ciavatta (2014, p. 189), a educação politécnica deve “dar sentido à união entre estudo e trabalho, do conhecimento e da prática para outra sociedade, para a superação da divisão social do trabalho”. Adiante, Ciavatta (2014) destaca que no Brasil o termo politécnico deu nome a instituições educacionais com o sentido voltado para a formação humana em todos os aspectos, a educação omnilateral, humanista e científica, como a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV-Fiocruz). Vale, portanto, observar os comentários de Ciavatta (2014, p. 190-191) quando a autora afirma: “educação omnilateral ou formação em todos os aspectos da vida humana – física, intelectual, estética, moral e para o trabalho, integrando a formação geral e a educação profissional”.

Ao analisar os Planos de disciplinas do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio, observou-se que apenas quatro das quatorze disciplinas apresentam elementos que remetem aos conceitos de educação politécnica e formação omnilateral. Considerando os objetivos descritos nos planos das disciplinas de Matemática, Física, História e Projeto Arquitetônico, e comparando-os com os conceitos de educação politécnica e formação omnilateral propostos por teóricos como Saviani (1989; 2003) e Ciavatta (2014), é possível afirmar que, entre as quatorze disciplinas analisadas, apenas essas quatro incorporam elementos alinhados a esses conceitos.

O PDI e o PPC do IFPB demonstram um compromisso teórico com a educação politécnica e a formação omnilateral, enfatizando a integração entre teoria e prática, bem como a formação de cidadãos críticos e conscientes. Esses documentos estão alinhados com as diretrizes nacionais de educação e refletem uma abordagem educacional que valoriza a formação integral dos estudantes, promovendo não apenas a capacitação técnica, mas também o desenvolvimento humano e social. No entanto, tal concepção não predomina nos Planos de disciplinas do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio. Isso indica que possivelmente uma grande parte dos docentes pode não incorporar tais conceitos em seus planos de ensino, indicando uma lacuna entre a teoria institucional e a prática pedagógica. Nesse sentido, Spudeit alerta que:

O plano de ensino que norteará o trabalho docente e facilitará o desenvolvimento da disciplina pelos alunos. Além disso, ao elaborar o plano de ensino, o professor deve se questionar: O que quero que meu aluno aprenda? Para isso, o plano de ensino deve ser norteado pelo perfil do aluno que o curso formará e também conforme as concepções do projeto pedagógico de um curso [...] (Spudeit, 2014, p. 2).

A reflexão trazida por Spudeit (2014) ratifica a importância de um plano de ensino como ferramenta fundamental para o sucesso do trabalho docente e o desenvolvimento do aprendizado pelos alunos. O plano de ensino deve ir além da simples organização do conteúdo, ele precisa ser construído com base no perfil do aluno e nos objetivos que o curso alcança, em consonância com as diretrizes do projeto pedagógico.

Ao sugerir que o professor se questione sobre o que deseja que o aluno aprenda, Spudeit (2014) reforça a necessidade de que o planejamento pedagógico seja voltado para o desenvolvimento de competências e habilidades alinhadas às demandas do contexto educacional e institucional. Isso implica em considerar os interesses e as necessidades dos estudantes, além de garantir a coerência entre o que é ensinado e o perfil do egresso pretendido.

É fundamental reconhecer que o aluno é o protagonista do processo educativo. É fundamental reconhecer que o aluno é o protagonista do processo educativo. Portanto, é responsabilidade dos docentes desenvolver meios, métodos e estratégias que favoreçam um ensino ativo e dialógico, no qual a aprendizagem seja colaborativa e significativa, evitando a mera transmissão de informações que, muitas vezes, são desordenadas, desconexas e desvinculadas da missão institucional mais ampla. Vê-se que o planejamento adequado se torna peça fundamental para garantir que os objetivos educacionais sejam alcançados e que o processo de ensino-aprendizagem seja efetivo e eficaz.

A partir desta análise feita aos documentos institucionais (PDI, PPC e Planos de disciplinas do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio) pode-se afirmar que embora o IFPB tenha estabelecido diretrizes claras para promover uma educação que integra aspectos técnicos, humanísticos e sociais, a implementação prática desses conceitos ainda é limitada. Para que a formação politécnica e omnilateral se concretize de forma mais abrangente é necessário que os docentes alinhem suas práticas pedagógicas com os objetivos institucionais, garantindo que todos os alunos tenham acesso a uma educação que os prepare para serem profissionais competentes e cidadãos críticos e reflexivos. Acredita-se que esta integração é possível, mas requer um esforço conjunto de revisão e adaptação dos planos de disciplinas, bem como práticas de ensino que atendam as diretrizes estabelecidas nos documentos institucionais, evitando assim a possível presença de um hiato entre a teoria e a prática desenvolvidas no IFPB. Nesse sentido, é essencial que a Instituição adote estratégias de formação continuada para os docentes, visando aprofundar o entendimento e a aplicação dos conceitos educacionais definidos nos documentos institucionais.

6.2 FRUTO: O QUE DIZEM OS PROFESSORES E OS ALUNOS

O “fruto”, neste estudo, são os resultados de entrevistas realizadas com professores e alunos do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio do IFPB, Campus Cajazeiras – PB. No que se refere aos professores, buscou-se verificar, principalmente, como os conceitos de educação politécnica e formação omnilateral são compreendidos e vivenciados no contexto educacional pelos docentes; quanto aos estudantes, buscou-se identificar a partir das suas percepções se há materialização dos conceitos de educação politécnica e formação omnilateral no seu processo formativo.

Foram onze os docentes entrevistados, sendo cinco professores da Formação Geral (FG) e seis professores da Área Técnica (AT). Quanto aos estudantes, dez estudantes participaram da pesquisa.

Para fins de análise e a fim de garantir o anonimato dos professores entrevistados, optou-se por nomeá-los, utilizando o vocábulo “professor”, seguido de uma letra do alfabeto e a abreviatura FG para Formação Geral e AT para Área Técnica.

No que se refere aos alunos, também prezando pelo anonimato, optou-se por nomeá-los, utilizando a palavra “aluno”, seguido de uma letra do alfabeto.

Conforme Bardin (2016), “antes da análise propriamente dita, o material reunido deve ser preparado”. Neste estudo, as entrevistas foram gravadas em áudio e em seguida transcritas, após a transcrição, foram devidamente organizadas, após a devida separação, foram feitos os recortes que serão base para as análises das respostas dadas com base nos questionamentos formulados.

Faz jus esclarecer que a análise das entrevistas com professores será feita a partir da pergunta 2, uma vez que a pergunta 1 apenas identificou a disciplina, objetivando posicioná-las nas disciplinas da Formação Geral ou da Área Técnica.

6.2.1 O que dizem os professores da Formação Geral

Pergunta 2 – Como você descreve a importância da(s) sua(s) disciplinas na formação dos educandos?

Os cinco professores da Formação Geral entrevistados responderam que a importância da sua disciplina é fornecer subsídios para domínio teórico e aplicação na vida prática. Vejamos alguns trechos:

[...] é fundamental que o aluno tenha o conhecimento... né? Para que ele possa usar esse conhecimento na busca, por exemplo, de novos materiais que serão utilizados na engenharia. (Professor A – FG)

Aham, eu. Eu acho... essencial. Não só no sentido de defender a minha área, mas entendo que a complexidade de qualquer área técnica, ela pode ser extremamente enriquecida pelos outros conhecimentos e eu acho que [disciplina de FG] é fundamental nisso. A [disciplina de FG] baliza a teoria, ela ajuda na prática, ela influencia o cotidiano das pessoas, muito mais do que os indivíduos imaginam, né? (Professor B – FG)

Pergunta 3 – Na(s) sua(s) disciplina(s) é possível integrar a teoria à prática? Se sim, como isso é feito?

Dos cinco professores da Formação Geral entrevistados, quatro disseram ser possível integrar teoria e prática na sua disciplina; um deles afirmou que nem sempre é possível integrar teoria e prática, mas sempre que pode fazer isso nas aulas.

Quando questionados, como isso é feito? Foram descritas várias formas, dentre elas: aulas expositivas, aulas contextualizadas, filmes, leituras, produções textuais, visitas técnicas, práticas em laboratórios e situações reais.

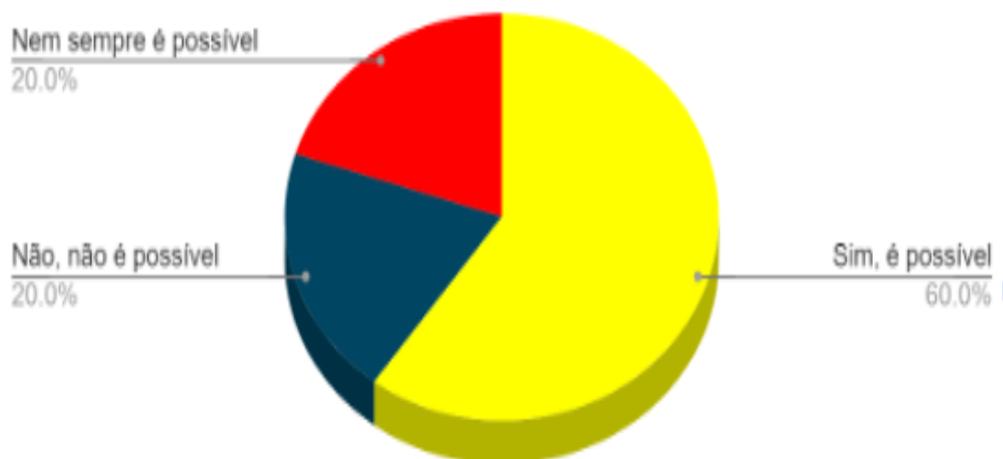
[...] é uma disciplina baseada na experimentação. Então, a gente trabalha a parte teórica e também trabalhamos na parte experimental, sempre. Quando a gente trabalha o teórico, a gente traz os alunos para o laboratório para que eles possam presenciar a teoria na prática. (Professor A – FG)

[...] além também de visitas técnicas que a gente realiza para justamente, também atrelar ao fazer/executar, a gente vê de sala de aula com o fazer na vida real. É, geralmente, aula expositiva, né! Dialogada! Então eu passo conteúdo, né? Através de slide e sempre questionando se os alunos estão entendendo, né! Se tem alguma dúvida, então a gente também traz muitos exemplos, né? Tanto aqui da cidade, como, dependendo do tipo de exemplo do país ou do exterior, então, eles conseguem realmente associar, né? (...) Além disso, também é essa questão da associação através de filmes baseados em fatos. (Professor D – FG)

Pergunta 3.2 – Você consegue aproximar sua(s) disciplina(s) dos conhecimentos da formação técnica?

Dos cinco professores da Formação Geral entrevistados, três afirmaram ser possível aproximar sua(s) disciplina(s) dos conhecimentos da formação técnica; um afirmou que nem sempre é possível aproximar sua(s) disciplina(s) dos conhecimentos da formação técnica; um afirmou não ser possível aproximar sua(s) disciplina(s) dos conhecimentos da formação técnica. Em termos percentuais, veja o gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Você consegue aproximar sua(s) disciplina(s) dos conhecimentos da formação técnica?



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

O gráfico traz, em percentuais, a análise das respostas dos cinco professores da Formação Geral entrevistados, revela uma diversidade de opiniões quanto à possibilidade de aproximar suas disciplinas dos conhecimentos da formação técnica. Dos cinco respondentes, 60% destes afirmaram ser possível, sim, aproximar seus conhecimentos com os da área técnica; 20% dos respondentes afirmaram que não é possível esta aproximação; 20% dos responderam afirmaram que nem sempre é possível. Esta variedade de perspectivas reflete a complexidade e os desafios inerentes à integração curricular no contexto educacional. Essa postura sugere uma abertura à interdisciplinaridade e um reconhecimento do potencial de desenvolvimento mútuo entre as áreas de formação geral e técnica.

Pergunta 4 – Você considera importante a interconexão entre habilidades técnicas, humanas e sociais? Caso sim, você consegue explorar na(s) sua(s) disciplina(s)? Como?

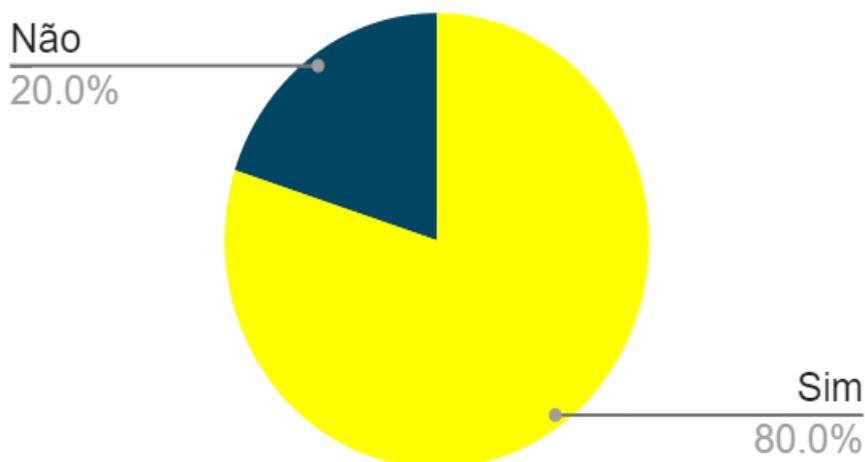
Dos cinco professores da Formação Geral entrevistados, todos afirmaram que sim, é importante a interconexão entre habilidades técnicas, humanas e sociais. Quando questionados sobre como conseguem explorar na(s) sua(s) disciplina(s), três professores afirmaram que fazem isso nas discussões em sala de aula; um deles não descreveu como faz e o outro afirmou que tenta fazer, mas não descreveu como.

Pergunta 5 – Sua(s) disciplina(s) possuem alguma aproximação com as temáticas “trabalho” e “cidadania”?

Dos cinco professores da Formação Geral entrevistados, quatro afirmaram que sim, têm

aproximação com as temáticas “trabalho” e “cidadania”; um disse que não tem aproximação com as temáticas “trabalho” e “cidadania”.

Gráfico 2 – Sua(s) disciplina(s) possuem alguma aproximação com as temáticas “trabalho” e “cidadania”?



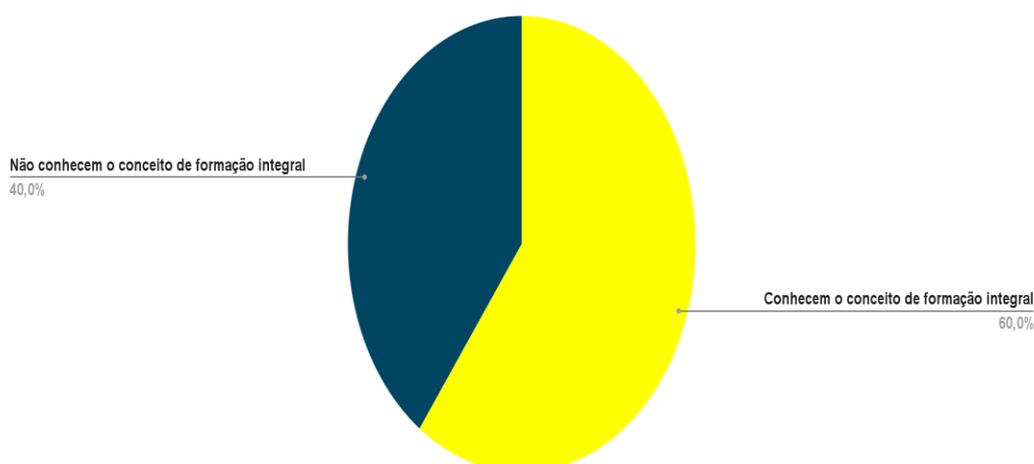
Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Observa-se que quatro dos cinco professores, representando 80% do grupo, declararam que sua disciplina tem alguma aproximação com as temáticas de trabalho e cidadania. Isso sugere que a grande maioria dos educadores neste grupo reconhece a importância desses tópicos e, possivelmente, os incorpora em suas práticas pedagógicas ou conteúdos curriculares.

Pergunta 6 – Conhece o conceito de formação integral? Comente.

Dos cinco professores da Formação Geral entrevistados, três afirmaram conhecer o conceito de formação integral; dois afirmaram não conhecer o conceito de formação integral.

Gráfico 3 – Conhece o conceito de formação integral? Professores da Formação Geral



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Três dos cinco professores, o que representa 60% do grupo, afirmaram ter conhecimento sobre o conceito de formação integral. Este é um dado positivo, pois indica que a maioria dos entrevistados está familiarizada com essa abordagem educacional holística. O entendimento do conceito de formação integral é essencial para os educadores da Formação Geral, uma vez que essa área desempenha um papel fundamental na construção de uma base ampla de conhecimentos e habilidades, que transcendem a mera especialização técnica.

Dos três professores que afirmaram conhecer o conceito de educação integral, dois conseguiram fazer um comentário coerente sobre o conceito de formação integral que vem sendo discutido neste estudo; um dos professores que afirmou conhecer o conceito de educação integral, mas quando comentou, aproximou seu comentário do conceito de educação integrada. Vejamos alguns comentários:

É um tipo de educação que quer preparar o indivíduo nas mais variadas esferas da vida, na ética, na cidadania, no mundo do trabalho, né? (...) Então, assim dá ao indivíduo não só as condições técnicas. (Professor B – FG)

A formação integral, ela inclui tanto a parte técnica, né? como também o Ensino Médio. (Professor A – FG, grifo nosso)

Pergunta 7 – Conhece os conceitos de formação omnilateral e educação politécnica? Comente.

Os cinco professores da Formação Geral entrevistados afirmaram não conhecer os conceitos de formação omnilateral e educação politécnica.

6.2.2 O que dizem dos professores da Área Técnica

Pergunta 2 – Como você descreve a importância da(s) sua(s) disciplina(s) na formação dos educandos?

Dos seis professores da Área técnica entrevistados, quatro deles compreendem que sua disciplina é importante por fornecer subsídios para domínio técnico; um dos entrevistados entende que sua disciplina é importante porque favorece o protagonismo estudantil e fornece subsídios para teoria e prática; outro professor entende que sua disciplina é importante porque fornece subsídios técnicos, teóricos e humanos para execução prática com foco no trabalho e cidadania. Vejamos recortes que validam a descrição das respostas acima mencionadas.

É uma disciplina totalmente técnica. É e eu diria assim, que ela, no curso de edificações, é uma disciplina que lhe norteia toda a execução da obra, né? Então, é uma disciplina que tem que ter um entendimento. Se quiser ir trabalhar realmente na área de edificação. (Professor D – AT)

[...] Essa disciplina, sim, é específica do curso técnico integrado no terceiro ano. Olha, eu. Acho que essa disciplina ela tem assim: ela tem um papel de tirar o aluno da perspectiva do campo operacional de uma ferramenta, ou um colaborador de um projeto. (...) e coloca ele na, na posição de um gestor e um coordenador, ele tem que inevitavelmente, adquirir a habilidade sócio ou competência socioemocionais, porque ele lidará com pessoas. A disciplina, ela, basicamente, provoca, é um aprendizado. (Professor A – AT)

[...] é uma disciplina que pode contribuir muito para a formação. Sabe, como um todo, né! Formação geral do ser humano, né! Dele, como ser humano, entendeu? (...) Esse foco do trabalho e cidadania é uma coisa muito importante, porque é o curso de edificações. Ele é, ele é um curso que, quando o aluno termina, ele tem uma formação profissional, ele está apto a desempenhar uma atividade profissional remunerada. (...) Então, ela tem uma formação que considera o meio ambiente, ela considera os aspectos culturais, históricos, geográficos da região, considera o ser humano conjunto. (Professor C – AT)

Pergunta 3 – Na(s) sua(s) disciplina(s) é possível integrar a teoria à prática? Se sim, como isso é feito?

Os seis professores da Área Técnica que foram entrevistados afirmaram que na(s) sua(s) disciplina(s) é possível integrar a teoria à prática. Quando questionados, como isso é feito? Foram descritas várias formas: nas atividades diárias, com exercícios práticos integrando teoria e prática, com práticas em laboratórios e em situações reais, práticas em sala de aula com exemplos reais, em visitas técnicas, em práticas com projetos, em práticas de sala de aula.

Pergunta 3.1 – Você consegue aproximar sua(s) disciplina(s) dos conhecimentos da formação geral?

Os seis professores da Área Técnica que foram entrevistados afirmaram que conseguem aproximar sua(s) disciplina(s) dos conhecimentos da formação geral. No entanto, um dos professores fez uma ressalva: “tem encontrado resistências dos colegas”. Veja o que ele diz:

Eu tenho tentado. Não é simples. [...] Confesso que não tive êxito ainda, não assim, da forma como eu queria... Por exemplo, eu darei alguns exemplos, de algumas disciplinas que tentei integrar. [...] inglês, os softwares de Arquitetura, Engenharia. [...] A gente pode optar pela instalação delas em português ou inglês. Algumas, uma época, quis instalar elas em inglês, para provocar... Para os alunos, a necessidade de absorver o conhecimento da língua e aí fazer uma intercessão desse com a disciplina. Mas... houve uma dificuldade de integração dessa com o professor e também, em particular, dificuldade dos alunos com a língua, então se tornou um obstáculo muito maior do que eu imaginava e, eu acabei não fazendo. (Professor A-AT)

Pergunta 4 – Você considera importante a interconexão entre habilidades técnicas, humanas e sociais? Caso sim, você consegue explorar na(s) sua(s) disciplina(s)? Como?

Dos seis professores da Área Técnica entrevistados, cinco responderam que consideram

importante a interconexão entre habilidades técnicas, humanas e sociais; um dos professores entrevistados não se sentiu seguro em responder à pergunta. Dos cinco que responderam, sim, quatro deles descreveram como fazem: construção de estudo para alunos, acompanhado pelo professor que avalia competências socioemocionais; em projetos; nas práticas em equipe. Um dos entrevistados que responderam sim destacou o foco na técnica e não especificou como trabalha. Transcrevo:

Dessas três aí, principalmente técnicas. É através da mesma, né, de forma mais prática, os conhecimentos técnicos que a gente aborda. (Professor E – AT)

Pergunta 5 – Sua(s) disciplina(s) possuem alguma aproximação com as temáticas “trabalho” e “cidadania”?

Dos seis professores da Área Técnica entrevistados, um afirmou que sua disciplina tem aproximação somente com a temática trabalho; dos entrevistados, dois deles afirmaram que sua disciplina tem aproximação com a temática trabalho, mas nem tanto com cidadania; um dos entrevistados destacou que sua disciplina tem aproximação tanto com a temática trabalho como cidadania; um professor afirmou que sua disciplina não tem afinidade com a temática trabalho, mas tem com cidadania.

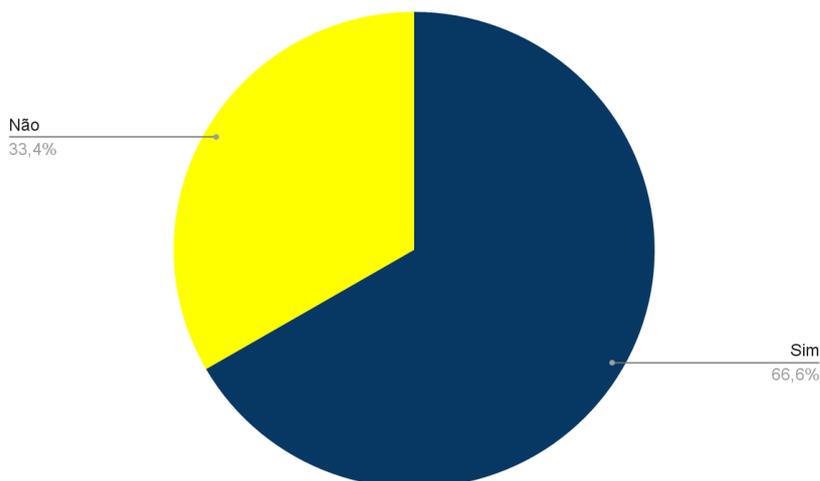
Pergunta 6 – Conhece o conceito de formação integral? Comente.

Dos seis professores da área técnica entrevistados, quatro desconhecem o que é formação integral; dois deles afirmam conhecer. Nos comentários, dos dois professores que afirmaram conhecer formação integral, apenas um, aparenta ter compreensão e conhecimento do que é formação integral à luz do que vem sendo discutido neste estudo; o outro, *Professor F-AT*, na sua resposta, faz uma discussão utilizando conceitos e objetivos da formação integral, mas atribui tais conceitos à formação integrada.

No nível de ensino médio, a gente pode fornecer para o estudante a oportunidade dele se formar tecnicamente, mas também como cidadão, como pessoa. Esse é o meu entendimento. Então, seria assim! Ah, os conteúdos que eles estão estudando aqui convergem para que ele possa ter uma formação total como pessoa, né? Como ser humano (...). (Professor C - AT)

[...] Integração entre todas as disciplinas, de forma que a gente forme um profissional completo, né? Que ele não se preocupe apenas com os pontos de vista da minha área, que é técnica, que ele não fique preso aos pontos de vista técnicos, mas entendendo como o trabalho técnico bem realizado interfere na sociedade, interfere nos cidadãos e no meio ambiente, nas pessoas. Então, assim, é quando trabalho essa formação integrada, eu trago um profissional com melhor qualidade para o mercado. (Professor F – AT)

Gráfico 4 – Conhece o conceito de formação integral? (Professores da Área Técnica)



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Analisando as respostas dos seis professores da área técnica entrevistados, observa-se uma situação que merece destaque: quatro deles (cerca de 66,6%) afirmaram desconhecer o conceito de formação integral, revelando um certo hiato no conhecimento pedagógico desses educadores.

Pergunta 7 – Conhece os conceitos de formação omnilateral e educação politécnica? Comente.

Os seis professores da Área Técnica que foram entrevistados não conhecem os conceitos de formação omnilateral e educação politécnica.

6.2.3 Percepções cruzadas: análise e comparação das entrevistas dos professores da formação geral e da área técnica

Esta seção visa apresentar as análises das entrevistas dos professores da formação geral e da área técnica, bem como verificar as convergências e divergências nas percepções, dos dois grupos entrevistados.

Ao analisar as entrevistas dos professores da Formação Geral, observou-se que estes valorizam a importância de suas disciplinas, principalmente por fornecerem subsídios teóricos e práticos que podem ser aplicados no cotidiano. Essa perspectiva, embora alinhada com alguns aspectos da educação politécnica, parece não reconhecer a amplitude do conceito. A educação politécnica propõe um entendimento mais profundo, que ultrapassa a mera aplicação prática e teórica e visa preparar o indivíduo para compreender o trabalho como uma atividade criadora e socialmente relevante. Nesse sentido, Saviani (1989) afirma que:

A ideia de politecnia envolve a articulação entre trabalho intelectual e trabalho manual e envolve uma formação a partir do próprio trabalho social, que desenvolve os fundamentos, os princípios, que estão na base da organização do trabalho na nossa sociedade que, portanto, nos permitem compreender o seu funcionamento (Saviani, 1989, p. 10).

O destaque posto por Saviani está para além de unir teoria e prática. O autor enfatiza que a formação por meio do trabalho social permite que os indivíduos desenvolvam uma compreensão mais profunda dos princípios e fundamentos que sustentam a organização do trabalho na sociedade. Assim, ao vivenciar e participar do processo de trabalho, os indivíduos não só adquirem habilidades práticas, mas também ganham uma visão crítica e abrangente sobre como o trabalho e a sociedade estão estruturados, isto tem implicações importantes para a educação e para o desenvolvimento profissional, uma vez que é possível afirmar que o processo de ensino-aprendizagem deve ser contextualizado e relevante para a realidade do trabalhador e da sociedade na qual ele está inserido.

O excerto acima também nos leva a refletir sobre importância de um currículo não somente acadêmico, pois a formação deve incluir experiências práticas que ajudem aos estudantes compreenderem como os conhecimentos e habilidades se aplicam na prática, portanto uma abordagem educativa que valorize e integre tanto o trabalho manual quanto o intelectual, promovendo uma formação mais holística e crítica.

Em se tratando de integração, é importante destacar que foi observado a partir das entrevistas que 60% dos professores da Formação geral conseguem integrar os conhecimentos de suas disciplinas às disciplinas técnicas, valorizando a concepção do currículo integrado. No entanto, observou-se, a partir das respostas dos professores da formação geral, que há um hiato de entendimento, “todos os professores da formação geral desconhecem o conceito” educação politécnica e omnilateral. Os professores, embora reconheçam a importância da interconexão entre habilidades técnicas, humanas e sociais, destacam que sua disciplina explora trabalho e cidadania, mas desconhecem o conceito de formação omnilateral.

Outro destaque interessante observado nas entrevistas é que, embora a maioria dos entrevistados neste grupo de FG tenham afirmado conhecer bem sobre formação integral, o que se evidenciou ao longo das análises das entrevistas é que estes, em sua maioria não têm uma compreensão sobre formação integral à luz da base teórica deste estudo, conforme extrato:

[...] a formação integral, ela, inclui tanto a parte técnica, né?! Como também o ensino médio. (Professor A – FG)

Contudo, é possível afirmar que os professores da FG promovem discussões buscando integrar teoria e prática, também buscam integrar suas discussões temáticas a das disciplinas da área técnica, mas ainda incipientemente, sem a noção clara de como fazer e, de certa forma sem ter uma noção arrojada de currículo integrado, conforme Araujo e Silva (2017):

No currículo integrado, porém, mesmo que os componentes curriculares sejam identificados, como de formação geral ou específica, eles são organizados visando a corresponder ao pressuposto da totalidade do real como síntese de múltiplas determinações. Chegamos, então, ao sentido pedagógico da integração, implicando formas de selecionar, de organizar e de ensinar os conhecimentos destinados à formação pretendida (Araújo; Silva, 2017, p. 36).

Observa-se que no currículo integrado, os componentes curriculares, embora identificados como formação geral ou específica, como se define no IFPB, estes devem ser organizados para refletir a “totalidade do real”. O currículo não é apenas uma lista de disciplinas desconectadas, mas sim uma tentativa de compreender a complexidade e a interdependência dos fenômenos e dos fatos do mundo, integrando conhecimentos.

A integração implica formas de selecionar, organizar e ensinar, no entanto, o currículo integrado exige uma abordagem cuidadosa e intencional. Os educadores devem considerar que cada componente curricular pode contribuir para a formação total do aluno e como as diferentes áreas podem se interligar para oferecer uma compreensão mais completa e prática.

Implementar um currículo integrado carrega grandes desafios das mais diversas ordens, indo de dificuldades de planejamento até a formação de base dos professores. É indispensável que os educadores estejam preparados para adotar práticas que efetivamente reflitam a integração dos conhecimentos e favoreçam uma compreensão mais abrangente e contextualizada.

É possível concluir que apesar de algumas práticas pedagógicas apontadas pelos docentes da FG estarem em consonância com os ideais de currículo integrado, tais práticas não são, aparentemente não têm consciência e conhecimentos dos objetivos de uma educação politécnica para formação omnilateral, visto que conceitos básicos sobre formação e currículo não são completamente conhecidos e aplicados de maneira planejada e reflexiva pelos professores da formação geral entrevistados.

Ao analisar as entrevistas dos professores da Área Técnica, observou-se que a maioria descreve sua disciplina como importante na formação dos alunos por fornecer, exclusivamente, domínio da técnica.

Outro detalhe importante é que todos os professores da AT afirmaram que na sua

disciplina é possível integrar teoria e prática. Pode-se afirmar que há indícios de educação politécnica, se considerarmos a politécnia apenas como a integração entre trabalho manual e trabalho intelectual. No entanto, cabe uma reflexão que advém com base nas respostas dadas quando se questionou o professor: **Como você descreve a importância da (s) sua(s) disciplinas na formação dos educandos?** Dos seis professores da Área técnica entrevistados, quatro deles compreendem que sua disciplina é importante por fornecer subsídios para domínio técnico; um dos entrevistados entende que sua disciplina é importante porque favorece o protagonismo estudantil e fornece subsídios para teoria e prática; outro professor entende que sua disciplina é importante porque fornece subsídios técnicos, teóricos e humanos para execução prática com foco no trabalho e cidadania. Vejamos este trecho de fala que evidencia a importância da técnica para o professor:

É uma disciplina totalmente técnica. É, eu diria assim, que ela, no curso de edificações, é uma disciplina que lhe norteia toda a execução da obra, né? Então, é uma disciplina que tem que ter um entendimento. Se quiser ir trabalhar realmente na área de edificação. (Professor D – AT)

Outra fala de destaque:

Ela é essencial. Assim, é primordial mesmo o conhecimento prático do aluno, OK? Para o conhecimento de custo de obra, né? E também saber como planejar tudo isso. (Professor F – AT)

As duas falas dos respondentes ilustram o pensamento da maioria dos professores da Área Técnica no que se refere à importância de sua disciplina. As falas dos professores D-AT e F-AT oferecem perspectivas complementares sobre uma disciplina específica no curso de Edificações, revelando uma abordagem marcadamente técnica e orientada para a prática profissional. O Professor D-AT enfatiza a natureza “totalmente técnica” da disciplina, posicionando-a como um elemento central que “norteia toda a execução da obra”. Ao ressaltar a necessidade de “ter um entendimento” para “trabalhar realmente na área de edificação”, o professor estabelece uma conexão direta entre ter domínio do conhecimento técnico e o sucesso profissional.

Considerando as respostas dadas à questão: **Como você descreve a importância da (s) sua(s) disciplinas na formação dos educandos?** Observa-se uma convergência para uma visão da educação em edificações fortemente ancorada nas demandas do mercado de trabalho. A maioria dos professores da área técnica descreve a importância da sua disciplina na formação dos educandos não somente a destaca componente curricular, mas como um elemento crucial

para a formação profissional e o sucesso na carreira. Esta abordagem, embora valorize a preparação técnica e prática dos alunos, pode limitar a uma visão mais ampla ou crítica da área.

Freire (1996) defende a importância de uma educação que forme sujeitos críticos e reflexivos, capazes de compreender e transformar a realidade em que vivem. O posicionamento Freireano evidencia e valida a educação enquanto processo no qual os alunos devam se tornar críticos ativos da sua realidade e não serem mecanizados somente com apropriação da técnica. Pode-se inferir que a ideia trazida pelo pensamento de Freire (1996) é dialógica, uma vez que o estudante deve poder dialogar com o que lhe é apresentado e, a partir daí, construir suas próprias opiniões e/ou ideais, dando-lhes a oportunidade de se tornarem mais conscientes.

Outro destaque importante surge quando questionados: **Consegue aproximar sua(s) disciplina(s) dos conhecimentos da formação geral?** A maioria dos professores da área técnica afirmaram que sim, também reconhecendo a importância da interconexão entre habilidades técnicas, humanas e sociais, mas a maioria evidencia que sua disciplina tem mais aproximação com trabalho do que cidadania; também têm pouco ou nenhum conhecimento de educação politécnica e formação omnilateral, quando foram questionados se conheciam tais conceitos. A maioria dos entrevistados da área técnica também não conhece o conceito de formação integral nos moldes deste estudo e termina por conceituar formação integral em lugar de formação integrada.

Quando comparamos as falas dos professores da formação geral com os professores da área técnica, podemos observar que embora atuem na mesma instituição e no mesmo curso há compreensões diversas sobre os mesmos temas: currículo integrado, educação politécnica, formação omnilateral e formação integral.

Tais diferenças, extraídas a partir das respostas coletadas, demonstram uma divergência significativa nas concepções sobre o ensino e os objetivos da formação no Curso Técnico em Edificações. Os docentes da formação geral demonstram maior valorização da integração entre teoria e prática, buscando desenvolver nos estudantes habilidades e conhecimentos que os preparem para a vida. Por outro lado, os professores da área técnica tendem a priorizar o domínio técnico específico, visando à otimização das técnicas construtivas e à inserção no mercado de trabalho. Destacamos a seguir o que diz um professor da formação geral e outro da área técnica, quando perguntados: **Como você descreve a importância da sua disciplina na formação dos educandos?**

Aham, eu a acho essencial. No sentido de defender a minha área, mas entendo que há complexidade, né! [...] Área técnica, ela pode ser extremamente enriquecida pelos outros conhecimentos e eu acho que é fundamental. (Professor B – FG)

É uma disciplina totalmente técnica [...]. Então, é uma disciplina que tem que ter um entendimento. Se quiser, ir trabalhar realmente na área de edificação. (Professor D – AT)

As falas evidenciam a contradição nos objetivos de formação, embora a maioria dos professores da Formação Geral, tanto quanto os da área técnica, destaque que conseguem fazer aproximação dos seus conteúdos e valorizam a interconexão entre habilidades técnicas, humanas e sociais. Quando questionados acerca da aproximação das disciplinas entre trabalho e cidadania, a maioria dos professores da área técnica destaca que as disciplinas de técnicas se aproximam mais do mundo do trabalho; a cidadania aparece de forma menos favorecida.

Outro ponto que merece destaque é o pouco conhecimento que tanto os professores da formação geral como os da área de técnica têm sobre formação integral, evidenciando, mais uma vez, um vago de compreensão dos professores quanto aos objetivos da formação discente dentro do IFPB.

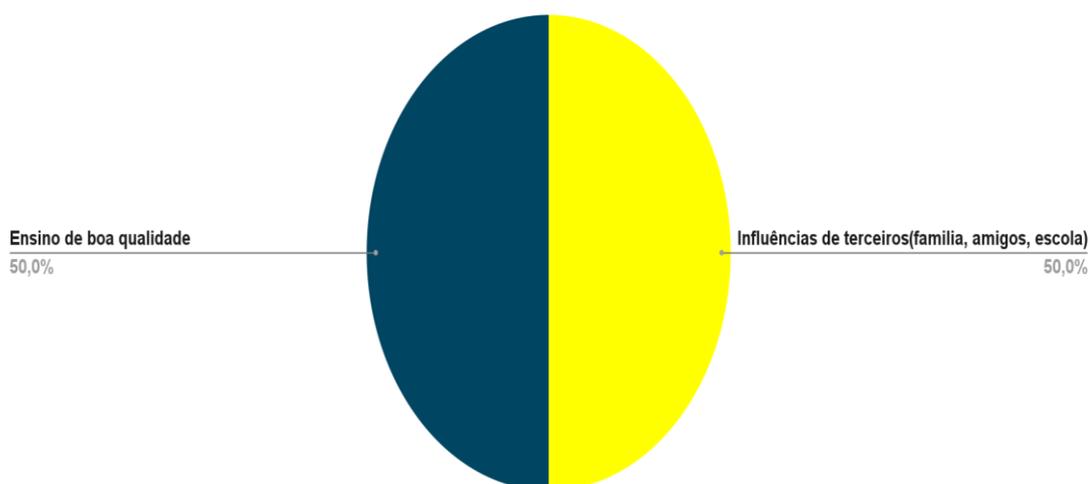
Observa-se haver a necessidade repensar como está sendo a implementação do currículo integrado e se os educadores estão sendo bem preparados para adotar práticas que realmente reflitam a integração dos conhecimentos e favoreçam uma compreensão mais abrangente e contextualizada e promova uma formação integral.

A análise das respostas dos professores revela uma discrepância entre as práticas pedagógicas e os princípios norteadores do currículo integrado, da formação politécnica e da formação omnilateral. Apesar de algumas iniciativas, a maioria dos professores, tanto da formação geral quanto da área técnica, parece não ter plena consciência dos conhecimentos e habilidades necessários para implementar essas práticas consistentemente. Além disso, a ausência de objetivos claros e alinhados com esses princípios nos planos de disciplinas indica uma falta de comprometimento com a formação integral dos estudantes.

6.2.4 O que dizem os alunos

Pergunta 1 – O que fez você escolher o IFPB para cursar o Ensino Médio Integrado?

Os dez alunos entrevistados afirmaram que escolheram o IFPB por diversos motivos, dentre eles convém citar: influências de terceiros (familiares, amigos, escola) e devido à boa reputação educacional do IFPB, campus Cajazeiras.

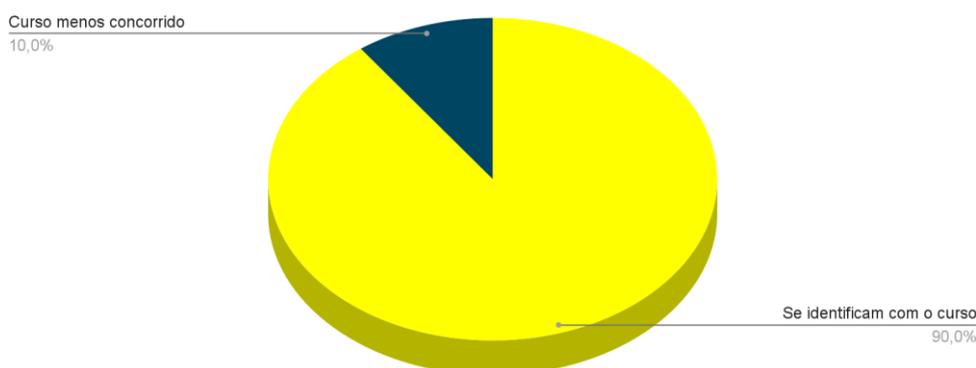
Gráfico 5 – O que fez você escolher o IFPB para cursar o Ensino Médio Integrado?

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Os dez alunos entrevistados escolheram o IFPB por uma variedade de razões. Um dos fatores mencionados foi a influência de terceiros, como familiares, amigos e a escola, que desempenharam um papel significativo na decisão dos estudantes. Além disso, a boa reputação educacional do IFPB foi destacada como um motivo importante para a escolha, considerando especialmente o campus de Cajazeiras. Essa combinação de fatores externos e a reconhecida qualidade do ensino oferecido pelo instituto parece ter sido determinante para a decisão dos alunos em optar pela Instituição.

Pergunta 2 – Dentre os cursos oferecidos, por que escolheu Edificações?

Dos dez alunos entrevistados, nove deles escolheram o de Edificações porque se identificam com o curso; apenas um afirmou que buscou o curso menos concorrido.

Gráfico 6 – Dentre os cursos oferecidos, por que escolheu Edificações?

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

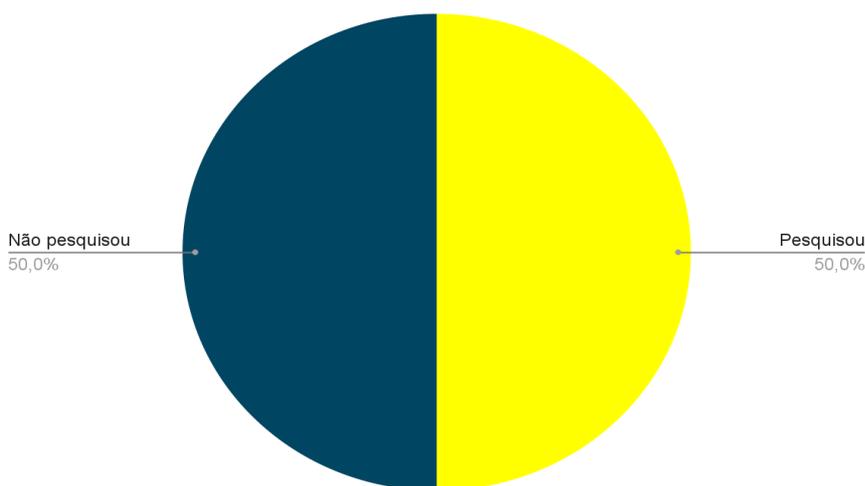
Dos dez alunos entrevistados, nove escolheram o curso de Edificações por se identificarem com a área, demonstrando um interesse genuíno e afinidade com o conteúdo e as oportunidades que o curso oferece. Apenas um dos alunos afirmou que sua escolha foi motivada pela busca por um curso menos concorrido, indicando que, para a maioria, a decisão foi baseada em interesses pessoais e vocacionais, enquanto para um deles, a estratégia foi evitar a alta concorrência.

Pergunta 3 – Pesquisou sobre o Ensino Técnico Integrado antes de entrar na Instituição? Caso sim, onde pesquisou? O que descobriu?

Dos dez alunos entrevistados, cinco deles pesquisaram; cinco não pesquisaram. Dos cinco que pesquisaram, relataram que as fontes de pesquisa foram o site do IFPB, Google e YouTube. Quando questionados sobre o que descobriram, foram dadas respostas diversas, cito: os benefícios de concluir um curso médio e técnico, as informações no site do IFPB não são tão abundantes quanto o curso proporciona, só imagens panorâmicas, mais possibilidades de acesso ao mercado de trabalho.

O percentual de alunos que pesquisaram e os que não pesquisaram ficou empatado.

Gráfico 7 – Pesquisou sobre o Ensino Técnico Integrado antes de entrar na Instituição?



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Observa-se um equilíbrio entre os alunos que realizaram pesquisas e aqueles que não o fizeram, com cinco participantes em cada grupo. Essa divisão igualitária indica que, enquanto metade dos alunos buscou informações adicionais para embasar suas escolhas, a outra metade provavelmente tomou suas decisões com base em critérios distintos, como experiências pessoais, intuições ou influências externas.

Pergunta 4 – Durante sua formação, você teve contato com conhecimentos relacionados à formação humana e cidadã? Se sim, comente como aconteceu.

Dos dez estudantes entrevistados, nove deles afirmaram terem tido contato com conhecimentos relacionados à formação humana e cidadã; um deles disse não ter tido contato com conhecimentos relacionados à formação humana e cidadã. Dentre os nove que afirmaram, dois não souberam comentar como aconteceu. Cinco estudantes, dentre os quais afirmaram contato com conhecimentos relacionados à formação humana e cidadã, destacaram que ouviram sobre formação humana e cidadã nas disciplinas de Humanas pertencentes à Formação Geral. Apenas um aluno, dentre os que afirmaram terem tido contato com a formação humana e cidadã, mencionou que todas as disciplinas falaram sobre tais conhecimentos.

Pergunta 5 – Percebe alguma aproximação entre as disciplinas da formação técnica?

Os dez alunos entrevistados, todos afirmaram, sim.

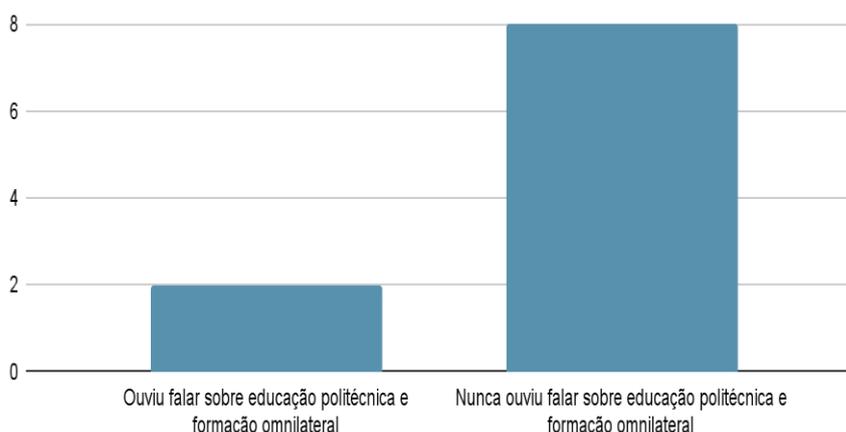
Pergunta 6 – O que mais vem te agradando no Curso do IFPB?

Os dez discentes entrevistados foram unânimes: a qualidade do ensino.

Pergunta 7 – Você já ouviu falar em educação politécnica e formação omnilateral? Se sim, de onde ouviu estes conceitos?

Dos dez alunos entrevistados, oito afirmaram que nunca ouviram falar sobre educação politécnica e formação omnilateral. Apenas dois deles afirmaram ter ouvido sobre tais assuntos; dentre os dois que afirmaram ter ouvido sobre educação politécnica e formação omnilateral, um deles afirmou que onde ouviu foi em pesquisas na internet, outro não soube explicar onde.

Gráfico 8 – Você já ouviu falar em educação politécnica e formação omnilateral?



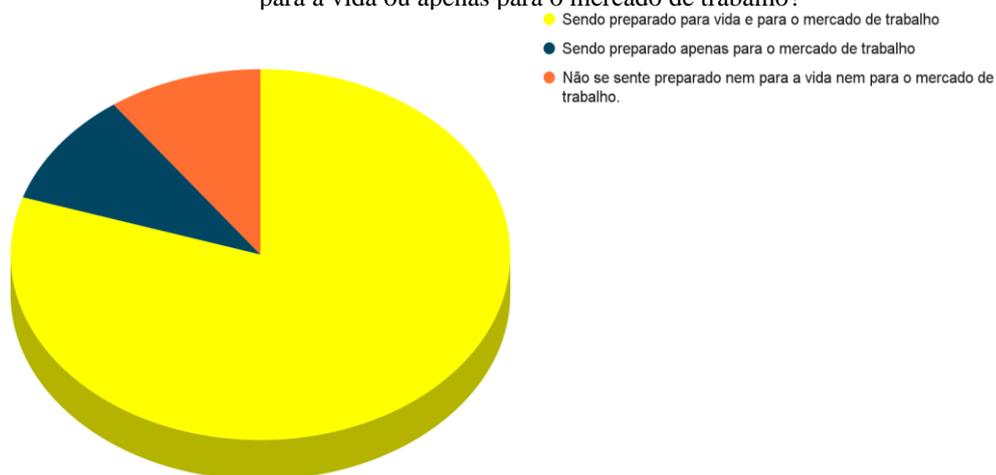
Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Dos dez alunos entrevistados, a grande maioria, ou seja, oito deles, revelou que nunca ouviu falar sobre educação politécnica e formação omnilateral. Isso sugere pouca familiaridade com esses conceitos entre os estudantes, o que pode indicar escassez de divulgação e abordagem desses temas em ambientes educacionais. Apenas dois alunos afirmaram ter algum conhecimento sobre o assunto. Dentre esses dois, um mencionou que sua fonte de informação foi a internet. O outro aluno não conseguiu especificar onde ouviu falar sobre os conceitos, o que pode refletir uma compreensão superficial ou uma exposição limitada ao tema.

Pergunta 8 – Com base nos conhecimentos que vem adquirindo no IFPB, você considera que está sendo formado para a vida ou apenas para o mercado de trabalho?

Dos dez estudantes entrevistados, oito afirmaram estar sendo preparados para a vida e para o mercado de trabalho; um estudante afirmou que está sendo preparado para o mercado de trabalho e outro não se sente preparado nem para a vida, nem para o mercado de trabalho.

Gráfico 9 – Com base nos conhecimentos que vêm adquirindo no IFPB, você considera que está sendo formado para a vida ou apenas para o mercado de trabalho?



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

A maioria dos estudantes entrevistados, oito deles, expressa que a educação que estão recebendo os prepara tanto para a vida quanto para o mercado de trabalho. Sugere uma abordagem educacional eficaz em fornecer habilidades e conhecimentos aplicáveis em múltiplos aspectos da vida dos estudantes.

No entanto, é notável observar que, nos argumentos apresentados por aqueles que afirmam estar preparados tanto para a vida quanto para o mercado de trabalho, há elementos que despertam a atenção. Eis que transcrevo:

*Eu acredito que para os dois: para o mercado de trabalho com um curso, como também os professores **ajudam muito a se preparar para a vida, dando conselho, ajudando bastante.** (Aluno A, grifo nosso)*

*Sim, eu me considero formado com relação à vida e ao ambiente de trabalho, apesar de que eu não escolhi fazer o estágio, inclusive fazer o TCC, até por uma questão de que eu estava estudando muito para o Enem [...]. **Mas através do TCC também pude pesquisar, ter acesso a artigos científicos que contribuíram para a minha formação técnica.** (Aluno B, grifo nosso)*

*É, em parte, um pouco para a vida, mas mais para o mercado de trabalho, porque sinto que não é só um problema assim da instituição [...]. **Falta, assim, uma preparaçõzinha a mais para a vida.** (Aluno C, grifo nosso)*

*O objetivo do IF sempre foi formar profissionais qualificados para o mercado de trabalho, mas acho que a gente tem sim também uma formação para a vida. (...) Então, **quando a gente chegar na faculdade, a gente já tem, querendo ou não, a gente tem uma bagagem a mais: como vai ser na faculdade e também o ensino técnico. Ele dá uma possibilidade da gente ter uma noção a mais.** (Aluno D, grifo nosso)*

*Os dois. **Que, mesmo que eu não siga na área de edificações, eu sinto que terei mais. Como posso dizer? Informações e saberes para a minha vida, tipo, eu aprendi a trocar uma lâmpada. Eu não sabia fazer isso.** (Aluno E, grifo nosso)*

*Eu acho que para a vida, para os dois. Para o mercado de trabalho, eu acho que, assim como a gente tem essa matéria do curso técnico, é mais voltado assim para justamente para a gente já sair daqui e já ter um curso para trabalhar, entendeu? E os professores, eles sempre abordam isso [...]. Fala da questão da vida. Acho que a gente aprende muita coisa aqui. [...] **Eu acho que aprender a valorizar os amigos. [...] O que me ajudou muito aqui no IF no meu desenvolvimento, assim, acadêmico pessoal, foi isso, sabe, a ajuda das minhas amigas.** (Aluno F, grifo nosso)*

Sim, sim. O IF, ele sempre traz muito a parte técnica, só a parte técnica da matéria, mas ele traz muito a parte da inserção dessa parte no mercado de trabalho, na nossa vida [...]. Trazem muitos exemplos. (Aluno G)

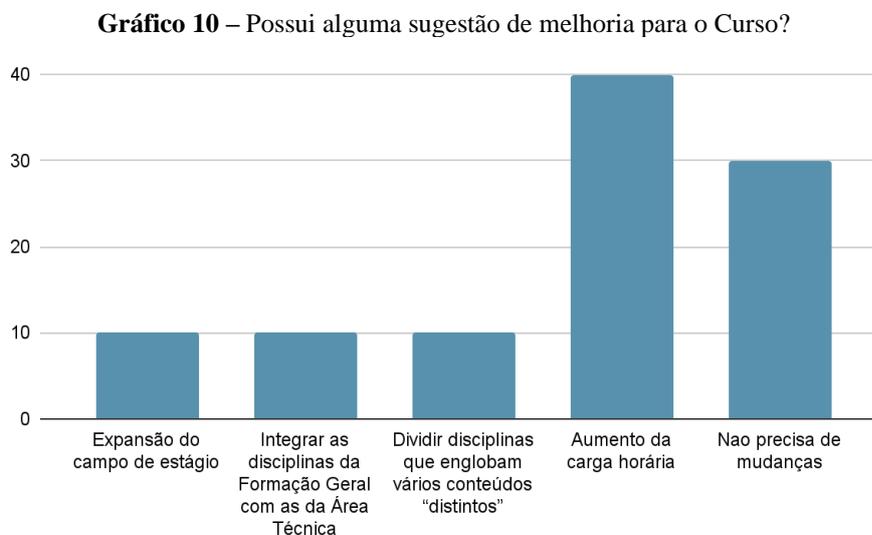
*Pros os dois! Porque aqui, por mais que a gente saia com uma profissão, com um currículo muito bom, prepara muito bem a gente, principalmente para a área do trabalho, também prepara para a vida. **Porque a questão de você entrar, trabalhar com pessoas, a questão de você conseguir ter uma noção de conversar [...].** (Aluno I, grifo nosso)*

Os depoimentos dos alunos revelam que a instituição desempenha um papel importante na formação dos estudantes, abordando tanto competências técnicas quanto habilidades pessoais e interpessoais. A maioria dos alunos destaca que estão preparados para enfrentar desafios profissionais e pessoais, embora as suas falas evidenciam que a preparação para a vida precisa ser melhor pensada e aprimorada por parte da instituição.

Pergunta 9 – Possui alguma sugestão de melhoria para o Curso?

Dos dez estudantes entrevistados, quatro sugerem que aumente a carga horária; um sugere expansão do campo de estágio; um sugere melhorar a integração das disciplinas da

Formação Geral com as da Área Técnica; um sugere dividir disciplinas que englobam vários conteúdos “distintos”; três estudantes descrevem que está bom e não precisa mudar.



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Ao analisarmos a respostas das entrevistas feito aos estudantes, seguimos o roteiro de perguntas já formuladas e nelas avaliaremos se os conceitos de educação politécnica e formação omnilateral, estão se materializando na formação dos alunos do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio do IFPB, campus Cajazeiras – PB.

A priori, observou-se que a decisão dos alunos de escolher o IFPB e o curso de Edificações foi influenciada por fatores variados, incluindo a boa reputação da instituição e a identificação pessoal com o curso. A pesquisa prévia sobre o Ensino Técnico Integrado revela um entendimento limitado sobre os benefícios amplos da formação oferecida, sugerindo uma lacuna na comunicação institucional sobre a natureza do curso.

Inicialmente, é importante ressaltar que a educação politécnica, segundo Saviani (1989, p. 7), “se encaminha na direção da superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre instrução profissional e instrução geral”. Ao sugerir a superação da dicotomia entre instrução profissional e geral, o autor advoga por um modelo educacional que equipa os estudantes com habilidades técnicas, conhecimentos teóricos abrangentes e capacidade de pensamento crítico. Esta abordagem integrada é particularmente relevante no contexto contemporâneo, onde as rápidas mudanças tecnológicas e sociais demandam uma formação versátil e adaptável.

A partir das entrevistas realizadas, constatou-se que a maioria dos alunos relatou ter tido contato com conteúdos voltados à formação humana e cidadã, especialmente nas disciplinas de

História, Geografia e Filosofia. Esses conteúdos foram frequentemente abordados por meio de projetos, debates e atividades interdisciplinares, o que contribuiu significativamente para o desenvolvimento de habilidades como pensamento crítico, empatia, trabalho em equipe e a capacidade de refletir sobre questões sociais e éticas. Entretanto, alguns alunos destacaram a necessidade de uma maior integração entre as diferentes áreas do conhecimento, de modo a proporcionar uma formação mais holística e significativa, que dialogue com a realidade e os desafios contemporâneos. Essa integração poderia fortalecer a compreensão dos temas abordados e ampliar o impacto educativo, conectando os saberes escolares com a prática cotidiana.

Observou-se também que uma parcela dos alunos teve dificuldade em comentar sobre sua experiência com a formação humana e cidadã, o que pode indicar não apenas uma falta de clareza na transmissão e integração desses conhecimentos, mas também a necessidade de estratégias pedagógicas mais efetivas para sensibilizar e engajar todos os estudantes. Reforça-se, portanto, a importância de metodologias ativas e inovadoras que favoreçam a participação e a assimilação desses conteúdos de maneira mais ampla e consistente.

Todos os alunos relataram perceber uma aproximação significativa entre as disciplinas da formação geral e da área técnica. Esse cenário sugere que a abordagem politécnica está presente em certa medida, evidenciando uma integração consistente entre os conhecimentos técnicos e gerais, o que reforça a intenção de proporcionar uma formação mais abrangente e conectada com as demandas do mundo do trabalho.

Para Mészáros (2008), a educação deve ir além da mera transmissão de conhecimentos, visando a transformação social e a emancipação dos indivíduos. A maioria dos alunos sente que está sendo preparada tanto para a vida quanto para o mercado de trabalho, em tese, indicaria que o curso está tentando proporcionar uma formação equilibrada. No entanto, dentre os que afirmam estar preparado para vida e para o mercado de trabalho, mencionam em suas falas: “o desenvolvimento de habilidades técnicas, como trocar uma lâmpada, a importância do trabalho em equipe, a capacidade de comunicação e a experiência de convívio social e, ainda faz menção que os professores dão conselhos e que aprenderam a valorizar os amigos”. Vide:

*Eu acredito que para os dois, porque tanto ele dá um agente para o mercado de trabalho com um curso, como também os professores **ajudam muito a se preparar para a vida, dando conselho, ajudando bastante.** (Aluno A)*

*Os dois. Que, mesmo que eu não siga na área de edificações, eu sinto que terei mais. Como posso dizer? São informações, são saberes para a minha vida, tipo, **eu aprendi a trocar uma lâmpada. Eu não sabia fazer isso.** (Aluno E)*

Tantas variações nas percepções remetem à carência de formação mais profunda e intencional para a vida cotidiana, sugerindo haver espaço a ser melhorado no que se refere à formação omnilateral, integral.

O desconhecimento dos termos “Educação Politécnica” e “Formação Omnilateral” pode indicar uma lacuna na comunicação institucional, no sentido do desconhecimento da proposta pedagógica que fundamenta seu curso e sua formação.

Outro ponto levantado nas entrevistas foi o conjunto de sugestões de melhoria apresentado pelos alunos, como o aumento da carga horária e uma maior integração entre as disciplinas. Essas propostas refletem o desejo de aprimorar tanto a formação técnica quanto a geral, evidenciando um descompasso na execução do currículo integrado. Ademais, destacam a percepção de que a formação politécnica e omnilateral pode ser fortalecida mediante ajustes no currículo e na abordagem pedagógica.

Contudo, é possível observar, a partir das respostas dos alunos, que há esforços, ainda que não direcionados e intencionais, para implementar práticas alinhadas a educação politécnica e formação omnilateral no Curso Técnico em Edificações integrado ao Ensino Médio do IFPB, mas também indicam haver áreas que podem ser melhoradas. A instituição parece estar tentando equilibrar a formação técnica com aspectos da formação geral, mas precisa ter intencionalidade conjunta para aprimorar a comunicação sobre os benefícios amplos da educação politécnica e fortalecer a integração dos conhecimentos gerais e técnicos para alcançar uma formação integrada, uma formação omnilateral, integral. Para Ciavatta:

A ideia de formação integrada sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico-social. Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que, neste sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos (Ciavatta, 2005, p. 85).

A percepção dos alunos, conforme apresentada no texto, revela haver **progressos**, mas também há desafios a serem superados, especialmente no tocante à integração dos conhecimentos. Esse ponto é relevante, por refletir acerca das críticas à educação técnica quando esta é desvinculada dos aspectos mais amplos da formação humana e social. O feedback dos alunos sugere que, embora haja avanços, o caminho para uma **formação verdadeiramente**

integrada ainda não foi efetivamente trilhado, o que demanda contínuos ajustes e a implementação de práticas pedagógicas mais coerentes com os princípios propostos pela instituição.

Por fim, percebemos a necessidade de um esforço institucional que garanta que todos os envolvidos no processo educacional, tanto professores quanto alunos, compreendam e se engajem com a proposta de formação integral.

7 PRODUTO EDUCACIONAL

Falar de produto educacional nos remete à ideia de algo capaz de solucionar e/ou suprir as necessidades educacionais localizadas ao longo da pesquisa. “O PE deve surgir dos efeitos às causas, nesse processo, sendo (minimamente) testado na realidade para a qual foi previsto e pensado, e pode ocorrer após a confecção do produto ou dar origem a ele” (Rôças; Bomfim, 2018, p. 5). Aprendemos com Rôças e Bomfim (2018) o que PE deve surgir a posteriori, ou seja, após um processo reflexivo e de desenvolvimento. Esse produto não é nada que se define de forma rígida desde o início, mas deve ser testado, mesmo que minimamente, na realidade para a qual foi concebido. Isso sugere que o PE precisa passar por uma fase de avaliação prática, em que se verifica sua efetividade e sua adequação às necessidades do contexto educacional em que será aplicado.

Após sua confecção, o PE pode ser ajustado ou aprimorado com base em testes e experimentações na realidade. Alternativamente, o PE pode ser o ponto de partida de um processo, ou seja, ele pode dar origem a novas práticas, metodologias ou produtos educacionais, portanto sua construção deve ser flexível, permitindo que o PE evolua com base nas demandas e desafios que apareçam. O PE deste estudo é uma cartilha que segue, na íntegra, no apêndice G deste trabalho.

7.1 TIPOLOGIA DO PE ESCOLHIDO

O produto escolhido foi uma cartilha em formato digital, a ser disponibilizada para a comunidade acadêmica e geral através das plataformas digitais. A cartilha digital é um recurso disponibilizado em formato eletrônico cujo objetivo é fornecer informações sobre um assunto. Por ser digital, será acessado por meio de dispositivos eletrônicos, como computadores, tablets ou smartphones.

O objetivo desta é fornecer informações com riqueza teórica, configurando com um instrumento pedagógico norteador para práticas educacionais que conduza os professores a compreenderem o que é trabalho como princípio educativo, educação politécnica e omnilateral, formação integral e currículo integrado.

Desta feita, apresentamos conceitos, teorias, que darão subsídios relevantes para os docentes compreenderem temática os auxiliando na tomada de decisões, avaliações e comparações, os permitindo uma visão mais clara das opções disponíveis, que façam escolhas fundamentadas neste instrumento e/ou com base nas teorias nele apresentadas.

O produto escolhido está inserido na área de Ensino, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, na categoria (I): desenvolvimento de material didático e instrucional - propostas de ensino tais como sugestões de experimentos e outras atividades práticas, sequências didáticas, propostas de intervenção, roteiros de oficinas; material textual tais como manuais, guias, textos de apoio, artigos em revistas técnicas ou de divulgação, livros didáticos e paradidáticos, histórias em quadrinhos e similares, dicionários, relatórios publicizados ou não, parciais ou finais de projetos encomendados sob demanda de órgãos públicos (Brasil, 2019).

7.2 ESTRUTURAÇÃO DO PE: FASES DO PLANEJAMENTO

A cartilha foi estruturada considerando os resultados obtidos na pesquisa, buscando responder às lacunas existentes quanto aos conceitos educação politécnica, formação omnilateral, currículo integrado e formação integral, de modo que a organização e o layout da foram pensados para serem práticos, objetivos e bem definidos. Esta cartilha visa colaborar com a prática de educadores, estudantes e gestores educacionais interessados em aprimorar conhecimentos e melhorar os fundamentos da prática pedagógica na EPT, promovendo uma educação mais sólida e contextualizada, contribuindo para a formação de indivíduos mais preparados para os desafios do mundo do trabalho.

7.3 EXECUÇÃO, APLICAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL (PE)

No intuito de avaliar o produto educacional desenvolvido, submetemos a versão inicial da cartilha à apreciação de 11 docentes que haviam previamente concordado em participar desta pesquisa. Enviamos a proposta inicial da cartilha e o link com formulário de avaliação aos docentes por meio de seus e-mails institucionais. Cada professor recebeu um convite formal para participar da avaliação do material, acompanhado de esclarecimentos sobre os objetivos do trabalho.

O formulário de avaliação, elaborado utilizando a plataforma *Google Forms*, consistia em 8 (oito) questões fechadas, estruturadas com base na escala Likert. Esta escala permite medir o nível de concordância ou discordância com as afirmações apresentadas, oferecendo cinco opções de resposta. Além disso, incluímos 3 (três) questões abertas para captar as impressões e sugestões dos avaliadores de forma mais aprofundada.

As oito questões fechadas buscaram avaliar e coletar as impressões dos professores

considerando questões relacionadas a: objetividade e compreensão, embasamento teórico e forma de comunicação, clareza de conceitos e argumentos teóricos, estrutura empregada, relevância para formação docente no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). As três questões abertas buscavam coletar as opiniões dos professores sobre a necessidade ou não de adequações na cartilha, sobre a clareza das perguntas formuladas no material; por fim, coletaremos as impressões ou sugestões que contribuam para o aprimoramento do material elaborado.

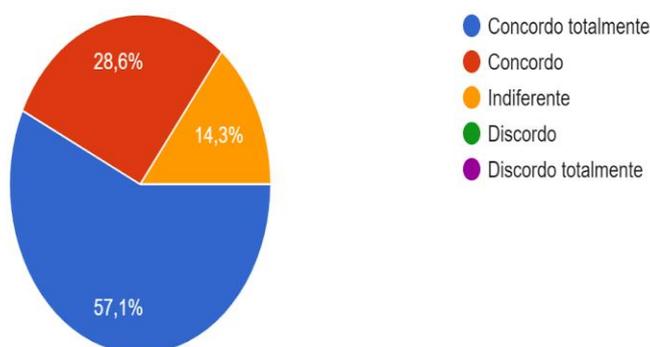
Foram concedidos aos docentes um prazo de 20 dias para responder à avaliação. Durante esse período, realizamos contatos adicionais para confirmar o recebimento da cartilha e incentivar a participação. Após o término do prazo, iniciamos a análise das avaliações recebidas.

Dos 11 (onze) docentes convidados, 7 (sete) responderam ao questionário de avaliação do material disponibilizado. Destacamos que as contribuições recebidas foram essenciais para o aprimoramento do produto educacional.

Esta etapa do processo é imprescindível para garantir não só a qualidade e relevância do material desenvolvido, mas necessária para incorporar as perspectivas e experiências dos educadores que atuam diretamente no campo da Educação Profissional e Tecnológica.

De posse dos dados coletados, acolhemos algumas sugestões e as implementamos no material já existente. A síntese de avaliação, via *Google forms*, é oriunda das impressões, opiniões e sugestões de sete, dos onze professores que participaram desta pesquisa e também leram e avaliaram o PE dela resultante.

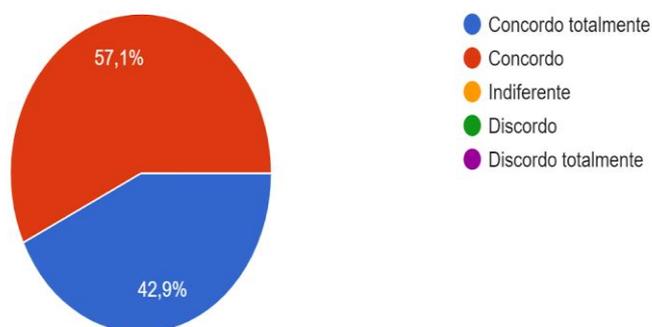
Gráfico 11 – A cartilha apresenta um texto objetivo e de fácil compreensão?



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Com relação à objetividade e compreensão, 57,1% concordam totalmente e 28,6% concordam, com isso é possível afirmar que há 85,7% de aprovação quanto à objetividade e compreensibilidade do texto.

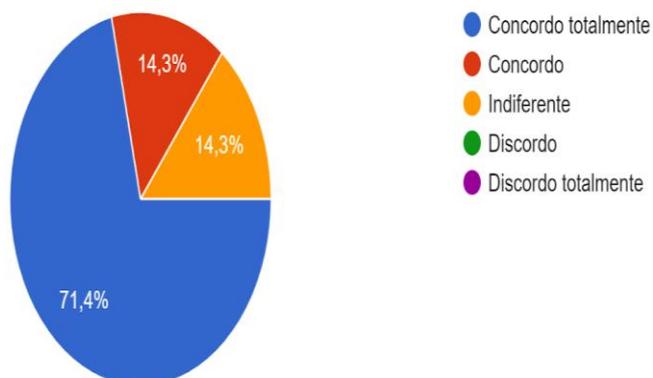
Gráfico 12 – O embasamento teórico está alinhado com a forma de comunicação?



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

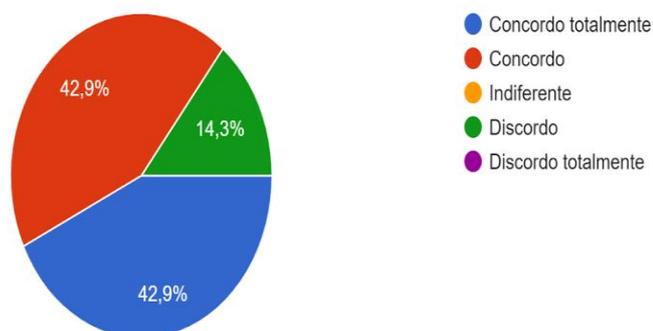
Quanto ao embasamento teórico alinhado à forma de comunicação, 100% dos respondentes aprovam o alinhamento entre o embasamento teórico e a forma de comunicação.

Gráfico 13 – A cartilha apresenta conceitos e argumentos teóricos claros?



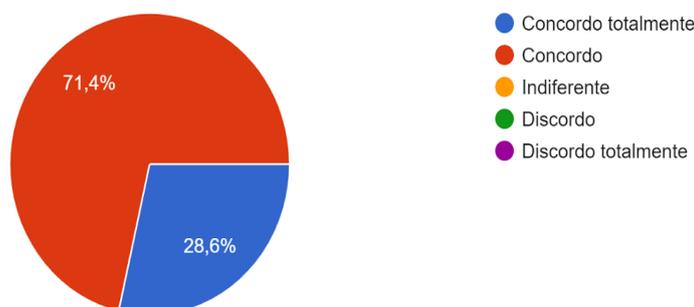
Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Quanto à clareza de conceitos e argumentos teóricos, 85,7% dos respondentes consideram os conceitos e argumentos teóricos claros.

Gráfico 14 – O modo como o material estrutura as ideias facilita o entendimento dos assuntos tratados?

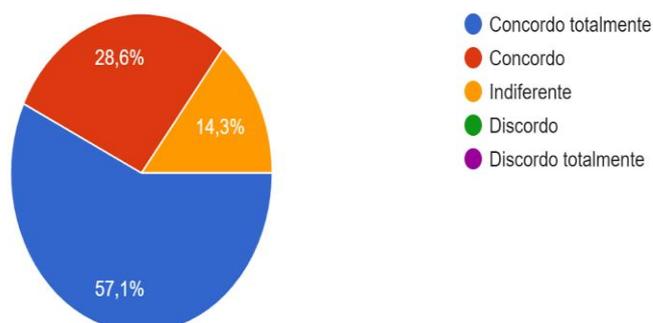
Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Quanto ao modo como o material estrutura as ideias, facilita o entendimento dos assuntos tratados. 85,7% dos respondentes têm uma visão positiva sobre a estruturação do material.

Gráfico 15 – A forma de apresentar os referenciais teóricos utilizados é clara e de fácil entendimento?

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

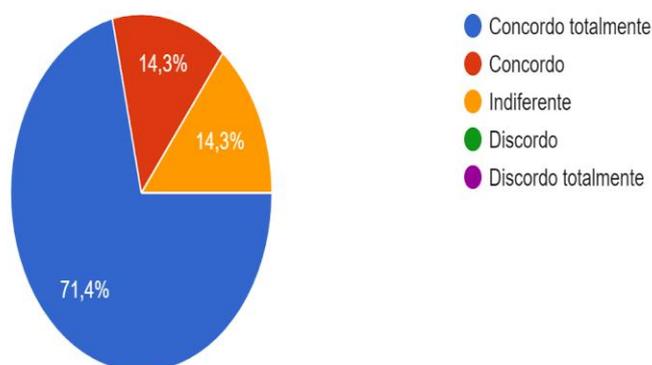
No quesito, clareza teórica e fácil entendimento, 100% dos avaliadores concordam que a abordagem teórica é clara e de fácil entendimento.

Gráfico 16 – O material apresenta conceitos relevantes para a formação docente?

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

No que se refere à relevância para formação docente, 85,7% dos avaliadores compreendem que os conceitos apresentados são relevantes para formação docente.

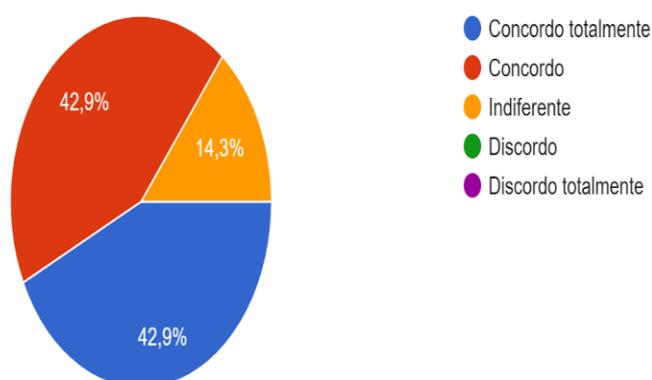
Gráfico 17 – O material apresenta conceitos relevantes e essenciais para formação docente dentro da Educação Profissional e Tecnológica (EPT)?



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Quanto à relevância e à importância material para a formação docente na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), 85,7% dos respondentes consideram o material relevante para a formação docente na EPT.

Gráfico 18 – A cartilha contempla fundamentos teóricos essenciais que contribuem para a formação do docente?



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

No que diz respeito à contemplação dos fundamentos teóricos essenciais que contribuem para a formação do docente, 85,7% dos avaliadores têm uma visão positiva de que a cartilha contribui com a formação docente.

Quadro 3 – Registro de observações apresentadas nas perguntas abertas do formulário de avaliação do PE

| Perguntas | Registro de observações apresentadas nas perguntas abertas |
|---|--|
| O material apresentado necessita de adequações? Quais? | <p>1- Se é algo objetivo para auxiliar docentes acredito que poderia ter aplicações práticas e exemplos mais claros de como executar a educação baseada no trabalho e técnicas integrativas. Dispensaria a contextualização e definições do que é trabalho para a cartilha direcionada aos docentes. O conteúdo precisa ser empolgante para os docentes se interessarem em ler e poderem aplicar. A base é muito boa, porém, acredito que precisa ser mais efetivo quanto às aplicações.</p> <p>2- Na minha visão, não necessidade de adequações.</p> <p>3- Exemplos práticos.</p> <p>4- Não.</p> <p>5- Não.</p> <p>6- Mais infográficos.</p> <p>7- O material está muito bem estruturado e apresentado. Minha sugestão é incluir nas discussões o elemento "tempo de formação".</p> |
| Alguma questão, apresentada pela cartilha, não ficou clara? Quais? | <p>1- Quanto ao currículo integrado, maior parte do texto afirma que o IF é pioneiro e o tem como princípio, porém também é questionado que apenas o currículo não seria suficiente, mas seria necessário contemplar a formação omnilateral, no entanto, não é afirmado como fazer isso. Então, me parece um argumento vazio e que não vinda a seu propósito de realmente efetivar esses ideais na educação.</p> <p>2- Para mim tudo está bem claro.</p> <p>3- Não.</p> <p>4- Tudo muito claro.</p> <p>5- Não.</p> <p>6- Não. Material muito claro.</p> <p>7- Os temas foram tratados satisfatoriamente.</p> |
| Deixe aqui suas impressões ou sugestões e contribua para o aprimoramento do material elaborado. | <p>1- A cartilha expõe bem a teoria do que se deseja aplicar, porém, a forma do texto com muito conteúdo e referências não atrai a leitura do docente que visa entender de maneira prático como aplicar estes conceitos. A apresentação de exemplos de sucessos em outras instituições, gráficos e tabelas explicativas ou até mesmo fluxograma auxiliariam o entendimento de docentes que não tem aproximação com o tema.</p> |

| | |
|--|---|
| | <p>2- A minha sugestão, seria a ampla divulgação do trabalho na comunidade acadêmica, pois explica de forma sucinta os princípios da EPT, algo que creio que a maioria dos discentes não conhecem, além de muitos servidores também.</p> <p>3- Poderia ser apresentado aos docentes</p> <p>4- O material é muito objetivo na exposição dos conceitos e de fácil compreensão. Parabéns para os autores.</p> <p>5- Deixo a sugestão de acrescentar imagens para retratar as épocas e cenários descritos na cartilha. De um modo geral, senti falta de imagens, no entanto, parabéns pelo trabalho.</p> <p>6- Muito textual. Acredito que o uso de mais elementos visuais contribuiria para uma leitura mais dinâmica. No entanto, ressalto que as informações presentes são excelentes.</p> <p>7- Ainda com relação ao "tempo de formação", a adequação de carga horária é o principal fator a restringir os currículos de cursos técnicos atualmente. Grandes resultados se têm obtido por meio de ações interdisciplinares, propostas por alguns docentes. Considero que o desenvolvimento do estudante adolescente se dá com o amadurecimento, e que os "Valores" do IFPB poderiam estar presentes no "Perfil do Egresso" dos Cursos, despertando nos estudantes um sentimento de pertencimento e compromisso social. Quem sabe o "ensino médio" poderia começar um pouco antes?</p> |
|--|---|

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Analisando os dados apresentados, é possível concluir que o produto educacional desenvolvido, na forma de cartilha, recebeu uma avaliação positiva predominantemente por parte dos docentes participantes. Os resultados demonstram um bom nível de aprovação em diversos aspectos importantes para a eficácia de um material didático.

Quanto à objetividade e compreensão, o texto obteve 85,7% de aprovação dos docentes. O alinhamento entre o embasamento teórico e a forma de comunicação obteve aprovação unânime, indicando que o material consegue transmitir conceitos complexos de forma clara e acessível. A clareza dos conceitos e argumentos teóricos, bem como a estruturação das ideias para facilitar o entendimento, também receberam avaliações positivas de 85,7% dos participantes.

Notadamente, 100% dos avaliadores concordaram que a abordagem teórica é clara e de fácil entendimento, um aspecto fundamental para um material destinado à formação docente. A relevância do conteúdo para a formação docente, especialmente no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), obteve avaliação positiva por 85,7% dos respondentes, evidenciando a pertinência do material para seu público-alvo.

As respostas dadas às questões abertas forneceram percepções valiosas para o aprimoramento do material. Sugestões como a inclusão de exemplos práticos, aplicações concretas dos conceitos apresentados e o uso de mais elementos visuais foram recorrentes. Estas recomendações indicam um desejo por um material que não apenas apresente teorias, mas também demonstre sua aplicabilidade no cotidiano docente.

Algumas observações apontaram para a necessidade de ajustes pontuais, como correções gramaticais e a inclusão de discussões sobre o tempo de formação. A sugestão de incorporar mais infográficos e imagens reforça a importância de uma apresentação visual mais dinâmica para facilitar a absorção do conteúdo.

É importante ressaltar que, apesar da alta taxa de aprovação, houve uma resposta discordante em uma das questões, o que sugere que ainda há espaço para melhorias e refinamentos no material.

Portanto, o PE demonstrou ser um recurso valioso e bem fundamentado para a formação docente na EPT. As avaliações positivas em termos de clareza, relevância e estruturação do conteúdo indicam que o material cumpre seu objetivo de contribuir significativamente para a capacitação dos professores neste campo específico.

As sugestões recebidas oferecem oportunidades para aprimorar o material, tornando-o mais prático e visualmente atrativo, o que potencialmente poderá aumentar o seu impacto e eficácia na formação docente.

Em resumo, pode-se afirmar que o material/cartilha recebeu avaliações significativamente positivas em todos os aspectos avaliados, demonstrando qualidade em termos de estrutura, clareza, relevância e contribuição para a formação docente, especialmente no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa investigou em que medida os conceitos de educação politécnica e formação omnilateral estão materializados nos processos de ensino-aprendizagem dos estudantes do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio do IFPB, Campus Cajazeiras, considerando as dimensões de trabalho e cidadania. Após uma análise minuciosa dos documentos institucionais, das percepções de docentes e discentes, e da literatura pertinente, foi possível concluir que há uma presença parcial desses conceitos nos documentos norteadores e nas práticas pedagógicas, porém sua materialização efetiva ainda enfrenta desafios significativos.

Os resultados obtidos indicam que o Instituto Federal de Educação da Paraíba (IFPB) demonstra, em seus documentos oficiais, um compromisso teórico com os princípios da educação politécnica e da formação omnilateral. O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) apresentam alinhamento com as diretrizes nacionais de educação e refletem uma abordagem educacional que valoriza a formação integral dos estudantes.

A análise dos planos de disciplinas revelou um relativo distanciamento entre a teoria institucional e a prática pedagógica. Apenas quatro das quatorze disciplinas analisadas apresentaram elementos que remetem aos conceitos de educação politécnica e formação omnilateral. No entanto, é preciso compreender que somente a presença do termo formação politécnica e omnilateral não garante que as práticas pedagógicas contemplem tais teorias, havendo, portanto, a necessidade de transformação profunda na organização do trabalho pedagógico e nas práticas educativas.

A pesquisa evidenciou que, embora haja esforços para implementar práticas alinhadas à educação politécnica e à formação omnilateral no Curso Técnico em Edificações integrado ao Ensino Médio do IFPB, esses esforços ainda podem avançar. Isso sinaliza desafios a serem superados, objetivando uma efetiva integração entre formação geral e formação técnica. Esta constatação dialoga com Ciavatta, que afirma:

O que é integrar? É tornar **íntegro**, tornar inteiro, o quê? A palavra toma o sentido moral em alguns usos correntes. Mas não é disto que se trata aqui. Remetemos o termo ao seu sentido de completude, de compreensão das partes no seu todo ou da unidade no diverso, de tratar a educação como uma totalidade social, isto é, nas múltiplas mediações históricas que concretizam os processos educativos. No caso da formação integrada ou do ensino médio integrado ao ensino técnico, queremos que a educação geral se torne parte

inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos como a formação inicial, como o ensino técnico, tecnológico ou superior (Ciavatta, 2012, p. 84, grifo nosso).

A pesquisa revelou haver certo progresso na implementação de uma formação mais abrangente, mas também detectou desafios a serem superados. Os estudantes reconhecem a importância de uma formação que vai além da capacitação técnica, mas não compreendem plenamente os conceitos de educação politécnica, formação omnilateral, formação integral, situação que também se evidencia na percepção de professores sobre tais conceitos.

A pesquisa evidenciou que, apesar de algumas práticas pedagógicas estarem em consonância com os ideais de currículo integrado, tais práticas não são, aparentemente, intencionais e ligadas aos objetivos de uma educação politécnica com vista à formação omnilateral e integral dos estudantes. Vê-se um hiato entre o que está posto nos documentos e a prática pedagógica efetiva.

Os resultados obtidos também apontam para a necessidade de uma maior integração entre as disciplinas da formação geral e da formação técnica. Essa integração é fundamental para a materialização dos conceitos de educação politécnica e formação omnilateral. Ramos (2008, p. 23) afirma que “a integração exige que a relação entre conhecimentos gerais e específicos seja construída continuamente ao longo da formação, sob os eixos do trabalho, da ciência e da cultura”.

Quanto à compreensão e vivência dos conceitos de educação politécnica e formação omnilateral pelos docentes, a pesquisa identificou uma diversidade de perspectivas e práticas. Isso ocorre mesmo na ausência de consciência e conhecimento conceitual sobre essa abordagem, uma vez que, em sua maioria, os planos de disciplinas não evidenciam esses princípios. Esta abordagem reflete uma tentativa de integrar aspectos técnicos e humanos na formação dos estudantes.

A percepção dos discentes sobre a materialização dos conceitos de educação politécnica e formação omnilateral em seu processo formativo revelou-se heterogênea. Alguns estudantes reconhecem e valorizam as oportunidades de integração entre teoria e prática, bem como o desenvolvimento de competências técnicas e socioemocionais. No entanto, outros ainda percebem uma dicotomia entre a formação geral e a formação técnica, sinalizando a necessidade de aprimoramento das estratégias de integração curricular.

É importante ressaltar que a implementação efetiva da educação politécnica e da formação omnilateral requer um esforço contínuo e coletivo. Aranha (2012) sinaliza nos seus

estudos que as mudanças no trabalho e na educação são influenciadas por movimentos sociais, econômicos e culturais mais amplos. Nesse sentido, a formação integrada demanda não apenas uma reestruturação curricular, mas também uma transformação nas práticas pedagógicas e na cultura institucional.

Diante dos resultados obtidos, é possível concluir que o Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio do IFPB, Campus Cajazeiras, apresenta elementos que buscam materializar os conceitos de educação politécnica e formação omnilateral. No entanto, essa materialização ainda enfrenta desafios e não se dá de forma plena e homogênea. É necessário um esforço contínuo para superar a dicotomia entre formação geral e técnica, promovendo uma integração efetiva dos conhecimentos e o desenvolvimento integral dos estudantes.

Este estudo vem demonstrando que, embora haja esforços significativos e avanços na implementação dos conceitos de educação politécnica e formação omnilateral no Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio do IFPB, Campus Cajazeiras, ainda há um caminho a percorrer para sua plena materialização.

Os resultados obtidos respondem ao problema de pesquisa e atendem aos objetivos propostos, evidenciando a presença parcial dos conceitos de educação politécnica e formação omnilateral nos documentos e práticas pedagógicas. A pesquisa aponta a necessidade de maior intencionalidade e sistematização na implementação desses conceitos, além de destacar a importância da formação continuada dos docentes e de uma maior integração entre as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura na formação dos docentes e estudantes.

Por fim, estes achados fornecem subsídios valiosos para aprimorar as práticas pedagógicas e construir uma formação verdadeiramente integrada, politécnica e omnilateral. Destaca-se a contribuição deste estudo para o campo da Educação Profissional e Tecnológica, ao oferecer uma análise crítica sobre a implementação dos conceitos de educação politécnica e formação omnilateral em um contexto específico.

Os resultados obtidos podem servir como base para futuras investigações e para o aprimoramento das práticas pedagógicas no âmbito da educação profissional integrada ao ensino médio. Recomenda-se a continuidade de pesquisas nessa área, bem como a promoção de espaços de formação continuada para docentes e gestores, visando o fortalecimento da proposta de formação integral e integrada. Nesse âmbito, uma possibilidade seria criar um curso de formação para professores(a) EPT, com conteúdo, discussões, práticas e práticas para trabalhar com princípio educativo, educação politécnica, omnilateral e integral e currículo integrado na EPT.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

ARAÚJO, Adilson Cesar; SILVA, Cláudio Nei Nascimento da (Orgs.). **Ensino Médio integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios**. Brasília: Ed. IFB, 2017.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil** [livro eletrônico]. São Paulo: Moderna, 2012. ePUB.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 7ª ed. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 28. ed. São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1993.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 27 set. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.154**, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 26 jul. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 27 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Histórico da educação profissional e tecnológica no Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, 2024. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/publicacoes-para-professores/30000-uncategorised/68731-historico-da-educacao-profissional-e-tecnologica-no-brasil>. Acesso em: 6 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 6**, de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. *Diário Oficial da União*, Brasília, 21 de setembro de 2012, Seção 1, p. 22. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/seb-1/pdf/rceb006_12_ED.pdf. Acesso em: 1 out. 2024.

CAVALCANTE, Joel Júnior. **A Inserção Social dos Estudantes Egressos do Instituto Federal do Paraná (IFPR) e a Nova Institucionalidade da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil**. 2021. 209 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Faculdade de Educação, Campo Grande, 2021.

CAVALLO, David *et al.* Inovação e Criatividade na Educação Básica: dos conceitos ao ecossistema. **Revista Brasileira de Informática na Educação**, v. 24, n. 2, p. 143, 2016.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3, dez. 2005.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. 3. ed. São Paulo: Cortez 2012. Cap. 3, p. 83-106.

CIAVATTA, Maria. O ensino integrado, a politecnicidade e a educação omnilateral: por que lutamos? **Trabalho & Educação**, v. 23, n. 1, p. 187-205, 2014.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 4. ed. Barueri, SP: Manole, 2014.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino industrial-manufatureiro no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 89-107, 2000.

DELLA FONTE, Sandra Soares. Formação no e para o trabalho. **Educação profissional e tecnológica em revista**, v. 2, n. 2, p. 6-19, 2018.

FILEMON, Orley Olavo. **Centro de Ensino em Período Integral (CEPI) em Goiás: o ensino médio de tempo integral em Goiânia**. 2019. 346 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2019.

FONSECA, Celso Suckow. **História do Ensino Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961.

FORD, Martin. **The rise of the robots: technology and the threat of mass unemployment**. New York: Perseus Books Group, 2015

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

FUNARI, Pedro Paulo. **Grécia e Roma**. São Paulo: Contexto, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Tradução de Marcos Santarrita. Revisão técnica de Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IFPB/INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024**. João Pessoa: IFPB, 2021. Disponível em: https://www.ifpb.edu.br/transparencia/documentos-institucionais/documentos/pdi_ifpb20202024.pdf. Acesso em: 25 set. 2023.

IFPB/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. **Plano Pedagógico de Curso:** Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio. Cajazeiras: IFPB, 2019. Disponível em: https://estudante.ifpb.edu.br/media/cursos/83/documentos/PPC_-_INTED_ingresso_em_2020.pdf. Acesso em: 25 set. 2023.

KUENZER, Acácia Zeneida. O trabalho como princípio educativo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 68, p. 21-28, 1989.

KUNZE, Nádia Cuiabano. O surgimento da rede federal de educação profissional nos primórdios do regime republicano brasileiro. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 8-24, 2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LORDELO, Petry Rocha. **O trato com o conhecimento da cultura corporal no currículo do ensino médio integrado à educação profissional do Instituto Federal Baiano: contribuições para uma educação politécnica**. 2019. 136 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a Pedagogia Moderna**. Tradução Newton Ramos-de-Oliveira. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação: da antiguidade aos nossos dias**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação: da antiguidade aos nossos dias**. Tradução de Gaetano Lo Monaco. Revisão técnica da tradução e revisão geral de Paolo Nosella. São Paulo: Cortez, 2022. ePub

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 3. ed. São Paulo: Sundermann, 2017. 70 p.

MACHADO, Ilma Ferreira. **A organização do trabalho pedagógico em uma escola do MST e a perspectiva de formação omnilateral**. 2003. 325 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP: [s.n.], 2003.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008. ePub.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2017.

MOURA, Dante Henrique *et al.* Politecnia e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 63, p. 1057-1080, 2015.

OLIVEIRA, Victor Varela Ferreira Medeiros de. **Concepções de trabalho e educação dos Institutos Federais no contexto da diversificação da educação superior: a que (m) servem?** 2020. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2020.

PEREIRA, Francisco de Assis. Ensino Médio Articulado à Educação Profissional no IFMA: uma avaliação política da política. **Acta Tecnológica**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 11–36, 2021.

PINHO, Camila Silva. **A reforma do Ensino Médio e suas possíveis consequências nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. 2022. 85 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2022

RAMOS, Marise. Concepção do ensino médio integrado. **Anais** [...] Texto apresentado em seminário promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Pará nos dias, v. 8, p. 1-26, 2008.

RICHARDSON, Robert Jarry *et al.* **Pesquisa social: métodos e técnica**. 3 ed- 14 reimpressão. São Paulo: Atlas, 2012.

RÔÇAS, Giselle.; BOMFIM, Alexandre Maia do. Do embate à construção do conhecimento: a importância do debate científico. **Ciênc. educ.** (Bauru), v. 24, n. 1, p. 3-7, 2018.

SALVIO, Ana Carolina Corrêa; SILVA, Helder Antonio da. Aproximações conceituais entre educação em direitos humanos e as bases teóricas da educação profissional e tecnológica. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, Bauru, v. 10, n. 1, p. 235-253, jan./jun., 2022.

SANTOS, Catarina Cerqueira de Freitas. **Educação (em tempo) integral? Uma análise do Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio de Tempo Integral (EMTI) frente às políticas de ensino de tempo integral da rede estadual da Bahia (2017-2022)**. 2023. 230 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio, 1989.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da politecnia. **Trabalho, educação e saúde**, v. 1, p. 131-152, 2003.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 152-165, 2007.

SEVERINO, Antônio José. **Metodologia do trabalho científico**. [livro eletrônico] 1 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Rose Márcia de. **Currículo integrado: uma proposta em construção**. In: Ensino médio integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios. Brasília: Ed. IFB, 2017, p. 307-323.

SILVA, Rose Márcia da. **Ensino Médio Integrado no IFMT: “travessia” para a formação politécnica, omnilateral e unitária?** 2021. 355 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021 (Tese - Rose Márcia da S...)

SILVA, Ivólana Magali Rodrigues da. **A escola agrícola como lugar privilegiado para a formação continuada: construindo um diálogo entre os saberes.** 2020. 150 p. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2020

SILVA, Ariana Cárta de Assis Marinho. **Ensino Médio Integrado, a nossa Escola do Trabalho: repensando a formação dos jovens brasileiros a partir dos fundamentos da Pedagogia Soviética e as interfaces curriculares das Ciências da Natureza.** 2023. 185 f. Tese (Doutorado em Educação em Ciências e Matemática) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2023

SOUZA, Pedro Santarém de. **O assessoramento técnico-pedagógico dos coordenadores de cursos da EPTNM no CETAM: percursos pedagógicos em busca da educação omnilateral no contexto amazonense.** 2022. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Manaus, 2022

SPUDEIT, Daniela. **Elaboração do plano de ensino e do plano de aula.** Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

VERNANT, Jean-Pierre; VIDAL-NAQUET, Pierre. **Trabalho e escravidão na Grécia antiga.** Tradução Marina Appenzeller. Campinas: Papyrus, 1989.

APÊNDICE A
ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PROFESSORES

ENTREVISTA COM PROFESSORES

I Identificação:

Cargo:

Disciplina: _____ Área técnica () Formação geral ()

II Perguntas/questões

1. Qual(is) disciplinas você ministra no Curso Técnico Integrado em Edificações do IFPB – Campus Cajazeiras?
2. Como você descreve a importância da(s) sua(s) disciplinas na formação dos educandos?
3. Na(s) sua(s) disciplina(s) é possível integrar a teoria a prática? Se sim, como isso é feito?
 - 3.1 Você consegue aproximar sua(s) disciplina(s) dos conhecimentos da formação geral?
(PARA PROFESSORES DA ÁREA TÉCNICA)
 - 3.2 Você consegue aproximar sua(s) disciplina(s) dos conhecimentos da formação técnica?
(PARA PROFESSORES DA FORMAÇÃO GERAL)
4. Você considera importante a interconexão entre habilidade técnicas, humanas e sociais? Caso sim, consegue explorar na(s) sua(s) disciplina(s)? Como?
5. Sua(s) disciplina(s) possuem alguma aproximação com as temáticas "trabalho" e "cidadania"?
6. Conhece o conceito de formação integral? Comente.
7. Conhece os conceitos de formação omnilateral e educação politecnica? Comente

APÊNDICE B
ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ALUNOS

ENTREVISTA COM ALUNOS

I Identificação:

Idade: _____

II Perguntas/questões

1. O que fez você escolher o IFPB para cursar o Ensino Médio Integrado?
2. Dentre os cursos oferecidos, por que escolheu Edificações?
3. Pesquisou sobre o Ensino Técnico Integrado antes de entrar na Instituição? Caso sim, onde pesquisou? O que descobriu?
4. Durante sua formação você teve contato com conhecimentos relacionados à formação humana e cidadã? Se sim, comente como aconteceu.
5. Percebe alguma aproximação entre as disciplinas da formação e formação técnica?
6. O que mais vem te agradando no Curso do IFPB?
7. Você já ouviu falar em educação politécnica e formação omnilateral? Se sim, onde ouviu estes conceitos?
8. Com base nos conhecimentos que vêm adquirindo no IFPB você considera que está sendo formado para a vida ou apenas para o mercado de trabalho?
9. Possui alguma sugestão de melhoria para o Curso?

APÊNDICE C

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) – PROFESSOR

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) professor(a),

Quero convidá-lo(a) a participar desta pesquisa intitulada: **“Entre o bem dito e o fruto: em busca da educação politécnica e omnilateral no Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio do IFPB, Campus Cajazeiras”** desenvolvida pelo pesquisador **Jamacy José Albuquerque de Souza**, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), Campus João Pessoa, **sob a orientação do Prof. Dr. Italan Carneiro Bezerra**.

Essa pesquisa tem por objetivo investigar em que medida os conceitos de educação politécnica e formação omnilateral estão materializados nos documentos e nas práticas pedagógicas do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio no Instituto Federal de Educação da Paraíba (IFPB), Campus Cajazeiras.

Este estudo contribuirá com os processos de ensino e aprendizagem, além de favorecer a discussões que busquem ampliar a compreensão das dimensões de trabalho e cidadania numa perspectiva alinhada aos conceitos de educação politécnica e formação omnilateral.

No que se refere a importância da pesquisa para educação, ensino e sociedade, acreditamos que a partir dos resultados obtidos poderemos ampliar os espaços para discussões dentro e fora do IFPB para que possamos apresentar aos discentes, docentes, comunidade acadêmica e sociedade civil a importância da compreensão e apropriação de conceitos politécnicos, formação omnilateral e como estes podem influenciar na formação humana e no desempenho profissional dos alunos do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), campus Cajazeiras – PB.

Quanto aos benefícios a você participante: esta pesquisa poderá fornecer melhor compreensão dos conceitos e da importância da educação politécnica alinhada à formação omnilateral, podendo enriquecer suas práticas pedagógicas, dando-lhes oportunidades de refletir como estes conceitos vivenciados e experienciados no contexto educacional, podem contribuir para melhorias nas estratégias de ensino que buscam influenciar na formação humana e no desempenho profissional dos alunos do Curso Técnico em Edificações Integrado

ao Ensino Médio no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), campus Cajazeiras – PB.

A coleta de dados será por meio de entrevista que conterà perguntas acerca da temática, será aplicado a professores que lecionam no último ano do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio do IFPB, Campus Cajazeiras”, em sala reservada do Campus Cajazeiras, com o acompanhamento do pesquisador responsável. As entrevistas serão registradas por meio de gravação em áudio, dada a necessidade de transcrevê-las e analisá-las posteriormente.

Quero destacar que sua participação é fundamental para o êxito da nossa pesquisa. Assim, solicitamos sua colaboração e autorização para apresentar os resultados em produção acadêmica, mantendo o anonimato.

Informamos que você **não** deve participar deste estudo se sentir-se constrangido em responder a qualquer um dos itens presentes na pesquisa, caso esse constrangimento possa lhe acarretar maiores transtornos. Esta pesquisa oferece minimamente alguns riscos e apesar das perguntas da entrevista não serem invasivas, podem acarretar alguma consequência de ordem psicológica e ou emocional, segundo nosso entendimento.

São possíveis riscos nesta pesquisa: cansaço, constrangimento, incômodo, sensação de impotência ou de incompetência em sua prática, irritação por se sentir despreparado para o trabalho, por ocasião das respostas para essa entrevista.

Esclarecemos que riscos serão minimizados por meio da realização de entrevista com emprego de linguagem clara, acessível e respeitando a dignidade da pessoa humana, em sala reservada que garanta a liberdade dos participantes para não responder quaisquer perguntas ou ações constrangedoras, bem como garanta a concessão de tempo adequado para reflexão e respostas. O pesquisador também se compromete a permanecer atento aos sinais verbais e não verbais de desconforto, garantindo a suspensão imediata da entrevista, caso seja percebido algum risco ou danos à saúde dos participantes.

Ademais me comprometo em conduzir esta pesquisa respeitando e cumprindo todas as recomendações dadas pela Resolução n.º 510/2016/CNS. Informo ainda que, caso ocorra alguma intercorrência que cause danos à saúde, pedimos ao participante que procure um serviço público de saúde e, caso necessite de cuidados comprovadamente relacionados entrevista e sua participação na pesquisa, nos comprometemos, dentro das nossas condições, a prestar apoio.

Dispomos o nosso contato de e-mail: jamacy.albuquerque@academico.ifpb.edu.br e o número de nosso telefone (83) 99604-6064, para que possas conversar conosco, caso necessite, para juntos encontrarmos uma solução para promover o seu bem-estar.

Após a conclusão da pesquisa, a devolutiva com os resultados e o produto educacional serão enviados para o e-mail o individual de cada participante, em arquivo PDF.

Os resultados da pesquisa e o Produto Educacional serão disponibilizados a comunidade acadêmica e geral no repositório institucional do Instituto Federal da Paraíba (IFPB); também será publicada em eventos de cunho acadêmico ou científico. No entanto, fica garantida a não divulgação dos dados para fins diversos à pesquisa, além mantido o anonimato dos participantes.

Esta pesquisa foi analisada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal da Paraíba – IFPB, seguindo as orientações da Resolução 510/2016, que prevê no seu Art. 9 os seguintes direitos do participante:

- I – Ser informado sobre a pesquisa;
- II – Desistir a qualquer momento de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo;
- III – Ter sua privacidade respeitada;
- IV – Ter garantida a confidencialidade das informações pessoais;
- V – Decidir se sua identidade será divulgada e quais são, dentre as informações que forneceu, as que podem ser tratadas de forma pública;
- VI – Ser indenizado pelo dano decorrente da pesquisa, nos termos da Lei; e,
- VII – O ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação na pesquisa.

Esclareço que, caso você necessite de maiores informações sobre seus direitos como participante da pesquisa, ou ainda formular alguma reclamação ou denúncia sobre procedimentos inadequados do pesquisador, pode entrar em contato com o Comitê de Ética do IFPB, localizado na Av. João da Mata, 256 – Jaguaribe – João Pessoa – PB. Telefone: (83) 3612-9725 E-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br.

Sua participação é livre e voluntária, isenta de quaisquer benefícios e ônus financeiro não estando obrigado(a) a fornecer informações e ou colaborar com as atividades solicitadas. Caso decida não participar deste estudo, ou resolver a qualquer momento desistir da participação, não sofrerá nenhum dano ou penalidade e sua entrevista será descartada da coleta de dados.

O pesquisador estará à sua disposição pelo contato de e-mail: jamacy.albuquerque@academico.ifpb.edu.br e o número de nosso telefone (83) 99604-6064, para quaisquer esclarecimentos que julgar necessários, bem como prestar assistência e tomar os encaminhamentos necessários relacionados a intercorrências relacionadas ao desenvolvimento desta pesquisa.

Ao consentir em participar desta pesquisa, você receberá uma via deste documento

devidamente assinada pelo pesquisador ou poderá optar por recebê-la via e-mail.

Diante o exposto, Eu, _____

DECLARO que foi informado(a) sobre os objetivos, justificativa, procedimentos, riscos e benefícios desta pesquisa e estando devidamente esclarecido:

() Eu aceito participar do estudo () Eu não aceito participar do estudo

Cajazeiras – PB, ____/____/____

Assinatura do(a) participante

Assinatura do(a) pesquisador responsável

Contato com o pesquisador responsável:

E-mail: jamacy.albuquerque@academico.ifpb.edu.br

Telefone: (83) 99604-6064

Comitê de Ética do IFPB:

Localizado na Av. João da Mata, 256 – Jaguaribe – João Pessoa – PB. Telefone: (83) 3612-9725 E-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br

APÊNDICE D
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) –
ESTUDANTES

Prezado(a) estudante,

Quero convidá-lo(a) a participar desta pesquisa intitulada: **“Entre o bem dito e o fruto: em busca da educação politécnica e omnilateral no Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio do IFPB, Campus Cajazeiras”** desenvolvida pelo pesquisador **Jamacy José Albuquerque de Souza**, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), Campus João Pessoa, **sob a orientação do Prof. Dr. Italan Carneiro Bezerra.**

Essa pesquisa tem por objetivo investigar em que medida os conceitos de educação politécnica e formação omnilateral estão materializados nos documentos e nas práticas pedagógicas do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio no Instituto Federal de Educação da Paraíba (IFPB), Campus Cajazeiras.

Este estudo contribuirá com os processos de ensino e aprendizagem, além de favorecer a discussões que busquem ampliar a compreensão das dimensões de trabalho e cidadania numa perspectiva alinhada aos conceitos de educação politécnica e formação omnilateral.

No que se refere a importância da pesquisa para educação, ensino e sociedade, acreditamos que a partir dos resultados obtidos poderemos ampliar os espaços para discussões dentro e fora do IFPB para que possamos apresentar aos discentes, docentes, comunidade acadêmica e sociedade civil a importância da compreensão e apropriação de conceitos politécnia, formação omnilateral e como estes podem influenciar na formação humana e no desempenho profissional dos alunos do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), campus Cajazeiras – PB.

Quanto aos benefícios para o participante: esta pesquisa poderá fornecer a você uma avaliação mais precisa da qualidade de sua formação com base nos princípios de educação politécnica e formação omnilateral, lhes dando a oportunidade de expressar suas percepções sobre a aplicação desses conceitos em seu processo educativo bem como sua contribuição para o seu desenvolvimento profissional e sua formação humana e cidadã.

A coleta de dados será por meio de entrevista que conterà perguntas acerca da temática, será aplicado a estudantes matriculados(as) no último ano do Curso Técnico em Edificações

Integrado ao Ensino Médio do IFPB, Campus Cajazeiras”, em sala reservada do Campus Cajazeiras, com o acompanhamento do pesquisador responsável. As entrevistas serão registradas por meio de gravação em áudio, dada necessidade de transcrevê-las e analisá-las posteriormente.

Quero destacar que sua participação é fundamental para o êxito da nossa pesquisa. Assim, solicitamos sua colaboração e autorização para apresentar os resultados em produção acadêmica, mantendo o anonimato.

Informamos que você **não** deve participar deste estudo se sentir-se constrangido em responder a qualquer um dos itens presentes na pesquisa, caso esse constrangimento possa lhe acarretar maiores transtornos. Esta pesquisa oferece minimamente alguns riscos e apesar das perguntas da entrevista não serem invasivas, podem acarretar alguma consequência de ordem psicológica e ou emocional, segundo nosso entendimento.

São possíveis riscos nesta pesquisa: cansaço, constrangimento, incômodo, sensação de impotência ou de incompetência em sua prática, irritação por se sentir despreparado para o trabalho, por ocasião das respostas para essa entrevista.

Quanto aos riscos, estes serão minimizados por meio da realização de entrevista com emprego de linguagem clara, acessível e respeitando a dignidade da pessoa humana, em sala reservada que garanta a liberdade dos participantes para não responder quaisquer perguntas ou ações constrangedoras, bem como garanta a concessão de tempo adequado para reflexão e respostas. O pesquisador também se compromete a permanecer atento aos sinais verbais e não verbais de desconforto, garantindo a suspensão imediata da entrevista, caso seja percebido algum risco ou danos à saúde dos participantes.

Ademais me comprometo em conduzir esta pesquisa respeitando e cumprindo todas as recomendações dadas pela Resolução n.º 510/2016/CNS. Informo ainda que, caso ocorra alguma intercorrência que cause danos à saúde, pedimos ao participante que procure um serviço público de saúde e, caso necessite de cuidados comprovadamente relacionados entrevista e sua participação na pesquisa, nos comprometemos, dentro das nossas condições, a prestar apoio.

Dispomos o nosso contato de e-mail: jamacy.albuquerque@academico.ifpb.edu.br e o número de nosso telefone (83) 99604-6064, para que possas conversar conosco, caso necessite, para juntos encontrarmos uma solução para promover o seu bem-estar.

Após a conclusão da pesquisa, a devolutiva com os resultados e o produto educacional serão enviados para o e-mail o individual de cada participante, em arquivo PDF.

Os resultados da pesquisa e o Produto Educacional serão disponibilizados a comunidade acadêmica e geral no repositório institucional do Instituto Federal da Paraíba (IFPB); também

será publicada em eventos de cunho acadêmico ou científico. No entanto, fica garantida a não divulgação dos dados para fins diversos à pesquisa, além mantido o anonimato dos participantes.

Esta pesquisa foi analisada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal da Paraíba – IFPB, seguindo as orientações da Resolução 510/2016, que prevê no seu Art. 9 os seguintes direitos do participante:

- I – Ser informado sobre a pesquisa;
- II – Desistir a qualquer momento de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo;
- III – Ter sua privacidade respeitada;
- IV – Ter garantida a confidencialidade das informações pessoais;
- V – Decidir se sua identidade será divulgada e quais são, dentre as informações que forneceu, as que podem ser tratadas de forma pública;
- VI – Ser indenizado pelo dano decorrente da pesquisa, nos termos da Lei; e,
- VII – O ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação na pesquisa.

Esclareço que, caso você necessite de maiores informações sobre seus direitos como participante da pesquisa, ou ainda formular alguma reclamação ou denúncia sobre procedimentos inadequados do pesquisador, pode entrar em contato com o Comitê de Ética do IFPB, localizado na Av. João da Mata, 256 – Jaguaribe – João Pessoa – PB. Telefone: (83) 3612-9725 E-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br.

Sua participação é livre e voluntária, isenta de quaisquer benefícios e ônus financeiro não estando obrigado(a) a fornecer informações e ou colaborar com as atividades solicitadas. Caso decida não participar deste estudo, ou resolver a qualquer momento desistir da participação, não sofrerá nenhum dano ou penalidade e sua entrevista será descartada da coleta de dados.

O pesquisador estará à sua disposição pelo contato de e-mail: jamacy.albuquerque@academico.ifpb.edu.br e o número de nosso telefone (83) 99604-6064, para quaisquer esclarecimentos que julgar necessários, bem como prestar assistência e tomar os encaminhamentos necessários relacionados a intercorrências relacionadas ao desenvolvimento desta pesquisa.

Ao consentir em participar desta pesquisa, você receberá uma via deste documento devidamente assinada pelo pesquisador ou poderá optar por recebê-la via e-mail.

Diante o exposto, Eu, _____
DECLARO que foi informado(a) sobre os objetivos, justificativa, procedimentos, riscos e benefícios desta pesquisa e estando devidamente esclarecido:

() Eu aceito participar do estudo () Eu não aceito participar do estudo

Cajazeiras – PB, ____/____/____

Assinatura do(a) participante

Assinatura do(a) pesquisador responsável

Contato com o pesquisador responsável:

E-mail: jamacy.albuquerque@academico.ifpb.edu.br

Telefone: (83) 99604-6064

Comitê de Ética do IFPB:

Localizado na Av. João da Mata, 256 – Jaguaribe – João Pessoa – PB. Telefone: (83) 3612-9725 E-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br

APÊNDICE E
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) –
PAIS/RESPONSÁVEIS

Prezado(a) pai/mãe ou responsável,

A pesquisa intitulada: **“Entre o bem dito e o fruto: em busca da educação politécnica e omnilateral no Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio do IFPB, Campus Cajazeiras”** é desenvolvida pelo pesquisador **Jamacy José Albuquerque de Souza**, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), Campus João Pessoa, sob a orientação do **Prof. Dr. Italan Carneiro Bezerra**.

Esta pesquisa tem por objetivo investigar em que medida os conceitos de educação politécnica e formação omnilateral estão materializados nos documentos e nas práticas pedagógicas do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio no Instituto Federal de Educação da Paraíba (IFPB), Campus Cajazeiras.

Este estudo contribuirá com os processos de ensino e aprendizagem, além de favorecer a discussões que busquem ampliar a compreensão das dimensões de trabalho e cidadania numa perspectiva alinhada aos conceitos de educação politécnica e formação omnilateral.

No que se refere a importância da pesquisa para educação, ensino e sociedade, acreditamos que a partir dos resultados obtidos poderemos ampliar os espaços para discussões dentro e fora do IFPB a fim de apresentar aos discentes, docentes, comunidade acadêmica e sociedade civil a importância da compreensão e apropriação de conceitos politécnica e formação omnilateral e como estes podem influenciar na formação humana e no desempenho profissional dos alunos do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), campus Cajazeiras – PB.

Quanto aos benefícios para o participante: esta pesquisa poderá fornecer ao participante uma avaliação mais precisa da qualidade de sua formação com base nos princípios de educação politécnica e formação omnilateral, lhes dando a oportunidade de expressar suas percepções sobre a aplicação desses conceitos em seu processo educativo bem como sua contribuição para o seu desenvolvimento profissional e sua formação humana e cidadã.

A coleta de dados será por meio de entrevista que conterá perguntas acerca da temática, será aplicado a estudantes matriculados(as) no último ano do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio do IFPB, Campus Cajazeiras”, em sala reservada do Campus

Cajazeiras, com o acompanhamento do pesquisador responsável. As entrevistas serão registradas por meio de gravação em áudio, dada necessidade de transcrevê-las e analisá-las posteriormente.

Para tanto, gostaríamos de sua autorização para que o(a) estudante _____, possa participar da entrevista que conterà perguntas acerca da temática, será aplicado a estudantes matriculados(as) no último ano do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio do IFPB, Campus Cajazeiras”, em sala reservada do Campus Cajazeiras, com o acompanhamento do pesquisador responsável.

Informamos que você **não** deve participar deste estudo se sentir-se constrangido em responder a qualquer um dos itens presentes na pesquisa, caso esse constrangimento possa lhe acarretar maiores transtornos. Esta pesquisa oferece minimamente alguns riscos e apesar das perguntas da entrevista não serem invasivas, podem acarretar alguma consequência de ordem psicológica e ou emocional, segundo nosso entendimento.

São possíveis riscos nesta pesquisa: cansaço, constrangimento, incômodo, sensação de impotência ou de incompetência em sua prática, irritação por se sentir despreparado para o trabalho, por ocasião das respostas para essa entrevista.

Quantos aos riscos, estes serão minimizados por meio da realização de entrevista com emprego de linguagem clara, acessível e respeitando a dignidade da pessoa humana, em sala reservada que garanta a liberdade dos participantes para não responder quaisquer perguntas ou ações constrangedoras, bem como garanta a concessão de tempo adequado para reflexão e respostas. O pesquisador também se compromete a permanecer atento aos sinais verbais e não verbais de desconforto, garantindo a suspensão imediata da entrevista, caso seja percebido algum risco ou danos à saúde dos participantes.

Ademais me comprometo em conduzir esta pesquisa respeitando e cumprindo todas as recomendações dadas pela Resolução n.º 510/2016/CNS. Informo ainda que, caso ocorra alguma intercorrência que cause danos à saúde, pedimos ao participante que procure um serviço público de saúde e, caso necessite de cuidados comprovadamente relacionados entrevista e sua participação na pesquisa, nos comprometemos, dentro das nossas condições, a prestar apoio.

Dispomos o nosso contato de e-mail: jamacy.albuquerque@academico.ifpb.edu.br e o número de nosso telefone (83) 99604-6064, para que possas conversar conosco, caso necessite, para juntos encontrarmos uma solução para promover o seu bem-estar.

Após a conclusão da pesquisa, a devolutiva com os resultados e o produto educacional serão enviados para o e-mail o individual de cada participante, em arquivo PDF.

Os resultados da pesquisa e o Produto Educacional serão disponibilizados a comunidade acadêmica e geral no repositório institucional do Instituto Federal da Paraíba-IFPB; também será publicada em eventos de cunho acadêmico ou científico. No entanto, fica garantida a não divulgação dos dados para fins diversos à pesquisa, além de mantido o anonimato dos participantes.

Esta pesquisa foi analisada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal da Paraíba – IFPB, seguindo as orientações da Resolução 510/2016, que prevê no seu Art. 9 os seguintes direitos do participante:

- I – Ser informado sobre a pesquisa;
- II – Desistir a qualquer momento de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo;
- III – Ter sua privacidade respeitada;
- IV – Ter garantida a confidencialidade das informações pessoais;
- V – Decidir se sua identidade será divulgada e quais são, dentre as informações que forneceu, as que podem ser tratadas de forma pública;
- VI – Ser indenizado pelo dano decorrente da pesquisa, nos termos da Lei; e
- VII – O ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação na pesquisa.

Reitero que, caso você necessite de maiores esclarecimentos e/ou ainda queira formular alguma reclamação ou denúncia sobre procedimentos inadequados do pesquisador, pode entrar em contato com o Comitê de Ética do IFPB, localizado na Av. João da Mata, 256 – Jaguaribe – João Pessoa – PB. Telefone: (83) 3612-9725 E-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br.

Ao consentir, o(a) senhora(a) e o pesquisador responsável assinarão este termo em duas vias, de modo que uma via seja destinada ao participante e a outra via fique de posse do pesquisador. Solicitamos que o(a) senhora(a) devolva uma via assinada, através do(a) aluno(a), para que ele(a) apresente ao pesquisador responsável e possa, então, participar da pesquisa.

Esclarecemos que a participação no estudo é voluntária e livre, sem ganhos ou quaisquer ônus financeiros ao participante, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a autorizar a colaboração do/a estudante. O pesquisador estará à sua disposição pelos contatos: e-mail: jamacy.albuquerque@academico.ifpb.edu.br e o número de nosso telefone (83) 99604-6064, para quaisquer esclarecimentos que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa. Para tanto, esclarecemos ainda que você terá:

- a) garantia de plena liberdade, de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma;
- b) garantia de manutenção do sigilo e de sua privacidade durante todas as fases da pesquisa;

- c) garantia de que receberá uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) devidamente assinada pelo pesquisador responsável e por você;
- e) garantia de que o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e a pesquisa estão de acordo com o que preconiza Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde;
- f) garantia de ressarcimento e cobertura de eventuais despesas tidas pelos participantes da pesquisa e dela decorrentes;
- g) garantia de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa;
- h) garantia de que a pesquisa não acarretará nenhum prejuízo individual ou coletivo;
- i) garantia de que toda e qualquer responsabilidade nas diferentes fases da pesquisa é dos pesquisadores, bem como, fica assegurado que poderá haver divulgação dos resultados finais em órgãos de divulgação científica em que a mesma seja aceita; e
- j) garantia de que todo o material resultante será utilizado exclusivamente para a construção da pesquisa e ficará sob a guarda dos pesquisadores, podendo ser requisitado pelo entrevistado em qualquer momento.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para o(a) aluno(a) _____ participar da pesquisa e para publicação dos resultados.

Cajazeiras – PB, ____/____/____

Assinatura do/a pai/mãe ou responsável

Assinatura do pesquisador responsável

Contato com o pesquisador responsável:

E-mail: jamacy.albuquerque@academico.ifpb.edu.br

Telefone: (83) 99604-6064

Comitê de Ética do IFPB:

Localizado na Av. João da Mata, 256 – Jaguaribe – João Pessoa – PB. Telefone: (83) 3612-9725 E-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br.

APÊNDICE F**TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TALE
(Conselho Nacional de Saúde, Resolução 466/2012/Resolução 510/2016)
(Para menores com idade entre 12 a 17 anos)**

Prezado(a) estudante,

Quero convidá-lo(a) a participar desta pesquisa intitulada: **“Entre o bem dito e o fruto: em busca da educação politécnica e omnilateral no Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio do IFPB, Campus Cajazeiras”** desenvolvida pelo **pesquisador Jamacy José Albuquerque de Souza**, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT do Instituto Federal da Paraíba – IFPB, Campus João Pessoa, **sob a orientação do Prof. Dr. Italan Carneiro Bezerra.**

Esta pesquisa tem por objetivo investigar em que medida os conceitos de educação politécnica e formação omnilateral estão materializados nos documentos e nas práticas pedagógicas do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio no Instituto Federal de Educação da Paraíba (IFPB), Campus Cajazeiras.

Este estudo contribuirá com os processos de ensino e aprendizagem, além de favorecer a discussões que busquem ampliar a compreensão das dimensões de trabalho e cidadania numa perspectiva alinhada aos conceitos de educação politécnica e formação omnilateral.

No que se refere a importância da pesquisa para educação, ensino e sociedade, acreditamos que a partir dos resultados obtidos poderemos ampliar os espaços para discussões dentro e fora do IFPB para que possamos apresentar aos discentes, docentes, comunidade acadêmica e sociedade civil a importância da compreensão e apropriação de conceitos politécnica, formação omnilateral e como estes podem influenciar na formação humana e no desempenho profissional dos alunos do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), campus Cajazeiras – PB.

Quanto aos benefícios para o participante: esta pesquisa poderá fornecer a você uma avaliação mais precisa da qualidade de sua formação com base nos princípios de educação politécnica e formação omnilateral, lhes dando a oportunidade de expressar suas percepções sobre a aplicação desses conceitos em seu processo educativo bem como sua contribuição para o seu desenvolvimento profissional e sua formação humana e cidadã.

A coleta de dados será por meio de entrevista que conterà perguntas acerca da temática, será aplicado a estudantes matriculados(as) no último ano do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio do IFPB, Campus Cajazeiras”, em sala reservada do Campus Cajazeiras, com o acompanhamento do pesquisador responsável. As entrevistas serão registradas por meio de gravação em áudio, dada necessidade de transcrevê-las e analisá-las posteriormente.

Quero destacar sua participação é fundamental para o êxito da nossa pesquisa. Assim, solicitamos sua colaboração e autorização para apresentar os resultados em produção acadêmica, mantendo o anonimato.

Informamos que você **não** deve participar deste estudo se sentir-se constrangido em responder a qualquer um dos itens presentes na pesquisa, caso esse constrangimento possa lhe acarretar maiores transtornos. Esta pesquisa oferece minimamente alguns riscos e apesar das perguntas da entrevista não serem invasivas, podem acarretar alguma consequência de ordem psicológica e ou emocional, segundo nosso entendimento.

São possíveis riscos nesta pesquisa: cansaço, constrangimento, incômodo, sensação de impotência ou de incompetência em sua prática, irritação por se sentir despreparado para o trabalho, por ocasião das respostas para essa entrevista.

Quantos aos riscos, estes serão minimizados por meio da realização de entrevista com emprego de linguagem clara, acessível e respeitando a dignidade da pessoa humana, em sala reservada que garanta a liberdade dos participantes para não responder quaisquer perguntas ou ações constrangedoras, bem como garanta a concessão de tempo adequado para reflexão e respostas. O pesquisador também se compromete a permanecer atento aos sinais verbais e não verbais de desconforto, garantindo a suspensão imediata da entrevista, caso seja percebido algum risco ou danos à saúde dos participantes.

Ademais me comprometo em conduzir esta pesquisa respeitando e cumprindo todas as recomendações dadas pela Resolução nº 510/2016/CNS. Informo ainda que, caso ocorra alguma intercorrência que cause danos à saúde, pedimos ao participante que procure um serviço público de saúde e, caso necessite de cuidados comprovadamente relacionados entrevista e sua participação na pesquisa, nos comprometemos, dentro das nossas condições, a prestar apoio.

Dispomos o nosso contato de e-mail: jamacy.albuquerque@academico.ifpb.edu.br e o número de nosso telefone (83) 99604-6064, para que possas conversar conosco, caso necessite, para juntos encontrarmos uma solução para promover o seu bem-estar.

Após a conclusão da pesquisa, a devolutiva com os resultados e o produto educacional serão enviados para o e-mail individual de cada participante, em arquivo PDF.

Os resultados da pesquisa e o Produto Educacional serão disponibilizados a comunidade acadêmica e geral no repositório institucional do Instituto Federal da Paraíba-IFPB; também será publicada em eventos de cunho acadêmico ou científico. No entanto, fica garantida a não divulgação dos dados para fins diversos à pesquisa, além mantido o anonimato dos participantes.

Esta pesquisa foi analisada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), seguindo as orientações da Resolução n.º 510/2016, que prevê no seu Art. 9 os seguintes direitos do participante:

- I – Ser informado sobre a pesquisa;
- II – Desistir a qualquer momento de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo;
- III – Ter sua privacidade respeitada;
- IV – Ter garantida a confidencialidade das informações pessoais;
- V – Decidir se sua identidade será divulgada e quais são, dentre as informações que forneceu, as que podem ser tratadas de forma pública;
- VI – Ser indenizado pelo dano decorrente da pesquisa, nos termos da Lei; e
- VII – O ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação na pesquisa.

Caso você necessite de maiores esclarecimentos sobre seus direitos como participante da pesquisa, ou ainda formular alguma reclamação ou denúncia sobre procedimentos inadequados do pesquisador, pode entrar em contato com o Comitê de Ética do IFPB, localizado na Av. João da Mata, 256 – Jaguaribe – João Pessoa – PB. Telefone: (83) 3612-9725; E-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br.

Sua participação é livre e voluntária, isenta de quaisquer benefícios e ônus financeiro não estando obrigado(a) a fornecer informações e ou colaborar com as atividades solicitadas. Caso decida não participar deste estudo, ou resolver a qualquer momento desistir da participação, não sofrerá nenhum dano ou penalidade e sua entrevista será descartada da coleta de dados.

O pesquisador estará à sua disposição pelo contato de e-mail: jamacy.albuquerque@academico.ifpb.edu.br e o número de nosso telefone (83) 99604-6064, para quaisquer esclarecimentos que julgar necessários, bem como prestar assistência e tomar os encaminhamentos necessários, relacionados a intercorrências relacionadas ao desenvolvimento desta pesquisa.

Ao consentir em participar desta pesquisa, você receberá uma via deste documento devidamente assinada pelo pesquisador ou poderá optar por recebê-la via e-mail.

Diante o exposto, Eu, _____

DECLARO que foi informado(a) sobre os objetivos, justificativa, procedimentos, riscos e benefícios desta pesquisa e estando devidamente esclarecido:

() Eu aceito participar do estudo () Eu não aceito participar do estudo

Cajazeiras – PB, ____/____/____

Assinatura do(a) participante

Assinatura do(a) pesquisador responsável

Contato com o pesquisador responsável:

E-mail: jamacy.albuquerque@academico.ifpb.edu.br

Telefone: (83) 99604-6064

Comitê de Ética do IFPB:

Localizado na Av. João da Mata, 256 – Jaguaribe – João Pessoa – PB. Telefone: (83) 3612-9725 E-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br.

APÊNDICE G
PRODUTO EDUCACIONAL

Jamacy José Albuquerque de Souza
Italan Carneiro Bezerra

O FRUTO DO BEM DITO

EM BUSCA DE UMA EDUCAÇÃO POLITÉCNICA QUE PROMOVA
A FORMAÇÃO OMNILATERAL (INTEGRAL) DOS SUJEITOS



 **INSTITUTO FEDERAL**
Paraíba
Campus João Pessoa



INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA – PROFEPT
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
E TECNOLÓGICA

O FRUTO DO BEM DITO

EM BUSCA DE UMA EDUCAÇÃO POLITÉCNICA QUE PROMOVA
A FORMAÇÃO OMNILATERAL (INTEGRAL) DOS SUJEITOS

1ª edição

João Pessoa - 2024

Instituto Federal da Paraíba
PROFEPT – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
Av. Primeiro de Maio, 720
58015-435
João Pessoa – PB

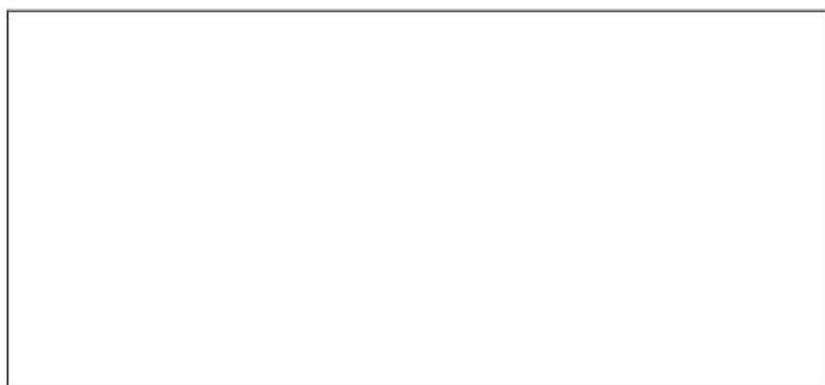
Autores
Jamacy José Albuquerque de Souza
Italan Carneiro Bezerra

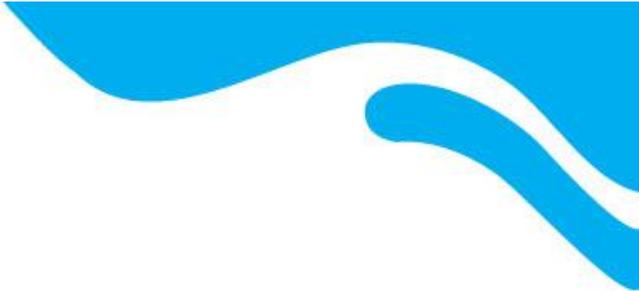
Revisão Textual
Prof.ª Me. Viviane Almeida Pires

Projeto Gráfico e Diagramação
Lucas Pereira da Silva

Ilustrações e Imagens
Adobe Stock

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Nilo Peçanha do IFPB – campus João Pessoa





APRESENTAÇÃO

Caro(a) amigo(a) professor(a)
Hoje venho lhe apresentar
Sobre o fruto que colhemos
De um estudo dedicado,
Nada foi improvisado e feito na agonia
Tudo foi bem integrado e tem muita harmonia.

O nosso fruto provém de uma árvore grandiosa
Instalado em terras férteis da Educação Profissional e Tecnológica,
Não vou lhe deixar alheio sem entrar na discussão,
Quero dizer a você da minha satisfação,
De cursar o ProfEPT nesta instituição,
O IFPB me acolhe com presteza e atenção.

O Produto Educacional da nossa pesquisa brotou,
Um caminho politécnico
Que a todos encantou.
No IFPB nasceu
E, com o povo ele ficou,
como fruto do bem dito logo se consolidou.

O que apresento a seguir
requer a sua atenção
Com objetivo de expandir a sua compreensão.
Sobre educação Politécnica e omnilateral,
também não fica de fora a formação integral,
Está no PDI do IFPB na sua missão principal.

Trabalho como Princípio educativo
É o nosso fundamento,
A prática aliada à teoria
Cria o desenvolvimento,
O aluno se forma inteiro,
Com saber e entendimento.





Não somos suficientes
nem trazemos completude,
A nossa cartilha apresenta
O melhor do nosso estudo,
Desenvolver o ser humano,
Com sabedoria em tudo.

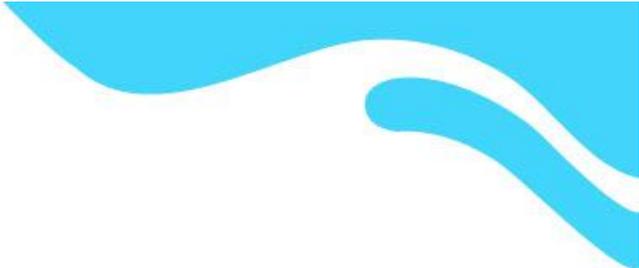
Faz parte do nosso plano
Não só técnica ensinarmos,
Mas também o cotidiano
Com saberes bem cruzados,
Na sala de aula e na prática,
Esses campos estão ligados.

A formação é completa,
Os caminhos bem traçados.
A Formação Integral
É o que nos move aqui,
Educar o corpo e a mente,
Para aprender e evoluir.

E assim seguimos firmes
Nas trilhas da educação,
Buscando sempre ensinar e aprender,
Esta é a nossa maior missão.
Com trabalho e saber,
Construímos uma nação.

Os autores.





SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 05 |
| 2. TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO | 06 |
| 3. EDUCAÇÃO POLITÉCNICA E OMNILATERAL: BASES PARA FORMAÇÃO INTEGRAL | 11 |
| 4. CURRÍCULO INTEGRADO | 13 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 15 |
| REFERÊNCIAS | 17 |



1 INTRODUÇÃO

As discussões sobre educação, ensino, aprendizagem e formação discente são recorrentes. Novas metodologias com estratégias inovadoras e a busca por abordagens pedagógicas “mais eficazes” para o ensino têm sido almejadas por professores, coordenadores e gestores educacionais na tentativa de garantir uma “boa” formação dos estudantes. Talvez o caminho a ser trilhado não seja este! Acreditamos que o necessário para sanar tais inquietações é retomar as bases e os conceitos que fundamentam a formação do aluno e, conseqüentemente, do ser humano.

Quanto à formação integral na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), esse é um tema que tem ganhado evidência desde a implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996. A partir de então, a EPT passou a incorporar cada vez mais o conceito de formação integral, incluindo o trabalho como princípio educativo e defendendo uma educação que prepare o indivíduo não apenas para o mercado de trabalho, mas também para o exercício pleno da cidadania.

O surgimento dos Institutos Federais, em 2008, passou a destacar a educação politécnica e omnilateral nas propostas pedagógicas, ainda que não de forma unificada em todos os Institutos, mas gradualmente. Tal discussão se evidencia à medida que essas instituições buscam oferecer uma educação que vá além do ensino técnico, englobando uma formação humana mais ampla.

No âmbito do Instituto Federal da Paraíba - IFPB, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020-2024 aponta a seguinte missão:



Ofertar a educação profissional, tecnológica e humanística em todos os seus níveis e modalidades por meio do Ensino, da Pesquisa da Extensão, na perspectiva de contribuir na formação de cidadãos para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática. (PDI, 2020-2024, p. 14, grifo nosso)

Observa-se que o texto acima reflete o compromisso do IFPB com uma abordagem ampla e integradora da educação, que visa oferecer não apenas uma formação técnica, mas também uma formação humanística. Esse enfoque é fundamental para a construção de cidadãos críticos, capazes de compreender o mundo do trabalho não apenas sob o prisma das competências técnicas, mas sobretudo na perspectiva de sua totalidade, contribuindo para uma sociedade mais justa e sustentável.

Esta cartilha apresenta claramente os conceitos de trabalho, trabalho como princípio educativo, educação politécnica e omnilateral: bases para a formação integral e o currículo integrado. Tais conceitos se articulam e apontam para um modelo pedagógico que busca não só atender às demandas do mundo do trabalho, mas também às necessidades de uma formação cidadã, crítica e emancipadora.

O objetivo principal desta cartilha é evidenciar a importância desses conceitos como fundamentos para uma abordagem educacional que transcenda a formação técnica, enfatizando uma formação integral e humanística. O grande desafio é, sem dúvida, implementar essas definições de maneira prática e concreta no ambiente escolar, garantindo que os estudantes tenham acesso a uma educação que os prepare para os desafios profissionais e sociais de forma ética, consciente e transformadora.

02 TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO

PARA COMEÇARMOS, QUERO LHE APRESENTAR O QUE É TRABALHO:

O trabalho pode ser definido como uma atividade essencial e transformadora realizada pelos seres humanos, na qual estes atuam sobre a natureza ou o ambiente social, visando produzir bens, serviços, riquezas e conhecimentos. O trabalho envolve o uso de habilidades físicas e mentais para transformar recursos naturais ou ideias em algo voltado para o atendimento das necessidades humanas, construindo ou reestruturando espaços naturais e sociais.

Do ponto de vista econômico, o trabalho é um dos fatores de produção. Na sociedade capitalista, o trabalho é comercializado em troca de salários, sendo fonte de renda para a maioria das pessoas. De fato, o trabalho assume um papel fundamental para o ser humano, visto que somos a única espécie que atua com intencionalidade e objetivos, manifestando nossa capacidade criativa. O homem planeja, executa, molda, remolda, constrói, destrói e reconstrói espaços.

Para Saviani (2007), o trabalho é o que define a existência humana. Trabalhar não é outra coisa senão o agir do homem sobre a natureza para transformá-la, e essa ação é guiada por objetivos. É possível afirmar que o trabalho é a ação criativa do homem sobre a natureza, humanizando-a.

Para Soares Della Fonte (2018, p. 10), "o ser humano não nasce humano, ele faz-se humano". Tal ideia enfatiza que o homem não nasce pronto, mas transforma-se a cada dia com propósitos e objetivos definidos, e isso se evidencia também pelo trabalho.



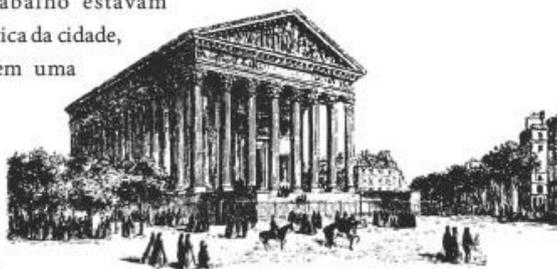
AFINAL, O QUE É TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO?

Antes de responder a tal questionamento, convém entender como o trabalho era percebido pelas sociedades que nos antecederam.

Nas comunidades primitivas, as crianças adquiriam as habilidades necessárias para a sobrevivência por meio da observação e da participação em atividades cotidianas, fortalecendo a identidade e a coesão social do grupo. O trabalho era essencial para a subsistência.

Na Antiguidade, especialmente na Grécia e em Roma, o trabalho já apresentava uma certa sistematização. Na Grécia, essa organização era bastante peculiar, variando conforme a política de cada cidade-estado.

Em Atenas, as relações de trabalho estavam intimamente ligadas à estrutura social e política da cidade, que, embora democrática, baseava-se em uma economia fortemente dependente da escravidão e da exploração de outras cidades e povos. Os escravos realizavam tarefas nos campos, minas e serviços domésticos, o que permitia aos cidadãos atenienses dedicar-se à vida política e pública.



Já em Esparta, o trabalho era dividido entre os cidadãos espartanos e os hilotas. Os primeiros, conhecidos como **homoioi** ou "iguais", ocupavam-se das atividades militares e administrativas, enquanto os hilotas, servos da cidade, desempenhavam funções agrícolas e manuais. Dessa forma, os espartanos podiam concentrar-se no treinamento militar e na governança. Funari (2002, p. 23) ressalta: "Todos os homens de Esparta, chamados de esparciatas, eram guerreiros, sendo proibidos por lei de exercer atividades que entrassem em conflito com a carreira militar."

Na Roma Antiga, plebeus e escravos, em sua maioria, aprendiam ofícios e trabalhos manuais diretamente no ambiente de *labuta*. A aprendizagem era prática e empírica, ocorrendo de acordo com as necessidades do dia a dia.

Na Idade Média, período compreendido entre os anos 476 e 1453, marcado pela ruralização da Europa, pelo fortalecimento da Igreja Católica e pela ascensão do Feudalismo, as relações de trabalho foram fortemente influenciadas pela estrutura feudal e pelas orientações da Igreja. Esse período, muitas vezes chamado de "Idade das Trevas", é criticado por historiadores, que apontam que o termo reflete mais um preconceito do que a realidade, caracterizada pela interrupção das tradições clássicas e uma menor produção cultural e intelectual.

A educação estava amplamente vinculada às instituições eclesiásticas, onde o trabalho, tanto manual quanto intelectual, era considerado indispensável para o desenvolvimento espiritual e prático. Manacorda (2002, p. 152) observa: "A ociosidade é o inimigo da alma; portanto, os monges, em determinadas horas, devem dedicar-se ao trabalho manual e, em outras horas, à leitura espiritual".

O Renascimento, movimento cultural que se desenvolveu entre os séculos XIV e XVII, foi marcado por grandes transformações culturais, artísticas e intelectuais na Europa. Originado na Itália, destacou-se por um renovado interesse pela cultura clássica greco-romana após o declínio medieval. Aranha (2012, p. 121) afirma que o Renascimento "devia-se antes à recusa dos valores medievais, respondendo às aspirações dos novos tempos".

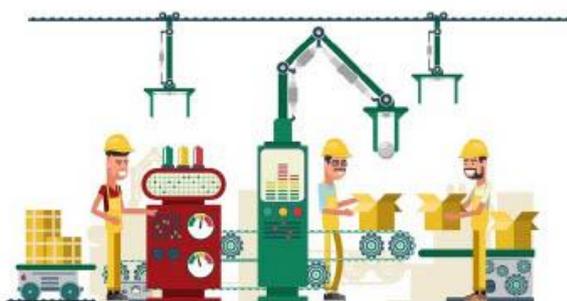
Nesse contexto, o trabalho passou por mudanças significativas, influenciado por novas correntes religiosas e econômicas. Movimentos como o luteranismo e o calvinismo transformaram a percepção do trabalho e do enriquecimento, sugerindo que a prosperidade material era um sinal de favor divino. Isso contrastava com as antigas restrições da Igreja Católica quanto aos negócios e aos empréstimos a juros. Aranha (2012, p. 83) reforça: “As mudanças no trabalho também foram influenciadas por movimentos religiosos e econômicos, como o luteranismo e o calvinismo, que viam o enriquecimento como um sinal de favorecimento divino”. Essa nova ética contribuiu para o surgimento do capitalismo e da economia de mercado, transformando a dinâmica social e econômica da Europa.

Durante o Renascimento, a força de trabalho era majoritariamente composta por camponeses, artesãos e aprendizes. Nas áreas rurais, muitos trabalhavam nas terras de nobres ou em pequenas propriedades agrícolas. Já nas cidades, crescia o número de artesãos e aprendizes vinculados às guildas e oficinas (Aranha, 2012).

O Iluminismo, movimento predominante no século XVIII, caracterizou-se pelo foco na razão, na ciência e no empirismo como fundamentos de autoridade e legitimidade. Impulsionado pelos avanços do Renascimento, o Iluminismo aplicou os princípios do método científico a diversos aspectos da vida humana, incluindo sociedade, política e economia.

Nesse período, houve uma forte tendência de modernização e reforma nas práticas de trabalho. O Iluminismo difundiu a ideia de que o trabalho deveria ser orientado pela razão e pelo conhecimento científico, promovendo maior eficiência e inovação. Esse movimento também incentivou a criação de instituições e políticas voltadas à integração da ciência e da técnica nos processos produtivos, abrindo caminho para a Revolução Industrial.

Por outro lado, a estrutura da mão de obra começou a se transformar com o avanço das manufaturas e o início da Revolução Industrial. A classe trabalhadora passou a incluir operários de fábricas, artesãos, camponeses e serviços.



Com a Revolução Industrial, profundas mudanças ocorreram nas relações produtivas e sociais. Desde o final do século XVIII, a introdução das máquinas a vapor e a mecanização das fábricas alteraram significativamente o cenário de produção, substituindo o trabalho artesanal pelo trabalho fabril.

O novo sistema de produção em larga escala reorganizou os espaços de trabalho, concentrando grandes

contingentes de trabalhadores em enormes fábricas. “As novas máquinas modificaram profundamente as relações de produção, com o desenvolvimento do sistema fabril em grande escala e a divisão do trabalho”

(Aranha, 2012, p. 206). A especialização das funções nas fábricas gerou a alienação do trabalhador em relação ao produto final, uma vez que cada operário se tornava responsável por apenas uma etapa do processo produtivo.

Essas mudanças, no entanto, trouxeram consequências graves para a classe trabalhadora. As jornadas de trabalho eram extensas, chegando frequentemente a 16 horas por dia, e as condições laborais eram insalubres. O uso de mão de obra infantil e feminina era comum, e os salários eram baixos, mal garantindo a subsistência. “Acentuou-se o processo de deslocamento da população do campo para as cidades [...] fez com que as cidades industriais passassem a concentrar grande massa trabalhadora” (Aranha, 2012, p. 206). Esse êxodo rural agravou problemas de moradia e saúde pública, uma vez que os centros urbanos não estavam preparados para a rápida explosão demográfica.

Com o tempo, a Revolução Industrial consolidou o modelo de produção em série e a massificação dos produtos, estabelecendo as bases do fordismo no início do século XX. Esse modelo, introduzido por Henry Ford, baseava-se na linha de montagem e na produção em larga escala, promovendo a padronização e a redução dos custos de produção. Contudo, o fordismo, assim como o sistema fabril da Revolução Industrial, era rígido e inflexível, gerando desgaste físico e psicológico nos trabalhadores. A repetitividade das tarefas limitava a capacidade de adaptação das fábricas às rápidas mudanças do mercado, o que levou à necessidade de novos modelos de organização do trabalho.

O Toyotismo, que surgiu no Japão no final do século XX, pode ser compreendido como uma evolução do modelo fabril iniciado na Revolução Industrial. Enquanto o fordismo era caracterizado pela produção em massa e pela padronização, o Toyotismo trouxe a ideia de flexibilização, permitindo que a produção se ajustasse conforme a demanda. O sistema just-in-time, uma das principais características do Toyotismo, buscava eliminar desperdícios e otimizar os processos produtivos. “[...] O trabalhador é polivalente e deve conseguir executar várias tarefas, em oposição à especialização extrema” (Aranha, 2012). Essa flexibilização surgiu como resposta à rigidez dos sistemas anteriores, permitindo maior adaptabilidade às mudanças do mercado.

A transição do modelo rígido e centralizado da Revolução Industrial para a flexibilização do Toyotismo reflete as transformações pelas quais o capitalismo passou ao longo do século XX. Se, na Revolução Industrial, o trabalhador era visto como uma peça da engrenagem fabril, no Toyotismo ele passou a ser considerado um elemento mais dinâmico e multifuncional, capaz de desempenhar diferentes funções na fábrica. Essa mudança está diretamente ligada à necessidade das empresas de se adaptarem às rápidas mudanças da economia global. Contudo, o Toyotismo trouxe também novos desafios, como a precarização das condições de trabalho e a intensificação da exploração da força de trabalho.



Por outro lado, a Revolução Industrial não apenas transformou a estrutura econômica, mas também acirrou as desigualdades sociais e alterou profundamente as relações entre trabalho e educação, levando ao surgimento das primeiras escolas técnicas e politécnicas, destinadas a preparar a mão de obra para as novas demandas industriais.

Durante os séculos XX e XXI, a globalização, a modernização e o avanço das mídias digitais deram uma nova configuração ao trabalho. Nesse período, a educação passou a ser vista como um meio essencial não apenas para preparar indivíduos para o mercado de trabalho, mas também para capacitá-los a lidar com um mundo em constante transformação, influenciado por mudanças econômicas, tecnológicas e sociais significativas. Tais mudanças têm impactado profundamente a sociedade, o mercado de trabalho e a relação entre trabalho e educação.

Neste espaço temporal, em constante transformação, tem-se questionado como se moldam as relações entre educação e trabalho, especialmente no que diz respeito à formação profissional e ao desenvolvimento pessoal. Paulo Freire assim escreve:



A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres “vazios” a quem o mundo “encha” de conteúdos; não pode basear-se numa consciência especializada, mecanicamente compartimentada, mas nos homens como “corpos conscientes” e na consciência como consciência intencionada ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo. (Freire, 1987, p. 38).

Freire alerta e critica a visão tradicional de educação, que trata os alunos como seres receptores e passivos, a serem preenchidos com informações. Há também uma defesa de uma educação que considere os indivíduos como seres conscientes e ativos, capazes de refletir criticamente sobre suas condições e transformar a realidade ao seu redor.

As relações de trabalho são peculiares em cada momento histórico. Dito isto, é possível se apoiar no que diz Saviani (2007, p. 155): “a essência do homem é o trabalho”. Assim, cada geração é convidada a participar das transformações pertinentes à sua época e, desse feito, mais uma vez valida o trabalho enquanto elemento peculiar ao homem, pois, ao contrário, os animais apenas carregam consigo intuições transmitidas por genes de cada espécie, geração após geração; neles não há intencionalidade e/ou objetivos pré-definidos.

Conforme Saviani (2007), o trabalho e a educação são atividades especificamente humanas; logo, a relação entre essas duas esferas remonta às sociedades primitivas, onde a educação não se distinguiu do trabalho. Nas comunidades primitivas, o processo educativo era espontâneo e coincidia inteiramente com o trabalho, pois todos os membros da comunidade participavam das mesmas atividades produtivas. Com o surgimento da propriedade privada e a divisão do trabalho, houve uma ruptura dessa unidade, levando à separação entre trabalho e educação.



Com o avanço da produção e a apropriação privada dos meios de produção, especialmente a terra, a sociedade se dividiu em classes: proprietários e não-proprietários. Esta divisão de classes teve um impacto significativo na compreensão da essência humana e na relação entre trabalho e educação. O trabalho, que define a essência humana, tornou-se uma atividade obrigatória apenas para os não-proprietários, enquanto os proprietários podiam viver do trabalho alheio (Saviani, 2007, p. 155).

O conceito de trabalho como princípio educativo propõe que a educação deveria ser orientada pelo trabalho, entendendo-o como uma atividade que não só produz bens, mas também forma o ser humano. Este princípio defende uma educação que não esteja desvinculada do mundo real, mas que prepare os indivíduos para atuar de forma crítica e criativa na sociedade. Segundo Saviani, "a educação/formação é posta pelo trabalho e, de modo dialético, aparece como 'uma exigência do e para o processo de trabalho'" (Saviani, 1991, p. 19).

A ideia de trabalho como princípio educativo não é apenas uma proposta pedagógica, mas uma visão de mundo que busca integrar o indivíduo ao processo produtivo de maneira crítica e consciente. Esta abordagem visa superar a separação histórica entre trabalho e educação, promovendo uma formação integral que prepara os indivíduos para os desafios da vida moderna. Ao reconhecer o trabalho como um elemento fundamental na formação do ser humano, a educação pode se tornar um instrumento de emancipação e transformação social.

3. EDUCAÇÃO POLITÉCNICA E OMNILATERAL: BASES PARA FORMAÇÃO INTEGRAL

A educação politécnica desafia a visão capitalista de formação, que prioriza a preparação para o mercado de trabalho e cria uma divisão entre o trabalho manual e intelectual. A ótica capitalista fragmenta a educação, valoriza apenas habilidades técnicas e operacionais, e negligencia o desenvolvimento integral numa perspectiva crítica dos sujeitos. Ao invés de promover uma formação libertadora, transforma a educação em um meio de perpetuar as relações de produção existentes na sociedade.

O conceito de politécnia não carrega consigo a ideia de domínio de várias técnicas, mas defende a indissociabilidade entre a formação técnica e a formação intelectual, alinhando-se ao que preconiza Saviani (1989, p. 18), que afirma: "a politécnia supõe a articulação entre o trabalho manual e o intelectual". Defende-se uma formação que integre o conhecimento intelectual e técnico, promovendo uma visão crítica e abrangente do mundo, além de contribuir para a formação integral do sujeito.

Reafirma-se que a educação politécnica deve proporcionar uma formação que integre conhecimentos

teóricos e práticos, promovendo o desenvolvimento completo do indivíduo. Isso implica, também, em uma abordagem curricular que não apenas ensine habilidades técnicas, mas também desenvolva capacidades críticas, reflexivas e criativas. Assim,



[...] o ideário da politécnica buscava e busca romper com a dicotomia entre educação básica e técnica, resgatando o princípio da formação humana em sua totalidade; em termos epistemológicos e pedagógicos, esse ideário defendia um ensino que integrasse ciência e cultura, humanismo e tecnologia, visando ao desenvolvimento de todas as potencialidades humanas. Por essa perspectiva, o objetivo profissionalizante não teria fim em si mesmo nem se pautaria pelos interesses do mercado, mas constituir-se-ia numa possibilidade a mais para os estudantes na construção de seus projetos de vida, socialmente determinados, possibilitados por uma formação ampla e integral. (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005, p. 35-36).

A educação politécnica desafia a separação tradicional entre a educação básica, voltada ao desenvolvimento intelectual e cultural, e a educação técnica, focada em habilidades práticas, ao propor uma formação integrada. Assim, prepara os estudantes para o mercado de trabalho e também para a vida em sua totalidade.

No que se refere à formação omnilateral, esta tem origem no pensamento Marxista sobre a formação integral do ser humano.



[...] A apropriação sensível da essência da vida humana, do ser humano objetivo, da obra humana para e pelo homem, não pode ser apreendida apenas no sentido da fruição imediata, unilateral, não somente no sentido da posse, no sentido do ter. O homem se apropria da sua essência omnilateral de uma maneira omnilateral, portanto como um homem total. Cada uma das suas relações humanas com o mundo, ver, ouvir, cheirar, degustar, sentir, pensar, intuir, perceber, querer, ser ativo, amar, enfim todos os órgãos da sua individualidade, assim como os órgãos que são imediatamente em sua forma como órgãos comunitários. (Marx, 2004, p. 108)

Nesta reflexão aparentemente complexa, Marx discute a noção de apropriação humana da vida e da essência de uma maneira que transcende a simples posse material ou o ato de “ter”. Marx vê a alienação do ser humano sob o capitalismo como resultado de uma relação unilateral com o mundo, onde o valor da existência é medido pela posse de bens e pelo controle sobre os objetos. Entretanto, ele argumenta que a verdadeira apropriação da vida humana deve ser omnilateral – ou seja, completa e multiforme, envolvendo todas as dimensões do ser humano.

Assim, podemos afirmar que a formação omnilateral é aquela que permite ao indivíduo desenvolver uma visão holística de si e de seu papel no mundo, possibilitando-lhe intervenções conscientes. A visão marxista de educação, mais uma vez, reafirma a essência da formação omnilateral, que visa desenvolver todas as capacidades humanas integradamente, com vista à formação do homem integral.

Para István Mészáros (2008), é necessária uma educação que promova a emancipação dos trabalhadores. Por sua vez, Freire (1997, p. 43) afirma que “a educação das massas se faz, assim, algo de absolutamente fundamental entre nós. Educação que, desvestida da roupagem alienada e alienante, seja uma força de mudança e de libertação”. As reflexões trazidas tanto por Mészáros quanto por Freire alinham-se à concepção de formação omnilateral, destacando a busca por ampliar a formação do estudante, oferecendo-lhes não apenas qualificação profissional, mas também conscientização política e social. A educação deve preparar para mudanças, emancipação e libertação do homem, nunca para sua redução ou alienação.

A educação politécnica e a formação omnilateral são conceitos distintos, mas profundamente interligados. Para integrar o ensino técnico e geral, a educação politécnica prepara os indivíduos para o mundo do trabalho; a formação omnilateral vai além, promovendo



o desenvolvimento integral dos indivíduos em todas as suas dimensões. A integração entre essas duas abordagens é fundamental para a construção de uma educação que não apenas qualifique tecnicamente os indivíduos, mas que também promova o desenvolvimento de suas capacidades socioemocionais, críticas, reflexivas e transformadoras.

Convém ratificar que a educação politécnica e a formação omnilateral são bases para a formação integral na Educação

Profissional e Tecnológica, configurando-se como essenciais na formação de indivíduos críticos, autônomos, conscientes de seu papel social e capazes de intervir na transformação da realidade.

Contudo, reafirma-se que uma educação integral e libertadora deve combinar teoria e prática, valorizar o trabalho, formar cidadãos críticos, estimular autonomia intelectual, resolver problemas concretos, promover a participação política e incentivar a análise social e a organização coletiva.

4. CURRÍCULO INTEGRADO

Antes de adentrarmos a discussão sobre currículo integrado, convém apresentar o conceito básico de currículo. Pode-se afirmar que currículo é uma junção de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores de uma sociedade organizados intencional e sistematicamente planejados para serem compartilhados por sistema educacional e/ou institucional. Este não deve ser somente organizado com conteúdo das disciplinas, mas também as práticas pedagógicas, os objetivos educacionais e os processos de avaliação. Para Machado:



O currículo é instrumento político e técnico que norteia as ações pedagógicas da escola, constituindo-se um dos principais elementos da proposta pedagógica de uma escola. O formato do currículo não é imutável e único, dependendo essencialmente do contexto histórico, sócio-político e econômico no qual se configura, assim como do tipo de escola e grau de ensino (Machado, 2003, p. 229).

Referente à concepção do currículo integrado na educação profissional, está se constitui um elemento central nas políticas educacionais da EPT. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece a articulação entre educação básica e educação profissional, promovendo uma formação integral do estudante que contemple tanto aspectos acadêmicos quanto práticos.

Outro instrumento legal que dá suporte à atual proposta do Currículo Integrado é o Decreto n.º 5.154, de 23 de julho de 2004, que detalha as formas de articulação da educação profissional técnica de nível médio com o ensino médio, propondo modalidades como a integração, a concomitância e a subsequência. Consoante este decreto, “a educação profissional técnica de nível médio poderá ser desenvolvida nas formas articulada e subsequente, nos termos do inciso II do § 2º do art. 36 da Lei n.º 9.394” (Brasil, 2024). A integração pressupõe que o currículo seja concebido de maneira a combinar os componentes da formação geral com os da formação técnica, promovendo uma educação politécnica com vistas a uma formação omnilateral.

Para Ciavatta (2014, p. 202), “currículo integrado significa que, também, o currículo deve ser pensado como uma relação entre partes e totalidade na produção do conhecimento, em todas as disciplinas e atividades escolares”. Ciavatta (2014) ainda destaca como objetos de luta:



Formação integrada, a educação politécnica e a educação omnilateral, [...] para que esses objetivos político-pedagógicos se concretizem nos processos educativos, o ensino médio precisa de uma elaboração relativa à integração de conhecimentos no currículo, ou seja, um currículo integrado (Ciavatta 2014, p. 202, grifo nosso).

No que concerne a integração curricular, esta visa superar a dicotomia entre o ensino propedêutico e o ensino técnico, propondo uma formação que responda às demandas sociais, econômicas e tecnológicas contemporâneas.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia têm sido pioneiros na implementação do currículo integrado, desenvolvendo práticas pedagógicas que alinham formação média e técnica, além disso, proporcionam verticalização acadêmica em seu interior. A Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e enfatizou a oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio como uma de suas principais atribuições. Essa integração é vista como uma estratégia para garantir uma educação de qualidade e inclusiva, capaz de atender às necessidades dos jovens e do mercado de trabalho.

Ciavatta reitera a importância da formação integrada quando afirma que:



[...] formação integrada significa mais do que uma forma de articulação entre ensino médio e educação profissional. Ela busca recuperar, no atual contexto histórico e sob uma específica de correlação de forças entre as classes, a concepção de educação politécnica, de educação omnilateral e de escola unitária, que esteve na disputa por uma nova LDB na década de 1980 que foi perdida na aprovação da Lei n. 9.394/96” (Ciavatta, 2014, p. 197).

Assim, a integração curricular contribui para o desenvolvimento de competências gerais e específicas, fundamentais para a inserção no mundo do trabalho e para a participação ativa na sociedade.

Para efetivação do currículo integrado, é necessário um projeto pedagógico que contemple a interdisciplinaridade e a contextualização do ensino. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, é fundamental que os cursos integrem “os conhecimentos da formação geral e da formação técnica, articulados em torno de problemas e situações concretas” (Brasil, 2012). Essa abordagem pedagógica permite que os estudantes compreendam o conteúdo de forma mais significativa e aplicável ao seu contexto de vida e trabalho.

Por fim, é possível inferir que a interdisciplinaridade, por si só, não garante a plena efetivação do currículo integrado, visto que um currículo interdisciplinar pode ter natureza tecnicista. O que esperamos do currículo ofertado como sendo integrado, ele, interdisciplinarmente, contemple a educação politécnica e a formação omnilateral com vistas à formação integral.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao apresentarmos o conceito de trabalho e uma breve linha do tempo sobre o tema, buscamos contextualizar o leitor com o conceito de trabalho, percebendo seu potencial como princípio educativo e entendendo a relação entre trabalho e educação, desde as sociedades primitivas até o momento atual. Observa-se, portanto, que as constantes transformações no mundo do trabalho sempre foram moldadas pelo tempo, espaço, cultura, economia e tipo de sociedade.

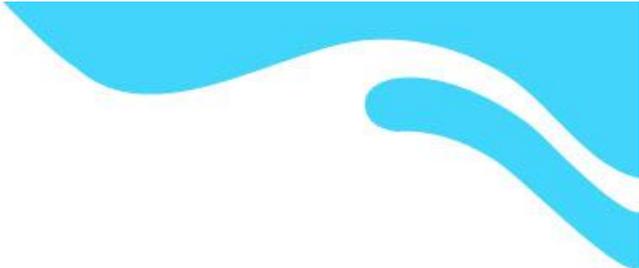
O trabalho como princípio educativo, ora apresentado, segue fundamentos teóricos sustentados em pensadores como Saviani (1991), que propõe que a educação deve ser orientada pelo trabalho. Essa é a base da proposta de formação na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), que busca uma abordagem transformadora e emancipatória da educação. Tal perspectiva pretende superar a dicotomia histórica entre trabalho manual e intelectual e, sobretudo, a ideia de trabalho alienado posta pelo capitalismo.



No que se refere à educação politécnica e omnilateral, essas abordagens buscam integrar a formação técnica, intelectual, socioemocional, crítica e reflexiva, oferecendo ao sujeito uma compreensão abrangente do mundo e contribuindo para sua formação integral. Tal integração demanda a implementação de um currículo que articule formação geral e técnica, enfatizando o planejamento das duas esferas na busca por alcançar os objetivos da formação integral na EPT.

Por fim, entendemos que, ao incorporarmos a ideia do trabalho como princípio educativo, estamos trilhando um caminho promissor para enfrentar os desafios educacionais contemporâneos. Nesta abordagem, o objetivo não se resume à formação de indivíduos tecnicamente competentes, mas também críticos, autônomos e capazes de compreender e transformar sua realidade social. Em outras palavras, formar indivíduos que compreendam o funcionamento do mercado e possam estar inseridos nele, mas que não estejam meramente subjugados às demandas mercadológicas.

Esta cartilha não se faz um fim em si mesma, mas traz discussões teóricas para evidenciar a necessidade de investir na compreensão das teorias que norteiam a formação integral do ser humano no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. Para que essa formação amplamente discutida seja efetivada, acredita-se que seja necessário um esforço contínuo de educadores, instituições e formuladores de políticas públicas no sentido de implementar práticas pedagógicas e currículos que verdadeiramente integrem formação geral e técnica, teoria e prática, reflexão crítica e ação transformadora. Somente assim será possível construir uma educação profissional e tecnológica que contribua efetivamente para o desenvolvimento integral dos indivíduos e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.



REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia: Geral e Brasil.** São Paulo: Moderna, 2012. Epub.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 18 set. 2024.

BRASIL. **Decreto n.º 5.154, de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm. Acesso em: 18 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 dez. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 18 set. 2024.

CIAVATTA, Maria. **O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral: por que lutamos?** Trabalho & Educação, v. 23, n. 1, p. 187-205, 2014.

DELLA FONTE, Sandra Soares. **Formação no e para o trabalho. Educação profissional e tecnológica em revista,** v. 2, n. 2, p. 6-19, 2018.

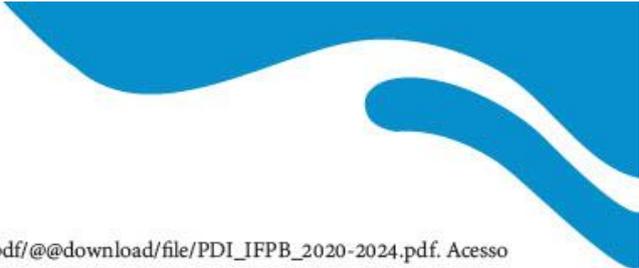
FUNARI, Pedro Paulo. **Grécia e Roma.** São Paulo: Contexto, 2002.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade.** 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições.** São Paulo: Cortez, 2005.

IFPB/INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024.** João Pessoa: IFPB, 2021. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/transparencia/documentos->



institucionais/documentos/pdi_ifpb_2020-2024.pdf/@download/file/PDI_IFPB_2020-2024.pdf. Acesso em: 18 set. 2024.

MACHADO, Ilma Ferreira. **A organização do trabalho pedagógico em uma escola do MST e a perspectiva de formação omnilateral**. 2003. 325p. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000297146>>. Acesso em: 10 set. 2024.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação: da antiguidade aos nossos dias**. Tradução de Gaetano Lo Monaco. Revisão técnica da tradução e revisão geral de Paolo Nosella. São Paulo: Cortez, 2022.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2022. Epub.

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: Fiocruz, Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio, 1989.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista Brasileira de Educação, v. 12, n. 34, p. 152-165, 2007.



APÊNDICE H
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Caro(a) colega professor(a),

Este formulário destina-se a avaliação do produto educacional intitulado: **O fruto do bem dito: em busca de uma educação politécnica que promova a formação omnilateral (integral) dos sujeitos**. Nosso produto é uma cartilha reúne informações sobre trabalho como princípio educativo, educação politécnica e omnilateral, formação integral e currículo integrado na educação profissional tendo com objetivo apresentar a importância destes conceitos como base para uma abordagem educacional que transcenda a formação técnica, enfatizando uma formação integral e humanística.

Este produto educacional é fruto da pesquisa intitulada: **"ENTRE O BEM DITO E O FRUTO: EM BUSCA DA EDUCAÇÃO POLITÉCNICA E OMNILATERAL NO CURSO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO DO IFPB, CAMPUS CAJAZEIRAS"**, do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu, Mestrado Profissional, em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), desenvolvida pelos pesquisadores: Italan Carneiro(orientador) e Jamacy José Albuquerque de Souza (mestrando).

Agradecemos desde já e contamos sua colaboração.

Muito obrigado!

:::

A cartilha apresenta um texto objetivo e de fácil compreensão? *

- Concordo totalmente
- Concordo
- Indiferente
- Discordo
- Discordo totalmente

O embasamento teórico está alinhado com a forma de comunicação? *

- Concordo totalmente
- Concordo
- Indiferente
- Discordo
- Discordo totalmente

A cartilha apresenta conceitos e argumentos teóricos claros? *

- Concordo totalmente
- Concordo
- Indiferente
- Discordo
- Discordo totalmente

⋮

O modo como o material estrutura as ideias facilita o entendimento dos assuntos tratados? *

- Concordo totalmente
- Concordo
- Indiferente
- Discordo
- Discordo totalmente

...

A forma de apresentar os referenciais teóricos utilizados é clara e de fácil entendimento. *

- Concordo totalmente
- Concordo
- Indiferente
- Discordo
- Discordo totalmente

...

O material apresenta conceitos relevantes para formação docente? *

- Concordo totalmente
- Concordo
- Indiferente
- Discordo
- Discordo totalmente

...

O material apresenta conceitos relevantes e essenciais para formação docente dentro da Educação Profissional e Tecnológica (EPT)? *

- Concordo totalmente
- Concordo
- Indiferente
- Discordo
- Discordo totalmente



A cartilha contempla fundamentos teóricos essenciais que contribuem para formação do docente? *

- Concordo totalmente
- Concordo
- Indiferente
- Discordo
- Discordo totalmente

O material apresentado necessita de adequações? Quais? *

Texto de resposta longa

Alguma questão, apresentada pela cartilha, não ficou clara? Quais? *

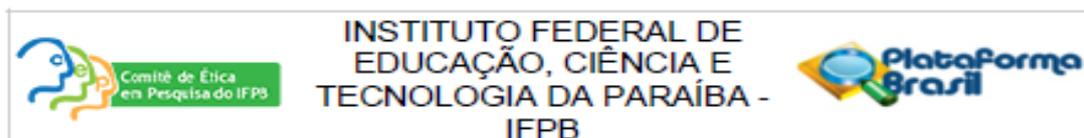
Texto de resposta longa

Deixe aqui suas impressões ou sugestões e contribua para o aprimoramento do material elaborado. *

Texto de resposta longa

ANEXO I

PARECER CIRCUNSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Entre o bem dito e o fruto: em busca da educação politécnica e omnilateral no Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio do IFPB, Campus Cajazeiras

Pesquisador: Jamacy José Albuquerque de Souza

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 74502523.6.0000.5185

Instituição Proponente: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.428.290

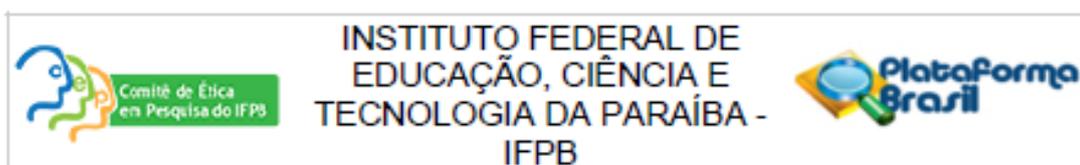
Apresentação do Projeto:

É notório o crescimento e a importância da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica brasileira nos últimos 20 anos. Houve grande expansão da rede com a criação de vários e Institutos Federais e vários cursos foram criados. Esta realidade desperta várias discussões, anseios e dúvidas. Esta pesquisa anseia responder a seguinte pergunta: " em que medida os conceitos de educação politécnica e formação omnilateral, estão materializados nos processos de ensino-aprendizagem dos estudantes do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio do IFPB, Campus Cajazeiras, considerando as dimensões de trabalho e cidadania?"

Com isso propomos a realização de uma pesquisa de classificação empírica, abordagem qualitativa, de tipologia documental, bibliográfica e exploratória, sendo utilizadas como técnicas de pesquisa – análise documental – no Projeto Pedagógico Institucional (PPI), Projeto Pedagógico do Curso(PPC), nos planos de ensino dentre outros que tragam elementos relacionados com os conceitos de politecnia e formação omnilateral como contributivos para formação do estudante.

Por se tratar de uma pesquisa em Ciências Humanas cujos procedimentos metodológicos envolvem a utilização de dados diretamente obtidos como os participantes, seguiremos todos trâmites legais

| | | | |
|---|-------------------------------|--|--|
| Endereço: Avenida João da Mata, 256, Bloco PRPIG, térreo | | | |
| Bairro: Jaguaribe | | CEP: 58.015-020 | |
| UF: PB | Município: JOAO PESSOA | | |
| Telefone: (83)3612-9725 | Fax: (83)3612-9706 | E-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br | |



Continuação do Parecer: 8.428.290

postos na Resolução nº 510 de 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde-CNS. Após submissão e aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa(CEP) do IFPB, faremos uso também de entrevistas estruturadas, direcionadas a alunos e aos professores.

Para análise dos dados, faremos uso da técnica de Análise de conteúdo. O nosso produto educacional será um guia digital que será devidamente organizado, em formato PDF e disponibilizado individualmente, via email, entre os participantes e, em seguida será disponibilizado ao público.

Objetivo da Pesquisa:

OBJETIVO GERAL

Investigar em que medida os conceitos de educação politécnica e formação omnilateral estão materializados nos documentos e nas práticas pedagógicas do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio no Instituto Federal de Educação da Paraíba (IFPB), Campus Cajazeiras.

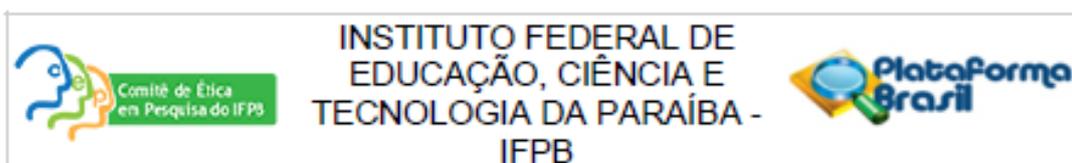
OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Averiguar se os documentos institucionais: Projeto Pedagógico Institucional, Projeto Pedagógico do Curso, planos de ensino, dentre outros que tragam elementos relacionados com os conceitos de politecnia e formação omnilateral como contributivos para formação do estudante;
- Verificar como os conceitos de educação politécnica e formação omnilateral são compreendidos e vivenciados no contexto educacional pelos docentes;
- Identificar a partir das percepções discentes se há a materialização dos conceitos educação politécnica e formação omnilateral no seu processo formativo;
- Produzir guia de orientações que discute e aprofunda os conceitos relacionados à educação politécnica, formação omnilateral, formação humana, emancipação e tecnicismo.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos

Endereço: Avenida João da Mata, 256, Bloco PRPIPG, térreo
 Bairro: Jaguaribe CEP: 58.015-020
 UF: PB Município: JOAO PESSOA
 Telefone: (83)3612-9725 Fax: (83)3612-9706 E-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br



Continuação do Parecer: 6.428.290

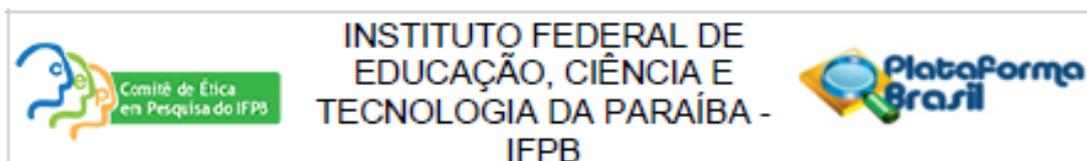
Esta pesquisa pode oferecer alguns riscos para o participante, quanto ao instrumento de coleta de dados utilizado, a entrevista não é invasiva, mas poderá trazer consequências de ordem psicológica e/ou emocional, segundo o nosso entendimento, há possíveis riscos de: cansaço, constrangimento, incômodo, sensação de impotência ou de incompetência em sua prática, irritação por se sentir despreparado para o trabalho, por ocasião das respostas para esta entrevista.

Estes riscos serão minimizados por meio da realização de entrevista com emprego de linguagem clara, acessível, respeitando a dignidade da pessoa humana, em sala reservada que garanta a liberdade dos participantes para não responder quaisquer perguntas ou ações constrangedoras, bem como garanta a concessão de tempo adequado para reflexão e respostas. O pesquisador também se compromete a permanecer atento aos sinais verbais e não verbais de desconforto, garantindo a suspensão imediata da entrevista, caso seja percebido algum risco ou dano à saúde dos participantes.

Benefícios

Este estudo contribuirá com os processos de ensino e aprendizagem, além favorecer a discussões que busquem ampliar a compreensão das dimensões de trabalho e cidadania numa perspectiva alinhada aos conceitos de educação politécnica e formação omnilateral. No que se refere a importância da pesquisa para educação, ensino e sociedade, acreditamos que a partir dos resultados obtidos poderemos ampliar os espaços para discussões dentro e fora do IFPB para que possamos apresentar aos discentes, docentes, comunidade acadêmica e sociedade civil a importância da compreensão e apropriação de conceitos politécnica, formação omnilateral e como estes podem influenciar no desempenho profissional e na formação humana e cidadã dos alunos, bem como enriquecer as práticas pedagógicas, dando aos docentes oportunidades de refletir como estes conceitos vivenciados e experienciados no contexto educacional, podem contribuir para melhorias nas estratégias de ensino que buscam influenciar na formação humana e no desempenho profissional do discente do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), campus Cajazeiras-PB.

Endereço: Avenida João da Mata, 256, Bloco PRPIPG, térreo
 Bairro: Jaguaribe CEP: 58.015-020
 UF: PB Município: JOAO PESSOA
 Telefone: (83)3612-9725 Fax: (83)3612-9706 E-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br



Continuação do Parecer: 6.428.290

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

No caso dos professores é, ser professor do IFPB e ministrar aulas no Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), campus Cajazeiras-PB; para os alunos o critério de inclusão é está no último ano do Curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), campus CajazeirasPB(aluno concluinte).

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Folha de rosto – está de acordo, assinada pela Reitora

TCLE Professores, TCLE Pais, TCLE Estudantes, TALE – apresentada, e está de acordo

Projeto – apresentada, e está de acordo

Projeto de Informações Básicas da Plataforma Brasil – apresentada, e está de acordo

Cronograma – apresentada, está de acordo

Orçamento – apresentada, está de acordo

Também foi apresentada uma autorização institucional do IFPB Campus Cajazeiras, assinada pelo Diretor Geral. E uma declaração de compromisso do pesquisador no qual se compromete em anexar os resultados e relatórios da pesquisa na Plataforma Brasil, garantindo o sigilo relativo a identidade dos participantes.

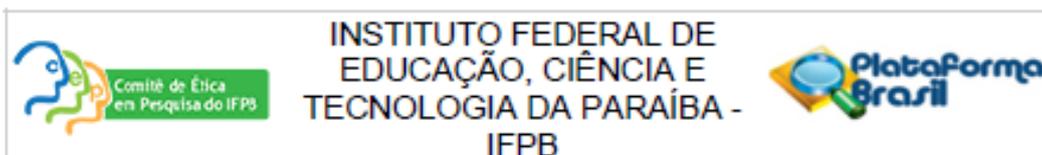
Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após avaliação do parecer apresentado pelo relator que indica aprovação e em se tratando de resposta a pendências emitidas em parecer anterior, as quais foram sanadas, bem como no intuito

Endereço: Avenida João da Mata, 256, Bloco PRPIPG, térreo
 Bairro: Jaguaribe CEP: 58.015-020
 UF: PB Município: JOAO PESSOA
 Telefone: (83)36 12-9725 Fax: (83)3612-9706 E-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br



Continuação do Parecer: 8.428.290

de não atrasar o início da pesquisa, emito na condição de Coordenadora o Parecer de Aprovado ao protocolo de pesquisa, pois este está em acordo com o que preconiza a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Informamos ao pesquisador responsável que observe as seguintes orientações:

1- O participante da pesquisa tem o direito de desistir a qualquer momento de participar da pesquisa, sem qualquer prejuízo; (Res. CNS 510/2016 – art. 9º - Item II).

2- O pesquisador deve desenvolver a pesquisa conforme delineada no protocolo aprovado e descontinuar o estudo somente após análise das razões da descontinuidade por parte do CEP que aprovou, aguardando seu parecer, exceto quando perceber risco ou dano ao participante.

3- O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, quando for do tipo escrito, deve ser elaborado em duas vias, rubricadas em todas as suas páginas e assinadas, ao seu término, pelo convidado a participar da pesquisa, ou por seu representante legal, assim como pelo pesquisador responsável, ou pela(s) pessoa(s) por ele delegada(s), devendo as páginas de assinaturas estar na mesma folha. Em ambas as vias deverão constar o endereço e contato telefônico ou outro, dos responsáveis pela pesquisa e do CEP local e da CONEP, quando pertinente e uma das vias entregue ao participante da pesquisa.

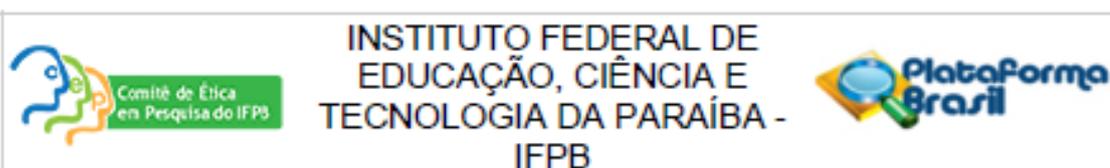
4- O CEP deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo.

5- Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas.

6- Deve ser apresentado, ao CEP, Relatório Final até 15/05/2024.

Considerações Finais a critério do CEP:

Endereço: Avenida João da Mata, 256, Bloco PRPIG, térreo
 Bairro: Jaguaribe CEP: 58.015-020
 UF: PB Município: JOAO PESSOA
 Telefone: (83)3612-9725 Fax: (83)3612-9706 E-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br

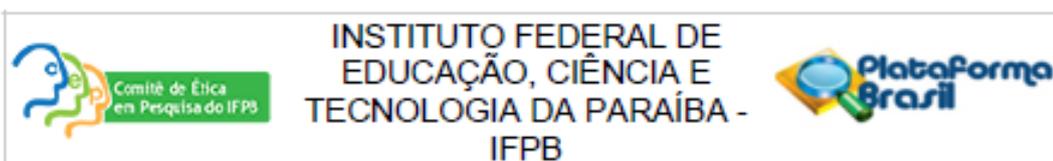


Continuação do Parecer: 6.428.290

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

| Tipo Documento | Arquivo | Postagem | Autor | Situação |
|---|---|------------------------|----------------------------------|----------|
| Informações Básicas do Projeto | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2189747.pdf | 05/10/2023 13:06:20 | | Aceito |
| Outros | CARTARESPOSTAJAMACYASSINADA.docx | 05/10/2023 13:05:42 | Jamacy José Albuquerque de Souza | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador | PROJETOATUALIZADO0510.doc | 05/10/2023 13:03:16 | Jamacy José Albuquerque de Souza | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | 8TALE.docx | 05/10/2023 13:02:08 | Jamacy José Albuquerque de Souza | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | 6TCLEESTUDANTES.docx | 05/10/2023 13:01:36 | Jamacy José Albuquerque de Souza | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | 7TCLEPAISOURESPONSAVEIS.docx | 05/10/2023 13:00:41 | Jamacy José Albuquerque de Souza | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | 5TERMODECONSENTIMENTOLIVREESCLARECIDOPROFESSORES.docx | 05/10/2023 12:59:49 | Jamacy José Albuquerque de Souza | Aceito |
| Cronograma | CRONOGRAMADEPESQUISAAT.pdf | 15/09/2023 16:03:44 | Jamacy José Albuquerque de Souza | Aceito |
| Declaração de Pesquisadores | DECLARACAODECOMPROMISSODOPEQUISADORRESPONSAVEL_assinado.pdf | 01/09/2023 23:55:06 | Jamacy José Albuquerque de Souza | Aceito |
| Outros | ENTREVISTACOMALUNOS.pdf | 01/09/2023 23:33:18 | Jamacy José Albuquerque de Souza | Aceito |
| Outros | ENTREVISTACOMPROFESSORES.pdf | 01/09/2023 23:32:54 | Jamacy José Albuquerque de Souza | Aceito |
| Orçamento | ORCAMENTOFINANCEIRO.pdf | 01/09/2023 23:06:35 | Jamacy José Albuquerque de Souza | Aceito |
| Declaração de Instituição e Infraestrutura | AUTORIZACAONSTITUCIONALIFPB AJAZEIRAS.pdf | 01/09/2023 23:00:13 | Jamacy José Albuquerque de Souza | Aceito |
| Folha de Rosto | folhoderostojamacyjosealbuquerqueedesouzaassinado.pdf | 28/08/2023 21:05:14 | Jamacy José Albuquerque de Souza | Aceito |

Endereço: Avenida João da Mata, 256, Bloco PRPIG, térreo
 Bairro: Jaguaribe CEP: 58.015-020
 UF: PB Município: JOAO PESSOA
 Telefone: (83)3612-9725 Fax: (83)3612-9706 E-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br



Continuação do Parecer: 6.428.290

| | | | | |
|----------------|---|------------------------|-------|--------|
| Folha de Rosto | folhoderostojamacyjosealbuquerque ouzaassinado.pdf | 28/08/2023 21:05:14 | Souza | Aceito |
|----------------|---|------------------------|-------|--------|

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 16 de Outubro de 2023

Assinado por:
Cecília Danielle Bezerra Oliveira
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida João da Mata, 256, Bloco PRPIG, térreo
 Bairro: Jaguaribe CEP: 58.015-020
 UF: PB Município: JOAO PESSOA
 Telefone: (83)3612-9725 Fax: (83)3612-9706 E-mail: eticaempesquisa@ifpb.edu.br